



CÁSSIA CRISTINA FURLAN MARIN

**A MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO EM
SITES DE EMBAIXADAS DO BRASIL NO EXTERIOR E DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

CAMPINAS
2013



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM**

CÁSSIA CRISTINA FURLAN MARIN

**A MATERIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE GOVERNO EM *SITES* DE
EMBAIXADAS DO BRASIL NO EXTERIOR E DA COMUNIDADE
DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Orientador: Profa. Dra. Carmen Zink Bolonhini

**Tese de doutorado apresentada ao Instituto de
Estudos da Linguagem da Universidade Estadual
de Campinas para obtenção do título de doutora
em Linguística Aplicada, na área de Língua
Estrangeira.**

**CAMPINAS
2013**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR CRISLLENE QUEIROZ CUSTODIO
– CRB8/8624 - BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM -
UNICAMP**

1.1 Furlan, Cássia Cristina, 1981-
1.2 F A materialização de políticas de governo em sites de
97 embaixadas do Brasil no exterior e da Comunidade dos
8 Países de Língua Portuguesa / Cássia Cristina Furlan
m Marin. -- Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador : Carmen Zink Bolonhini.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2.
Análise do discurso. 3. Sites da Web. 4. Brasil. Embaixada
(Argentina). 5. Brasil. Embaixada (Gana). I. Bolonhini,
Carmen Zink, 1957-. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

1.2.1 Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: The materialization of government policies on the websites of Brazilian embassies and the Community of Portuguese Language Speaking Countries.

Palavras-chave em inglês:

Community of Lusophone Countries

Discourse analysis

Websites

Brazil. Embassy (Argentina)

Brazil. Embassy (Ghana)

Área de concentração: Língua Estrangeira.

Titulação: Doutora em Linguística Aplicada.

Banca examinadora:

Carmen Zink Bolonhini [Orientador]

Telma Domingues da Silva

Claudia Pfeiffer

Simone Tiemi Hashiguti

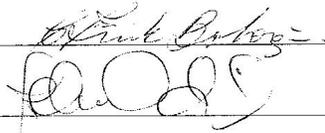
Maria Onice Payer

Data da defesa: 19-02-2013.

Programa de Pós-Graduação: Linguística Aplicada.

BANCA EXAMINADORA:

Carmen Zink Bolonhini



Telma Domingues da Silva

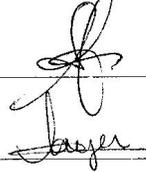
Claudia Regina Castellanos Pfeiffer



Simone Tiemi Hashiguti



Maria Onice Payer



Suzy Maria Lagazzi

Ana Claudia Fernandes Ferreira

Vanete Dutra Santana

IEL/UNICAMP
2013

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Carmen Zink Bolonhini, pela participação ativa e direta neste passo gigantesco a caminho do nosso engrandecimento profissional, nos ensinando a conciliar os momentos de austeridade e ternura, meu eterno agradecimento.

Ao Instituto de Estudos da Linguagem onde tive a oportunidade de me desenvolver cientificamente.

Aos professores que participaram do processo de qualificação deste trabalho por terem contribuído com preciosas informações e sugestões.

À Profa. Dra. Suzy Lagazzi pela atenção e sugestões dadas ao longo do trabalho de qualificação de área.

A todos os meus colegas do “grupo de pesquisa da Carmen” pelas contribuições feitas ao longo do meu percurso acadêmico.

À Cristina Megid, Davi Conti e Joice Mensato por todas as sugestões e discussões. Pela paciência, pelo apoio, pelos choros e pelos risos. Pelos churrascos compartilhados e pelas tardes de sábado de trabalho.

À minha família, a qual amo muito, pelo carinho, paciência e incentivo.

Ao meu marido, Murilo, por ter sempre acreditado em mim, por ter me apoiado nos momentos de fraqueza e de desespero, pelas palavras de consolo e pela paciência sem tamanho.

“Quem foi que inventou

o BRASIL?

Foi seu Cabral!

Foi seu Cabral!

No dia vinte e um de abril

Dois meses depois do

Do CARNAVAL”

Lamartine Babo

RESUMO

Este trabalho, situado na área de pesquisa de português para falantes de outras línguas, estabelece relação com a pesquisa realizada em nossa dissertação de mestrado na qual analisamos os dizeres sobre os povos que participam da constituição do Brasil. A pesquisa intitulada *Povos no Brasil: quem são eles nos livros didáticos de português como língua estrangeira* (Furlan, 2008) traz análises de quatro livros didáticos de português para estrangeiros e indica tanto o trabalho de apagamento quanto o de sedimentação de sentidos que culminam na constituição de imaginários sobre os povos que participam da formação do Brasil. A partir desta pesquisa, surgiu a indagação: quais seriam os dizeres sobre o Brasil em textos disponibilizados nas páginas eletrônicas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e das embaixadas do Brasil na Argentina e em Gana cujo objetivo, dentre outros, é o de divulgar o país e a língua portuguesa? Para responder a essa pergunta, lançamos mão dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso de perspectiva materialista e analisamos os textos disponibilizados nos *sites* da: a) Comunidade de Países de Língua Portuguesa (www.cplp.org); b) Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina (www.www.brasil.org.ar) e c) Embaixada do Brasil em Acra/Gana (www.embrazil.com.gh). A importância deste trabalho se deve ao fato de que a CPLP e as embaixadas são investidas de poderes legais para apresentar o Brasil e os brasileiros ao/no mundo. Seus dizeres produzem efeitos de verdade sobre o território brasileiro e seu povo e, portanto, contribuem para a formação de um imaginário discursivo que define as relações entre brasileiros e estrangeiros.

Palavras-chave: 1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. 2. Análise do discurso. 3. Sites da Web. 4. Brasil. Embaixada (Argentina). 5. Brasil. Embaixada (Gana).

ABSTRACT

This paper is the consequence of our previous research on all kinds of people who took part in the constitution of Brazil. The dissertation entitled “People in Brazil: who they are in textbooks of Portuguese as a foreign language” (Furlan, 2008) presents an analysis of four textbooks prepared for non-native speakers and shows both the work of erasure and at the same time the sedimentation of some sayings that culminated in an *imaginary* of all groups that contributed somehow to the growth and development of the country. From this study the following question came up: what are the sayings about Brazil on texts available on the websites of the Community of Portuguese Language Countries and the embassies of Brazil in Argentina and Ghana which aim, among others, to disclose the country and the Portuguese language? To answer this question we adopted the materialist perspective of discourse analysis and analyzed the texts available on the websites the following websites: a) Community of Portuguese Language Countries (www.cplp.org) b) Embassy of Brazil in Buenos Aires / Argentina (www.www.brasil.org.ar) and c) Embassy of Brazil in Accra / Ghana (www.embrazil.com.gh). Finding out what is said about Brazil in these texts is important once the Community and the embassies are vested with legal powers to introduce Brazil and the Brazilians worldwide. These sayings cause some *truth effects* about the Brazilian territory and its people and thus contribute to the formation of an *imaginary* that defines relations between Brazilians and foreigners.

Key Words: 1. Community of Lusophone Countries. 2. Discourse analysis. 3. Websites. 4. Brazil. Embassy (Argentina). 5. Brazil. Embassy (Ghana).

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	A QUESTÃO E OS OBJETIVOS.....	7
3	FATOS DE LINGUAGEM.....	9
3.1	Conceito de <i>corpus</i>	9
3.2	A busca por materiais	10
4	SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE PORTUGUÊS	15
4.1	Concepção de língua na Análise de Discurso	15
4.2	O discurso sobre educação/língua no contexto do Mercosul.....	17
4.3	Ações de promoção da língua portuguesa	24
4.3.1	Observações sobre o Acordo Ortográfico	29
5	ESTADO, NAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO, GOVERNO	35
6	O BRASIL NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA	49
6.1	CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	49
6.2	Condições de produção do texto.....	51
6.3	Análise	53
7	O BRASIL EM EMBAIXADAS NO EXTERIOR.....	69
7.1	Embaixadas: o que são e como funcionam	69
7.2	Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina	73
7.2.1	Condições de produção do texto	73
7.2.2	Análise.....	75
7.3	Embaixada do Brasil em Acra/Gana.....	82
7.3.1	Condições de produção do texto	82
7.3.2	Análise.....	85

8	APONTAMENTOS SOBRE OS TEXTOS DA CPLP E DAS EMBAIXADAS DO BRASIL NO EXTERIOR	105
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
10	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
	ANEXOS	123

1 INTRODUÇÃO

O Brasil possui 190.732.694 milhões de habitantes, segundo dados obtidos durante o censo¹ realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e oscila, atualmente, entre a sexta e a sétima posição na lista das maiores economias do mundo². A política externa desenvolvida pelos governos recentes é marcada por movimentos que visam a intensificar a participação do país no cenário internacional, seja obtendo uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), ou ocupando a posição de responsável pela reconstrução do sistema escolar haitiano, por exemplo.

De acordo com Miyamoto (2009), o Brasil busca periodicamente “ocupar espaços cada vez mais importantes não apenas geograficamente, mas sobretudo em termos de projeção política, econômica e estratégico-militar” (p.23). Segundo o autor, o Brasil, ao longo da história de sua política externa, tem procurado alcançar “o *status* de nação privilegiada” focalizando a grandiosidade de seus indicadores geográficos e econômicos e, especialmente com Luiz Inácio Lula da Silva, visando fortalecer e privilegiar as relações com os Estados do hemisfério sul.

Nessa busca por maior projeção, o governo brasileiro lança mão de diferentes estratégias que, segundo o mesmo autor, visam aumentar e intensificar a participação do país em organizações internacionais, estreitar suas relações regionais, realizar intercâmbio com países médios ou, ainda, fortalecer negociações com países com os quais possui identificação por motivos históricos como Gana e Angola.

Numa perspectiva discursiva, podemos afirmar que essas ações no âmbito das relações exteriores e a posição de destaque que o país vem assumindo no cenário político-

¹ IBGE. **Primeiros Resultados do Censo 2010.** Disponível em: http://www.ibge.gov.br/censo2010/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00. Acesso em: 29 mar. 2011.

² ECONOMYWATCH. **The world's largest economies.** Disponível em: <http://www.economywatch.com/economies-in-top>. Acesso em: 20 de abr. 2011.

econômico mundial promovem um deslocamento quanto à circulação da língua portuguesa³ no que diz respeito a limites e fronteiras.

Essa situação, segundo Zoppi-Fontana (2007; 2009), caracteriza um novo período no processo de gramatização⁴ da língua portuguesa no Brasil a partir da história da língua tal qual elaborada por Orlandi e Guimarães (2001). Segundo esses autores, podem ser destacados quatro grandes períodos da história da língua portuguesa, sendo que o primeiro deles se iniciou com a colonização e se estendeu até a expulsão dos Holandeses em 1654. Nessa época, a língua portuguesa circulava entre uma minoria da população, dentre a qual estavam os letrados, os financeiramente privilegiados e alguns funcionários do governo. Coexistiam dentro do território de domínio português, três línguas: o latim, a língua geral e o português. A primeira delas era a língua da escola, destinada ao estudo da gramática e da retórica, sendo esse estudo importante para os sujeitos pertencentes às camadas privilegiadas uma vez que assemelhava o ensino do Brasil ao modelo europeu que vigorava na época. A língua geral circulava entre indígenas de diferentes línguas e os europeus e, por fim, o português, apesar de ser considerada a língua oficial, era a língua dos centros urbanos e da alfabetização, mas não era a língua predominante nas interações sociais.

O segundo momento, para esses autores, teve início em 1654 e findou em 1808 com a chegada da família real portuguesa ao Brasil. As relações entre os sujeitos aqui presentes e a língua se alteraram por diversos motivos ao longo deste período, dentre os quais podemos destacar o aumento do número de portugueses, bem como a intensificação da escravidão que, por conseguinte, ampliou o contato entre os africanos e os falantes de português. Com isso, o uso do português no território brasileiro aumentou consideravelmente e houve a diminuição do uso da língua geral, marcando o avanço do processo de colonização. Esse processo foi reforçado pelo decreto de Marquês de Pombal, o Diretório dos Índios, que vigorou entre 1757 a 1789 e proibiu qualquer língua que não fosse a língua portuguesa, tornando-a a língua do Estado.

³ Embora reconheçamos a importância de marcar as diferenças entre a língua portuguesa e a língua brasileira (Orlandi, 2009), não fazemos tal distinção neste trabalho e utilizamos a denominação português e/ou língua portuguesa indistintamente.

⁴ Por processo de gramatização entendemos, segundo Aurox (1992), as ações de organização e regulação de uma língua, bem como o desenvolvimento de uma política de expansão de uso interno ou externo da língua.

O terceiro período da história do português no Brasil, segundo Orlandi e Guimarães (2001), começou com a chegada da família real portuguesa às terras brasileiras e teve seu fim em 1826 diante dos debates acerca da questão da língua portuguesa como a língua nacional no Brasil. O advento da imprensa e a fundação da Biblioteca Nacional tiveram grande impacto na relação entre a língua portuguesa e o Brasil, pois produziram um efeito de unidade e contribuíram para a hegemonia da língua no país do Novo Mundo.

O quarto período começou em 1826, já marcado pelo embate entre a língua portuguesa e a língua brasileira pela busca do que seria a língua nacional do Brasil. Essa polêmica foi o resultado de um processo de transferência do português de Portugal para o Brasil que produziu “deslizamentos de sentidos, efeitos metafóricos diferentes entre o português do Brasil e o de Portugal” dada a “interferência da materialidade histórica do território” (Orlandi e Guimarães, 2001, p.34).

Com base nesta divisão da história da língua portuguesa, Zoppi-Fontana (2007; 2009) identifica, a partir da década de 90, o que ela considera uma nova fase da nossa língua marcada “por uma série de acontecimentos linguísticos que sinalizam uma nova dimensão da língua brasileira, que passa a ser significada a partir de uma dupla determinação discursiva: como língua nacional e como língua transnacional” (Id., 2009, p.17), ou seja, como uma língua nacional que extrapola as fronteiras do seu Estado-Nação e expande seu espaço de enunciação. O marco desse novo período da história da nossa língua se dá com a assinatura do Tratado de Assunção⁵, em 1991, que levou à formação do bloco econômico Mercado Comum do Sul (Mercosul) tendo como países membros: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A formação deste Mercado Comum visa:

⁵ BRASIL. Decreto n. 350, de 21 de novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (Tratado de Assunção). Disponível em: <http://www.mre.gov.br/dai/trassuncao.htm>. Acesso em 28 out. 2009.

acelerar seus processos de desenvolvimento econômico com justiça social mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis, a preservação do meio ambiente, o melhoramento das interconexões físicas, a coordenação de políticas macroeconômicas e a complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio (Tratado de Assunção).

Como consta no texto do Tratado de Assunção, o Mercosul é uma resposta à consolidação de grandes espaços econômicos em outras partes do mundo, como o Mercado Comum Europeu, por exemplo, e uma oportunidade de, além de promover o desenvolvimento científico e tecnológico dos envolvidos, “modernizar suas economias para ampliar a oferta e a qualidade dos bens de serviço disponíveis, a fim de melhorar as condições de vida de seus habitantes”. É sobre esse novo momento da língua portuguesa e seus desdobramentos que discutiremos nesta pesquisa.

Feita esta introdução, apresentamos a seguir as três questões de pesquisa que norteiam este trabalho, bem como os nossos objetivos.

No capítulo 3, discorremos sobre os fatos de linguagem analisados nesta pesquisa. Definimos o modo como concebemos o conceito de *corpus* e explicitamos todas as etapas da nossa busca pelos materiais a serem analisados. Indicamos o caminho percorrido para a seleção do corpus, os problemas encontrados e a delimitação final do nosso material de pesquisa.

No quarto capítulo, descrevemos a situação atual da língua portuguesa no espaço nacional e fora dele. Definimos o conceito de língua que norteia este trabalho e investimos na compreensão de como a educação e, conseqüentemente, a língua portuguesa e seu ensino são ressignificados a partir da assinatura do Tratado de Assunção. Focalizamos as ações de promoção da língua após 1991 e o modo como educação, língua e economia caminham juntas, sendo as primeiras afetadas por ações políticas determinadas por objetivos econômicos.

Seguindo para a análise das materialidades selecionadas e considerando que as instâncias políticas e educacionais se imbricam em virtude de interesses econômicos, definimos no quinto capítulo os conceitos de Estado, Nação, Estado-Nação e governo que são fundamentais ao longo de nossas análises. Identificamos, neste momento, o modo como Estado e governo se imbricam e atuam nas materialidades analisadas.

No sexto capítulo, trazemos um pouco da história da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e seu funcionamento. Em seguida, analisamos a página de apresentação do Brasil dentro do espaço da comunidade e os efeitos de sentido produzidos.

Esse mesmo procedimento ocorre no âmbito das embaixadas no capítulo 7. Neste, apresentamos o que são embaixadas e como tais instâncias funcionam. Analisamos as condições de produção constituintes das relações entre Brasil/Argentina e Brasil/Gana e analisamos as imagens do Brasil construídas nas materialidades linguísticas e visuais disponibilizadas nos *sites* das embaixadas do Brasil nesses dois países, respectivamente.

No oitavo capítulo deste trabalho, apontamos para as regularidades que marcam o funcionamento discursivo das materialidades significantes. E, por fim, no nono capítulo, trazemos as nossas considerações finais com o intento de mostrar o modo como educação e língua caminham juntas afetadas pelos interesses econômicos que determinam, por sua vez, o modo como as políticas são realizadas, bem como elas estão materializadas nas instâncias analisadas.

2 A QUESTÃO E OS OBJETIVOS

Compreendemos nosso material de análise como um conjunto de textos que representam lugares de produção de efeitos de sentido que se constituem na relação com a história e a ideologia. Dizemos isso a partir de uma perspectiva discursiva materialista que define o discurso como a inscrição dos efeitos da língua na história (Pêcheux, 1969). Este pode ser acessado através do texto que é, por sua vez, definido como uma unidade de análise que remete imediatamente a um discurso definido e delimitado pela formação discursiva e ideológica em que se insere e, portanto, deve ser analisado enquanto produto das possibilidades e das coibições impostas por tais formações.

Interessam-nos instâncias de representação do Estado brasileiro que assumem a responsabilidade sobre a produção e a publicação de textos e fotografias que visam apresentar o país. Especificamente, estamos considerando a CPLP e as embaixadas brasileiras situadas em Buenos Aires (Argentina) e em Acra (Gana)⁶. As embaixadas funcionam, além de um lugar de burocracia, representação e suporte legal, como um meio de promoção e divulgação do país para os estrangeiros.

Nosso objetivo é identificar quais são os dizeres sobre o Brasil presentes em textos disponibilizados nos *sites* da CPLP e das duas embaixadas brasileiras no exterior (Argentina e Gana) cuja finalidade, dentre outras, é promover o país e sua língua no exterior.

Além de textos, as fotografias publicadas nos mesmos espaços com o intuito de apresentar o país são igualmente analisadas. Lançando mão do conceito elaborado por Lagazzi (2007; 2010), o verbal e o visual são tomados como ‘materialidades significantes’ nas quais os sentidos são formulados e que, na relação com a história, produzem efeitos de sentido que interpelam os sujeitos. Considerando as especificidades de cada materialidade e analisando os funcionamentos discursivos que marcam a produção de efeitos de sentido em determinadas condições de produção, visamos responder às seguintes perguntas:

⁶ A justificativa para a escolha dessas instâncias encontra-se no capítulo 3.

- a) Em um cenário no qual a língua é comercializada como bem de consumo e, portanto, de acesso a um país do futuro, interessa-nos compreender quais são as imagens sobre a língua portuguesa e o país construídas em instâncias de representação do Estado?
- b) Quais são as imagens de Brasil construídas a partir dos textos e das fotografias utilizadas para divulgar e promover o Brasil nos sítios eletrônicos da CPLP e das embaixadas do Brasil sediadas na Argentina e em Gana? Existem regularidades no funcionamento discursivo das materialidades analisadas?
- c) Somos afetados por um imaginário de que as instâncias de representação do Estado brasileiro são responsáveis por apresentar o Brasil de maneira única e neutra por estarmos diante de um único referente “Brasil”. Esse imaginário se confirma diante das materialidades significantes utilizadas para apresentar o país nas instâncias selecionadas? Há um mesmo discurso sobre o Brasil nas três instâncias selecionadas ou estamos diante de diferentes “Brasis” em cada um dos espaços analisados?

Analisando as materialidades visuais e a textualização das materialidades linguísticas, ou seja, o modo como o discurso é posto em palavras na sua relação com o político já que “todo dizer tem uma direção significativa determinada pela articulação material dos signos com as relações de poder” (Orlandi, 2001, p.129), compreendemos o(s) funcionamento(s) discursivo(s) e os processos de constituição de sentidos, bem como apreendemos os gestos de interpretação que os constituem e apontamos para outras leituras possíveis.

Diante desta análise, indicamos se há, ou não, a estabilização e a cristalização de determinados sentidos sobre o Brasil em detrimentos de outros e problematizamos aquilo que se apresenta como evidente e homogêneo.

3 FATOS DE LINGUAGEM

3.1 Conceito de *corpus*

Embasados numa teoria discursiva de perspectiva materialista, partimos da concepção de *corpus* enquanto um conjunto de textos variados sobre um mesmo tema, conceito ou acontecimento que podem circular em suportes diversos e que não são dados *a priori*, mas reunidos ao longo de todo o processo analítico (Sargentini, 2005).

O *corpus*, segundo a autora, deve ser construído com a finalidade de refletir “a heterogeneidade e a representatividade na qual se insere o acontecimento a ser analisado” e deve ser trabalhado “no interior de determinadas condições de produção, definidas em relação à história das formações sociais” (Ibid., p.2).

Não buscamos trabalhar, como afirma Orlandi (1999), nem com a exaustividade em extensão, nem a completude do objeto empírico, mas com um processo que pode ser recortado e analisado em diferentes momentos e no qual o linguístico e o histórico se relacionam.

Os textos e fotografias que compõem nosso *corpus* são compreendidos como fatos de linguagem e não como dados que não têm memória, como afirma Orlandi (1996). Esta distinção se faz necessária uma vez que a concepção de fato é algo, segundo a autora, da ordem do discurso que tem uma historicidade e que nos leva à memória linguística por ser “[...]um lugar de entrada na memória da linguagem, sua sistematicidade e seu modo de funcionamento” (Ibid., p.58). Desta maneira, as materialidades significantes analisadas são entendidas como lugares materiais nos quais “a relação entre língua e ideologia produz efeitos, apresentando-se imaginariamente como uma unidade na relação entre os sujeitos e os sentidos” (Orlandi, 2001, p.87). Elas são concebidas como unidades abertas que possuem relações com outros textos e imagens, com suas condições de produção e com o interdiscurso.

Partindo desta concepção temos, neste trabalho, o *corpus* composto por um conjunto aberto de textos e fotografias sobre o mesmo tema - Brasil - que circula em um único suporte - meio eletrônico - cuja análise visa compreender o(s) funcionamento(s) discursivo(s) e suas implicações na relação entre o Brasil e os Estados da Argentina, de Gana e de Portugal.

A escolha por textos disponíveis em meio eletrônico foi feita tendo em vista o poder de alcance destes materiais disponibilizados através de uma tecnologia digital que suplanta barreiras geográficas e temporais. A internet, segundo Galli (2010, p.3), propicia a “publicização e a coletivização de discursos” enquanto materialidades discursivas que produzem sítios de significância que corroboram para a formação dos sujeitos e de seus imaginários discursivos.

Desta maneira, o objetivo de nosso estudo é compreender os efeitos de sentido sobre ‘Brasil’ produzidos pelos textos que circulam na grande rede e compreender os impactos dos sentidos produzidos na construção do imaginário discursivo dos sujeitos leitores que, por sua vez, será determinante da relação destes com o país.

3.2 A busca por materiais

Diante da imensa variedade e quantidade de páginas disponíveis na internet que fornecem dados e informações sobre o Brasil, definimos dois amplos critérios de busca: a) material de divulgação e de promoção do Brasil para estrangeiros e b) materiais disponibilizados em sítios eletrônicos de instituições direta e oficialmente ligadas ao Estado brasileiro, preferencialmente com o domínio ‘.gov’.

Iniciada a busca por materiais para a formação do *corpus*, tivemos acesso ao *site* do governo brasileiro, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, de embaixadas, de unidades da Casa do Brasil, de Centros e Institutos de Estudos Brasileiros. Neste percurso, no entanto, nos deparamos com inúmeros problemas, como a ausência de material de

divulgação sobre o Brasil nos *sites* de diversos CEBs, a diversidade de informações disponíveis nos *sites* das embaixadas, a utilização de *links* que nos redirecionavam a outras páginas eletrônicas, a disponibilização de materiais em línguas estrangeiras e a hospedagem dos *sites* em domínios não governamentais.

Diante desta situação, alteramos os critérios de seleção de materiais e passamos a buscar materiais disponibilizados em língua portuguesa, espanhola ou inglesa em sítios eletrônicos de instâncias de representação do Brasil localizados em diferentes partes do mundo.

Neste caso, as embaixadas se mostraram extremamente adequadas ao nosso propósito e passaram a ser selecionadas como fontes de material para análise com base no critério de existência de acordos educacionais entre os países nos quais estão sediadas e o Brasil. Selecionamos todas as embaixadas sediadas em países com os quais o Brasil possui, através da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), convênios educacionais de cooperação internacional⁷. Tais programas têm o objetivo comum de desenvolver as atividades de graduação e, principalmente, de pós-graduação no contexto mundial por meio de programas que fomentam projetos conjuntos de pesquisa entre grupos brasileiros e estrangeiros⁸.

Com base neste critério, selecionamos a embaixada do Brasil na Argentina em virtude desses países terem partilhado, desde o início da década de 40, o mesmo interesse e muitos esforços na tentativa de uma integração entre os países, conforme aponta Almeida (2001). Segundo o autor, vários foram os esforços desses países para a elaboração de um

⁷ CAPES. **Cooperação Internacional**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>. Acesso em: 01 jun. 2011.

⁸ Os convênios de cooperação internacional são: Estados Unidos (Capes/UT, Austin, UTEP e MDACC; Universidade do Texas - PVF; Prof/Pesq. Visitante (Capes/Comissão Fulbright); Capes/Fipse; Júlio Redecker; Capes/MFA; Programa Ruth Cardoso; Capes/Fulbright - Estágio de doutorando; Capes/Fulbright - Professor Assistente de Língua Portuguesa; Programa Capes/NIH; Certificação em Língua Inglesa; Programa de Assistente de Ensino de Língua Inglesa para Projetos Institucionais - Capes/Fulbright); Itália (CAPES/Politécnico de Turim); Argentina (Colégio Doutoral; MINCyT;

Associados - CAPG; Centros Associados - CAFAP; Probitec); Japão (Programa Capes/JSPS); Gana (Programa PEC-PG – realizado pelo Brasil em parceria com países em desenvolvimento).

projeto de construção de um mercado comum que se tornou possível após o processo de redemocratização política vivenciado por Brasil e Argentina. Constituído o Mercosul, esses países continuaram a desempenhar papéis de protagonistas na efetivação da integração dos países do bloco, sendo ambos os principais responsáveis pela maior parte das transações comerciais realizadas dentro desse contexto. Como decorrência da estreita relação econômica entre esses países, há uma intensa política de efetivação do ensino das línguas portuguesa e espanhola nesses cenários, como vimos no capítulo 2 e que foi primordial para a escolha desta embaixada.

Já a opção pela embaixada do Brasil em Gana ocorreu devido ao forte movimento de intensificação das relações de cooperação entre Brasil e os países africanos desenvolvido por Luiz Inácio Lula da Silva no período de 2003 a 2010. As relações diplomáticas e de cooperação entre Brasil e outros países do hemisfério sul foram privilegiadas durante o governo de Lula como parte de sua política geral de intensificação das relações Sul-Sul e de diversificação dos parceiros comerciais, principalmente, africanos. O estreitamento das relações do Brasil com Gana se deu pelo fato deste ser considerado um dos maiores importadores de produtos brasileiros na África e a porta de entrada de produtos brasileiros na África subsaariana (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2009⁹), além da existência de laços históricos estabelecidos com o povo *Tabom* originários de um grupo de ex-escravos trazidos ao Brasil e que retornaram ao país de origem após a abolição da escravidão nas terras brasileiras.

Selecionadas as embaixadas, decidimos incluir outra instituição: um organismo internacional do qual o Brasil participa como país membro, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Ao escolhermos a CPLP abarcamos uma esfera institucional diferente das embaixadas, mas que coincide com elas no objetivo de apresentar o país e sua língua num projeto de ampla promoção e difusão da língua portuguesa com vistas a reforçar a presença dos países envolvidos no cenário internacional.

⁹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC. Secretaria de Comércio e Serviços – SCS. Departamento de Políticas de Comércio e Serviços – DECOS. Elaboração: Maio/2009. Disponível em: http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1243968354.pdf. Acesso em: 10 jan. 2013.

Especificados os critérios, nossa base de trabalho ficou delimitada da seguinte maneira: a) Comunidade de Países de Língua Portuguesa (www.cplp.org); b) Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina (www.www.brasil.org.ar) e c) Embaixada do Brasil em Acra/Gana (www.embrazil.com.gh).

Ao escolhermos estas instituições, além de satisfazermos os critérios acima descritos, abarcamos duas diferentes esferas institucionais (Comunidade Internacional e Embaixada) que funcionam como aparelhos ideológicos do Estado¹⁰ (AIE). Segundo Althusser (1969), o Estado dispõe de aparelhos que funcionam ora pela repressão, ora pela ideologia com o objetivo de garantir a reprodução das relações de poder. No primeiro caso, estão as instituições como o governo, a administração, o exército, a polícia, os tribunais e as prisões que funcionam predominantemente pela violência. Já o segundo grupo, é composto por aparelhos ideológicos de Estado que funcionam, predominantemente, pela ideologia como a escola, a igreja, os partidos políticos etc. Pertencentes a esse último grupo, estão as embaixadas e a CPLP que funcionam predominantemente pela ideologia para garantir a reprodução do(s) discurso(s) do Estado que, pelo efeito ideológico, se naturalizam e são apresentados como impossíveis de serem outros.

Consideradas como AIEs, a CPLP e as embaixadas brasileiras também são afetadas por outros fatores que entram em cena e constituem os discursos produzidos a respeito do Brasil. Os interesses políticos e econômicos do governo brasileiro para com seus interlocutores são determinantes no processo de produção de sentidos sobre o país, como analisaremos nos capítulos subsequentes.

¹⁰ No caso da CPLP, esta funciona como o aparelho ideológico de mais de um Estado.

4 SOBRE A EDUCAÇÃO E O ENSINO DE PORTUGUÊS

4.1 Concepção de língua na Análise de Discurso

Numa perspectiva discursiva, a língua não é um sistema fechado, homogêneo e abstrato como a concebem os estruturalistas. Discursivamente, a língua é definida como um sistema signifiante inscrito na história, passível de falhas e no qual ocorre a articulação do inconsciente e da ideologia.

A língua possui uma materialidade linguística que não é transparente. Portanto, os sentidos produzidos não estão nela, mas na relação com os sujeitos inscritos no jogo das formações discursivas (Orlandi, 1992).

A formação discursiva, por sua vez, é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*” (Pêcheux, 1975, p.147 – grifos do autor). Segundo o autor, as formações discursivas representam as formações ideológicas correspondentes na materialidade da linguagem e,

as palavras, expressões e proposições etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (Idem).

A língua é a condição e uma das materialidades do discurso que, por sua vez, é

definido como “efeitos de sentido entre interlocutores” (Orlandi, 1994a, p.53). As materialidades linguísticas, assim como as visuais (fotografias, por exemplo) são lugares nos quais o discurso e, portanto, a ideologia se materializam.

A ideologia é, neste campo teórico, a “produção de evidências” (Orlandi, 2001, p.105), ou seja, é concebida como a “prática significante” que interpela o indivíduo em sujeito e naturaliza dizeres e representações indicando que seria impossível dizer e interpretar de maneira diferente a partir daquela posição. Essa interpelação do indivíduo em sujeito causa, necessariamente, dois tipos de esquecimentos definidos por Pêcheux (1975).

Segundo o autor, o esquecimento nº. 2 se refere àquele

pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – *um enunciado, forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada* (Ibid., p.161, grifos do autor).

Já o esquecimento nº.1 “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (Ibid., p.162). Esse exterior, por efeito do esquecimento, não se mostra para o sujeito-falante uma vez que este está sob o domínio de tal formação discursiva.

Deste modo, o sujeito, afetado pelo inconsciente e constituído histórica e ideologicamente pela linguagem, se torna, pelo assujeitamento, “capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (Ibid., p.50). Ele se esquece de que não é a origem dos sentidos (esquecimento um) e de que os dizeres poderiam ser outros (esquecimento dois).

A partir deste imbricamento de conceitos, analisamos o Tratado de Assunção a fim de identificar os efeitos de sentido produzidos sobre a educação e a língua que, por sua vez, afetam o modo como as políticas educacionais e linguísticas são/serão desenvolvidas.

4.2 O discurso sobre educação/língua no contexto do Mercosul

A formação do Mercosul foi um momento importante para a educação e, especificamente, para a língua portuguesa. Sua formação marca o início de um processo de ampliação do espaço de enunciação da língua portuguesa, pois houve o reconhecimento das fronteiras entre as línguas usadas pelos países membros do Mercosul e, ao mesmo, a ultrapassagem de tais fronteiras de modo a instaurar uma maneira particular de se conceber a educação e a língua dentro dos limites do bloco. Por espaço de enunciação, compreendemos, como proposto por Guimarães (2002, p.18), espaços de “funcionamento de línguas, que se dividem, re-dividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços habitados por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer”. Deste modo, a língua portuguesa passa a circular em espaços que extrapolam suas fronteiras e que constituem “espaços, divididos desigualmente, de disputa pela palavra” (Ibid., p.20).

Ao analisarmos o texto do Tratado de Assunção e os documentos adjacentes a ele, notamos que economia, educação e língua caminham juntas e, portanto, buscamos identificar a relação estabelecida entre esses três elementos.

O capítulo II do Tratado de Assunção estabelece a estrutura de trabalho e a frequência dos encontros dos países do bloco. Além disso, explicita, no artigo 17, que “os idiomas oficiais do Mercado Comum serão o português e o espanhol e a versão oficial dos documentos de trabalho será a do idioma do país sede de cada reunião” (Tratado de Assunção).

Com a exceção deste parágrafo, nenhuma outra menção é feita aos aspectos educacionais ou de língua ao longo de todo o documento. Aproximadamente um mês após a sua assinatura, no entanto, em dezembro de 1991, os países elaboram o primeiro Protocolo de Intenções decorrente do documento fundador do bloco do Cone Sul.

Nesse documento, os países acordam que é preciso desenvolver programas educacionais para a: “1. Formação de Consciência Social Favorável ao Processo de Integração; 2. Capacitação de Recursos Humanos que Contribuam para o Desenvolvimento Econômico e 3. Integração dos Sistemas Educacionais”¹¹. Para tanto, é formada uma Comissão de Ministros de Educação e proposta a constituição de um Subgrupo de Trabalho no campo da Educação.

Tais ações são justificadas a partir da consideranda do Protocolo que atribui à educação uma posição que merece ser analisada, pois ela representa um discurso que se torna recorrente com a fundação do bloco econômico. O modo como a educação passa a ser qualificada afetará as políticas educacionais dos países membros e, com isso, a promoção e a difusão da língua portuguesa. O texto é o seguinte:

Considerando

Que a Educação tem um papel fundamental para que esta integração se consolide e se desenvolva;

Que a herança cultural dos povos latino-americanos e, particularmente, dos Estados Membros do MERCOSUL, é comum;

Que estes povos comprometeram-se ante a História a empreender esforço conjunto que os conduza à prosperidade, ao progresso e ao bem-estar, com justiça social;

Que o fator humano e a qualidade dos habitantes da Região constituirão uma sólida garantia de êxito no processo de integração;

Que a melhoria dos fatores de produção requer necessariamente a elevação dos níveis de educação e de formação integral das pessoas;

Que para fortalecer a ampliação das atuais dimensões de seus mercados nacionais, a livre circulação de bens, serviços e fatores de produção, é fundamental considerar a Educação como elemento dinamizador que permitirá acelerar os processos de desenvolvimento econômico com justiça social e consolidar o caminho da integração;

¹¹ MERCOSUL. TRATADOS. ACORDOS. Protocolo de Intenções (13/12/1991). Disponível em: http://www.sic.inep.gov.br/pt/documentos/cat_view/98-documentos-e-referencias/45-acordos--acuerdos--agreements/96-acordos-de-ministros--acuerdos-de-ministros--ministers-agreements. Acesso em: 29 out.2009.

Que da Educação depende, em grande parte, a capacidade dos povos latino-americanos de se reencontrarem nos valores comuns e na afirmação de sua identidade ante os desafios do mundo contemporâneo;

Que a Educação, como processo gerador e transmissor de valores e conhecimentos científicos e tecnológicos, além de sua finalidade formadora e produtiva, pode constituir-se em meio eficaz de modernização para os Estados Membros. (Protocolo de Intenções, 1991).

A partir do que propõe a consideranda do Protocolo, a educação é significada como um meio necessário para: a) a consolidação da integração entre os países do bloco; b) a melhoria dos fatores de produção; c) a aceleração do desenvolvimento econômico; d) a modernização dos Estados membros e e) o reencontro dos valores comuns e afirmação da identidade. É através da educação que pode ocorrer a efetivação dos objetivos estabelecidos, ou seja, o fortalecimento da integração e, portanto, o desenvolvimento econômico dos envolvidos tal como proposto no Tratado de Assunção.

Com vistas a atingir estes objetivos, os países membros do Mercosul declaram, neste Protocolo, “o interesse de difundir o aprendizado dos idiomas oficiais do MERCOSUL - Espanhol e Português - através dos Sistemas Educacionais formais, não formais e informais”.

Em 1992, é elaborado o primeiro “Plano trienal para o setor educação no contexto do MERCOSUL”¹² no qual se afirma que a consolidação do bloco está diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma consciência favorável à integração, uma capacitação de recursos humanos e a harmonização dos sistemas educativos.

¹² MERCOSUL/CMC/DEC N°07/1992. Plano Trienal para o Setor de Educação no Contexto do Mercosul. Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/Normas/normas_web/Decisiones/PT/CMC_1992_Dec_007_PT_PlanoTrienalEduca%C3%A7%C3%A3o.PDFwww2.mre.gov.br/dai/trassuncao.htm. Acesso em 10 out. 2010.

Considerando

Que a formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração, assim como a capacitação de recursos humanos e a conciliação e harmonização dos sistemas educativos dos Estados Partes constituem alicerces fundamentais para a conformação do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A sustentação do Mercosul depende, segundo o documento, do apoio dos cidadãos envolvidos que, por sua vez, devem ser capacitados e formados por sistemas educativos compatíveis. Para promover essas ações, são propostos três diferentes programas, como pode ser lido abaixo.

PROGRAMA I. Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração.

Tem por finalidade promover o conhecimento do impacto da integração e difundir esta informação nos diferentes níveis do sistema educativo e implementar o ensino do Espanhol e do Português em instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educativo.

PROGRAMA II. Capacitação de recursos humanos para contribuir ao desenvolvimento.

Seu objetivo é promover estratégias de desenvolvimento educativo para o ensino básico e médio, para a formação técnico-profissional e de alto nível.

PROGRAMA III. Compatibilização e harmonização dos sistemas educativos.

Persegue a proposição de mecanismos jurídicos, administrativos e acadêmicos que possibilitem a compatibilização dos sistemas educativos e o estabelecimento de um sistema de informação em rede que possibilite conhecer os dados educativos relevantes dos Estados Partes. (Mercosul)

A educação está presente nos três programas mencionados e é significada como um ‘meio’ através do qual a existência do próprio Mercosul e a realização de seus objetivos podem ser assegurados.

Na descrição das ações que visam atingir os objetivos definidos na própria formulação dos nomes dos programas, vemos, no Programa 1, que “implementar o ensino do Espanhol e do Português em instituições dos diferentes níveis e modalidades do sistema educativo” é uma ação necessária para contribuir com a “Formação da consciência cidadã favorável ao processo de integração”. Enquanto no documento de 1991 falava-se em ‘difundir o aprendizado’ das línguas, fala-se agora em ‘implementar o ensino’. ‘Ensino’ passa a substituir ‘aprendizado’ refletindo uma postura mais ativa por parte dos governos dos países membros comprometidos com a ideia de oferecer o ensino das línguas (português e espanhol) reconhecendo a importância do conhecimento compartilhado das línguas para a efetivação da integração do bloco. Aprender a língua do outro e ensinar a própria língua em território alheio viabilizam a integração e, assim, a prosperidade econômica dos países membros.

Em 1997, Brasil e Argentina assinam o “Convênio de Cooperação Educacional entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil”, no qual reafirmam a necessidade de promover “a cooperação educacional em todos os níveis e modalidade, entre seus órgãos competentes, no âmbito do processo de integração” a fim de “dinamizar e atualizar a relação bilateral em matéria educacional por meio da reformulação dos instrumentos convencionais”¹³.

Conscientes de que os sistemas educacionais devem responder aos desafios da consolidação da democracia em contexto de crescente integração entre os países da região, das transformações produtivas e dos avanços científico-tecnológicos;

Determinadas a dinamizar e atualizar a relação bilateral em matéria educacional por meio da reformulação dos instrumentos convencionais;

¹³ BRASIL; ARGENTINA. Convênio de Cooperação Educativa entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina, assinado em 10 de novembro de 1997. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=230146>. Acesso em 10 nov. 2010.

Inspiradas na vontade mútua de aprofundar as ações de cooperação entre os sistemas educacionais de ambos os Estados,

Acordam o seguinte:

Artigo I

As Partes promoverão a cooperação educacional em todos os níveis e modalidades, entre seus órgãos competentes, no âmbito do processo de integração.

O convênio entra em vigor em 2001 e a integração e cooperação educacional são definidas como uma resposta aos desafios da “consolidação da democracia”, da “transformação produtiva” e dos “avanços científicos tecnológicos”.

Em 2004, esses dois países assinam a “Declaração Conjunta dos Ministros de Educação” com o objetivo de desenvolver um programa de educação intercultural com ênfase no ensino de português e espanhol em escolas de zonas de fronteira. Segundo o então Ministro da Educação do Brasil, Tarso Genro, o projeto é “uma forma de integração concreta que vai afirmar os idiomas nacionais e facilitar as relações culturais, econômicas e políticas entre os países sul-americanos”¹⁴. A fala do ministro corrobora para o discurso produzido, desde 1991, que atribui à educação sentidos de ‘meio’, ‘forma’, ‘modo’, ‘instrumento’ e ‘ferramenta’ essenciais para a viabilização da integração entre os países.

No ano seguinte, em 2005, o “Protocolo entre o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina e o Ministério de Educação da República Federativa do Brasil para a promoção do ensino do espanhol e do português como segundas línguas”¹⁵ é assinado pelo Brasil e pela Argentina. Este documento sintetiza o funcionamento discursivo que marca os documentos emitidos pelos países do bloco do Cone Sul desde o Tratado

¹⁴ BRASIL/MEC. Escolas bilíngües do Brasil e da Argentina iniciam as aulas na quinta-feira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2010&catid=202. Acesso em 4 nov. 2010.

¹⁵ BRASIL; ARGENTINA. Protocolo entre o Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina e o Ministério de Educação da República Federativa do Brasil para a promoção do ensino do espanhol e do português como segundas línguas. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/protocolo_brasil_argentina.pdf. Acesso em: 7 out. 2009.

fundacional de 1991.

O Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia da República Argentina e o Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, denominados como, as Partes:

Convencidos que a educação deve ser o espaço a partir de onde se promove e constrói uma consciência favorável para a integração, valorizando a diversidade e a importância dos códigos interculturais e lingüísticos;

Reafirmando o compromisso que as áreas educacionais de ambos países continuarão trabalhando conjuntamente no sentido de fortalecer as ações de cooperação e integração educacional, tendo em conta, em particular, o Convênio de Cooperação Educacional entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, assinado em 10 de novembro de 1997; e a Declaração Conjunta dos Ministros de Educação, assinado em 9 de junho de 2004.

Considerando que a educação, o conhecimento e a ciência são elementos fundamentais para o desenvolvimento, que permitem ao mesmo tempo o crescimento econômico baseado na competitividade genuína e o acesso a maiores níveis de qualidade de vida, de cidadania e da igualdade entre as pessoas,

Conscientes que para fortalecer o intercâmbio educacional, de trabalho e profissional de nossos povos, é importante garantir as possibilidades de conhecimento recíproco dos idiomas oficiais;

Seguros de que o ensino do espanhol no Brasil e do português na Argentina consolidará a integração regional no âmbito da diversidade;

No documento, a educação é representada, a exemplo dos demais: a) como um “espaço a partir de onde se promove e constrói uma consciência favorável para a integração”; b) um dos “elementos fundamentais para o desenvolvimento, que permitem ao mesmo tempo o crescimento econômico baseado na competitividade genuína e o acesso a

maiores níveis de qualidade de vida, de cidadania e da igualdade entre as pessoas”; e c) como a garantia de que se “consolidará a integração regional no âmbito da diversidade”.

Neste documento, assim como em todos os documentos decorrentes do Tratado de Assunção que tratam de educação, ‘integrar’ e ‘desenvolver’ a economia são definidos como metas a serem atingidas que dependem, por sua vez, da ‘conscientização’ e da ‘capacitação’ dos sujeitos envolvidos. A responsabilidade para alcançar esse objetivo é atribuída à educação que é significada como um espaço, um elemento, uma garantia, um meio essencial para a efetivação das ações necessárias para a consolidação do bloco. Dentre as ações educacionais propostas, ocupa espaço de destaque a questão do ensino de línguas, considerado fundamental para eliminar a barreira que existe entre os povos e que dificulta, principalmente, suas relações comerciais.

4.3 Ações de promoção da língua portuguesa

A assinatura do Tratado de Assunção é considerada por Zoppi-Fontana (2009) um marco no processo recente de gramatização da língua portuguesa. A autora, no entanto, aponta para inúmeros outros acontecimentos linguísticos que marcam esse período e indicam “movimentos institucionais de assunção de uma posição de autoria em relação não só à produção de conhecimento metalinguístico sobre a língua, mas também em relação à sua circulação e à gestão do acesso a ela no território nacional e fora dele” (p.23).

O primeiro deles é a formação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) cujo intuito é promover e fortalecer a presença da língua portuguesa no cenário internacional. As negociações iniciais para a formação da CPLP ocorreram, em 1989, com a realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe) a convite de José Sarney, o então Presidente do Brasil.

Após inúmeros encontros, realizou-se, em Lisboa, em 17 de julho de 1996, a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que oficializou a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Essa comunidade, que seis anos mais tarde passou a contar com a presença de Timor Leste, instaurou um novo projeto político comum de cooperação social, econômica e cultural visando, principalmente, a valorização e difusão do idioma comum: a língua portuguesa. Segundo informações disponibilizadas na página oficial da Comunidade na internet¹⁶, um de seus objetivos é “a materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa”.

A implementação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) outorgado em 1994 pelo Ministério da Educação é também considerado, pela autora, um importante momento no processo de instrumentalização da língua portuguesa. Considerado o único certificado brasileiro de proficiência em português como língua estrangeira/segunda língua reconhecido pelo Estado brasileiro, o exame foi aplicado pela primeira vez em 1998 e tem por objetivo a “comprovação da competência na língua portuguesa”¹⁷, sendo exigido para diplomatas argentinos, para o ingresso em programas de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras e para a validação de diplomas de profissionais estrangeiros que pretendem trabalhar no país, principalmente, médicos e profissionais das áreas de Estatística, Química e Enfermagem (Schlatter et al., 2009, p. 98). Para Zoppi-Fontana (2009, p.25), a elaboração do exame representa:

um acontecimento linguístico, a partir do qual o Estado brasileiro ocupa o lugar enunciativo de gestor legítimo da língua portuguesa no espaço internacional, ao se apresentar como instância de

¹⁶ COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Objectivos da CPLP. Disponível em: <http://www.cplp.org/Objectivos.aspx?ID=46>. Acesso em: 28 out. 2009.

¹⁷ BRASIL. Celpe-Bras. Apresentação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12270&Itemid=519. Acesso em: 23 set. 2009.

reconhecimento e certificação institucional e acadêmica do conhecimento de sujeitos falantes de outras línguas sobre o português.

Em 1992, foi constituída a Sociedade Internacional de Português – Língua estrangeira (SIPLE), durante o III Congresso Nacional da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (ALAB), realizado na Universidade Estadual de Campinas. Segundo Zoppi-Fontana (2009), a institucionalização da SIPLE pode ser considerada um acontecimento linguístico por ter transformado a prática profissional em uma nova área de conhecimento científico que ganhou visibilidade social e legitimação. Em 2010, esta associação científica realizou seu IX Congresso Internacional e lançou uma revista eletrônica contando, em ambos os casos, com a participação de profissionais de diferentes partes do mundo, como China, Argentina e Estados Unidos. Como um dos inúmeros resultados da formação da SIPLE, houve um aumento significativo no número de trabalhos na área que começaram a ser apresentados em eventos e veiculados em publicações especializadas (Cunha e Santos, 2002, p.35).

Em 1997, houve a implementação da primeira licenciatura brasileira em PLE, denominada Licenciatura de Português do Brasil como Segunda Língua (PBSL-UnB), oferecida pela primeira vez em 1998. Ainda segundo Zoppi-Fontana (2009, p.30), este foi mais um movimento importante de institucionalização de um campo de saber específico sobre o Português do Brasil como língua de comunicação internacional. Após esse episódio, outras universidades instauraram programas de ensino e disciplinas nesta área, sendo que, até 2007, havia ensino regular de português nas universidades de Porto Alegre, Santa Maria, Florianópolis, Curitiba, Campinas, São Carlos, São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Pernambuco, Juiz de Fora, Niterói, Belo Horizonte, Maringá, Salvador e Fortaleza, segundo Almeida Filho (2007, p.41). O autor afirma, no entanto, que a questão da institucionalização da oferta do PLE nos catálogos de cursos das instituições de ensino superior (IES) não está estabilizada já que a grande parte do ensino de PLE no Brasil se dá em escolas privadas de línguas e centros de línguas de universidades que oferecem cursos

aos estudantes visitantes que são, na grande maioria, bolsistas do programa PEC-PG¹⁸ da Agência de fomento CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) advindos de países em desenvolvimento das Américas e da África.

A partir de 2000, conforme afirma Zoppi-Fontana (2009, p.13), ocorreram ainda outros acontecimentos linguísticos decorrentes de iniciativas do Estado brasileiro que focalizaram a difusão e a promoção da língua em território nacional e estrangeiro. Dentre esses acontecimentos, a autora cita algumas ações de monumentalização da língua, ou seja, ações que passaram a significar a língua como um patrimônio nacional. Exemplos dessas ações foram: a realização do Seminário Legislativo para a Criação do Livro de Registros das Línguas (2006); a formação da Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa – Colip (2005); a elaboração da proposta de construção do Instituto Machado de Assis (2005); a inauguração do Museu da Língua Portuguesa (2006) e a institucionalização do Dia Nacional da Língua Portuguesa (2006).

Além disso, a autora menciona a elaboração de outros instrumentos linguísticos, como a *Gramática de Português como Língua Estrangeira. Fonologia, ortografia e morfossintaxe* de Vicente Masip (2000) e a *Modern Portuguese: a reference grammar* de Mário Perini (2002); e, o mais importante deles, a entrada em vigor do Novo Acordo Ortográfico a partir de 1 de janeiro de 2009 no Brasil e assinado pelo governo de Portugal em 2008.

Para Zoppi-Fontana (2009), todas as iniciativas do Estado-Nação, bem como seus desdobramentos em ações civis, significam, por processos metonímicos, a língua como um patrimônio nacional, como parte material do Estado e da Nação brasileira, como lugar de reafirmação da identidade nacional e de onde se obtém projeção internacional na sua dimensão transnacional. Elas indicam um investimento estatal, segundo a autora, que visa à reconfiguração da inserção do Estado brasileiro no espaço geopolítico internacional através de políticas de língua que abordam questões de valorização e promoção da língua

¹⁸ PEC-PG significa Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação.

portuguesa, da sua ‘internacionalização’ e de sua caracterização enquanto ‘língua de comunicação internacional’.

Há uma interpelação que, segundo a autora, implica em considerar a circulação dessa língua em um espaço de enunciação que vai além dos limites geográficos das terras brasileiras e que, portanto, faz com que o português do Brasil ganhe os sentidos de língua de mercado. Essa interpelação é produzida pela instância do Mercado globalizado que ressignifica a língua como mercadoria e atribui a ela um valor de troca. Neste processo, denominado pela autora de processo de *capitalização linguística*, a língua é investida de valor de troca e transformada em um bem de consumo e em um investimento econômico. A língua deixa de ser instrumento de dominação política para se tornar um mecanismo de especulação financeira e, conseqüentemente, de dominação econômica em um mundo em que as línguas se tornaram mercadorias cuja posse é importante para que o sujeito possa se inscrever enquanto sujeito de Mercado no mundo globalizado (Zoppi-Fontana, 2009, p.36-7). O português do Brasil, significado enquanto patrimônio de uma Nação que se projeta no mundo como ‘economia emergente’, é representado como a língua do futuro em um deslocamento metonímico do imaginário que fez do Brasil o país do futuro, como analisa a autora (Ibid., p.38). A autora reconhece um movimento no qual a língua passa a ser significada como um instrumento de dominação econômica e deixa de ser um instrumento de dominação política. A nosso ver, no entanto, não se estabelece uma relação de exclusão nos modos como a língua portuguesa passa a ser significada. O que identificamos e mostramos ao longo deste trabalho é um movimento de somatória no qual a língua passa a ser significada diferentemente numa perspectiva econômica, sem deixar de ser um instrumento de dominação política. A língua passa a significar, simultaneamente, desses dois modos e, portanto, embora possa ser concebida como uma possibilidade de dominação econômica, ela continua sendo um poderoso instrumento de dominação política.

O momento em que o português é, nas palavras de Diniz (2009, p.71), lançado no mercado de línguas na sua posição transnacional, produz em reflexo imediato na produção de materiais didáticos. Segundo o autor, na década de 90, há um pico de produção de livros didáticos que suplanta a produção do exterior. Além disso, se fortalece um processo

discursivo de determinação do português enquanto a língua falada ‘no Brasil’, enquanto o português ‘do Brasil’. Através dos livros didáticos, é posto em cena um ‘discurso de brasilidade’ que permite ‘vender’ os ‘produtos’ (livros didáticos) e, ao mesmo tempo, a língua portuguesa enquanto promessa de acesso ao Brasil. Este processo, ainda conforme o autor, é marcado por uma forte tensão entre a paráfrase e a polissemia, isto é, há um retorno a um imaginário discursivo acerca do Brasil enquanto terra do samba, futebol e natureza exuberante e, ao mesmo tempo, há o espaço do diferente e do novo, como o país do futuro com oportunidades de negócios e crescimento.

4.3.1 Observações sobre o Acordo Ortográfico

Dentre todos os acontecimentos linguísticos recentes que marcam a história da promoção da língua portuguesa, segundo Zoppi-Fontana (2009), o Acordo Ortográfico pode ser considerado um dos mais importantes pois sinaliza uma posição de autoria do Estado brasileiro na busca pela hegemonia da gestão internacional da língua. O Estado brasileiro, de acordo com a autora, assume um lugar institucional e internacional de produtor legítimo de conhecimento sobre a língua e sobre a produção de instrumentos linguísticos.

Este Acordo, em um primeiro momento, teria validade somente quando todos os países da Comunidade o ratificassem. Em 2008, no entanto, foi feito o 2º Protocolo Modificativo vinculando a data de início do Acordo ao momento em que o terceiro país depositasse a ratificação do Acordo junto ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Isso ocorreu em 2006 por São Tomé e Príncipe, antecedido por Cabo Verde (2006) e pelo Brasil, em 2004¹⁹. Devido a essa mudança, o Acordo Ortográfico já está em vigor na ordem jurídica internacional, bem como no Brasil, Cabo Verde, Portugal e São Tomé e Príncipe.

¹⁹ CPLP: Nota à Comunicação Social de 21 de Maio de 2007. Disponível em: <http://groups.google.com/group/observatorio-lp/web/acordo-ortografico?version=4>. Acesso em: 10 fev. 2010.

Embora ratificado por esses países, o Acordo não prevê nenhuma data para a sua implementação, sendo esta uma decisão interna de cada Estado. O Brasil, por exemplo, definiu o período de implementação das regras estabelecidas no Acordo entre 1 de janeiro de 2009 até o início de 2013, enquanto Portugal estabeleceu um período de 6 anos para a implementação da nova grafia iniciado em 13 de maio de 2009 e a ser finalizado em 2015.

Diante do Acordo Ortográfico, Brasil e Portugal travam uma batalha pela hegemonia num bloco que se pretende homogêneo. A lentidão com a qual Portugal ratificou e implementará o Acordo indica resistência em compartilhar seu poder sobre os domínios da língua. Vejamos a análise a seguir.

A posição lusitana contrária ao Acordo pode ser verificada no Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico²⁰. O documento é uma petição online, de caráter cívico e apartidário que, em 17 de Maio de 2008, foi entregue ao Presidente da República de Portugal com as primeiras 17.300 assinaturas e que contava, em março de 2012, com mais de 128 mil assinaturas.

O documento, elaborado por diversos segmentos da sociedade portuguesa, dispõe que:

1 – O uso oral e escrito da língua portuguesa degradou-se a um ponto de aviltamento inaceitável, porque fere irremediavelmente a nossa identidade multissecular e o riquíssimo legado civilizacional e histórico que recebemos e nos cumpre transmitir aos vindouros. [...]

2 – A agravar esta situação, sob o falso pretexto pedagógico de que a simplificação e uniformização linguística favoreceriam o combate ao analfabetismo (o que é historicamente errado), e estreitariam os laços culturais (nada o demonstra), lançou-se o chamado Acordo Ortográfico, pretendendo impor uma reforma da maneira de escrever mal concebida, desconchavada, sem critério de rigor, e nas suas prescrições atentatória da essência da língua e do nosso modelo de cultura. Reforma não só desnecessária mas perniciosa e de custos financeiros não calculados. [...]

3 – O Ministério da Educação, porque organiza os diferentes graus

²⁰ Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico. Disponível em: <http://www.ipetitions.com/petition/manifestolinguaportuguesa>. Acesso em: 01 jun. 2010.

de ensino, adopta programas das matérias, forma os professores, não pode limitar-se a aceitar injunções sem legitimidade, baseadas em “acordos” mais do que contestáveis. Tem de assumir uma posição clara de respeito pelas correntes de pensamento que representam a continuidade de um património de tanto valor e para ele contribuam com o progresso da língua dentro dos padrões da lógica, da instrumentalidade e do bom gosto. [...]

4 – O texto do chamado Acordo sofre de inúmeras imprecisões, erros e ambiguidades – não tem condições para servir de base a qualquer proposta normativa. É inaceitável a supressão da acentuação, bem como das impropriamente chamadas consoantes “mudas” – muitas das quais se lêem ou têm valor etimológico indispensável à boa compreensão das palavras. Não faz sentido o carácter facultativo que no texto do Acordo se prevê em numerosos casos, gerando-se a confusão.

No manifesto, a legitimidade do acordo é contestada em diversos momentos do texto. No segundo parágrafo, o aposto “o chamado Acordo Ortográfico” é uma intervenção do sujeito enunciador que marca um ponto de heterogeneidade na cadeia discursiva através da inserção de um outro discurso.

Segundo Authier-Revuz (1990), esse modalizador - “o chamado” - indica a não-coincidência do discurso consigo mesmo, ou seja, o enunciador da petição não qualifica aquele documento como um acordo. Como afirma a autora, “a designação de um exterior específico é, através de cada marca de distância, uma operação de constituição de identidade para o discurso” (p.31). Desta maneira, fica marcada a divisão entre a posição na qual o enunciador se insere, ou seja, àquela que não atribui ao documento o *status* de Acordo e aquela que o concebe como tal.

Esse funcionamento se repete em outro momento do texto, mas, desta vez, sem romper a ordem da sintaxe, com a utilização das aspas enquadrando o substantivo ‘acordos’. Com o uso das aspas, a responsabilidade sobre o emprego desta palavra para designar o objeto do discurso é transferida a um outro enunciador cujo discurso é divergente daquele produzido no documento (Ibid., p.29-30). O enunciador da petição alude a uma outra discursividade – leia-se o discurso do governo e daqueles que são

favoráveis ao acordo – dentro de seu próprio discurso, sendo a especificação da alteridade a que se refere, materializada pelas aspas, interpretada com base no ambiente discursivo em questão.

O objeto discursivo – Acordo – é adjetivado como “mal concebido(a)”, “desconchavad(o)a”, “sem critério de rigor”, “atentatário(o)a”, “desnecessário(o)a”, “pernicios(o)a”, “de custos financeiros não calculados”, “sem legitimidade” e “contestáveis”. Deste modo, a partir da posição adotada pelo enunciador, é estabelecida uma rede de filiação de sentidos que desqualificam o Acordo e questionam sua legitimidade, principalmente, com a utilização do prefixo e a preposição de negação ‘des-’ e ‘sem’, respectivamente.

Os sujeitos convocados pela petição se enquadram em duas posições discursivas distintas: a) aqueles que se identificam com o discurso materializado na petição e, portanto, contrários ao Acordo e b) o governo português, representado pelo Ministério da Educação, favorável à implementação do Acordo.

Na perspectiva do enunciador da petição, o governo assume um papel submisso frente à discussão sobre o Acordo e é falho na sua função de “garantir” a “transmissão e a “continuidade” da língua e da cultura. Por isso, aceitar o Acordo Ortográfico não implica em “garantir a expansão da língua nos seus factores extra linguísticos, consolidando o discurso científico que produz, as expressões cultural e artística que cria, as relações económicas que veicula e as suas demais dimensões, como a promoção no cenário Internacional”, como propõe a CPLP²¹, mas diferentemente, implica em afetar a língua e a cultura tidas como “essência” e “modelo” numa relação com “identidade multissecular” e “legado civilizacional e histórico”.

Os sentidos que dão sustentação ao argumento que contesta a legitimidade do Acordo funcionam no eixo parafrástico da civilização: civilidade, degradação, progresso e padrão. A ‘civilidade’ que representa a língua portuguesa é posta em contraposição à ‘degradação’ que representa o Acordo. A língua, enquanto materialidade civilizada, é

²¹ Texto introdutório da seção Acordo Ortográfico. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=176>. Acesso em: 18 maio 2012.

afetada pela ideia de mudança, mas não como uma mudança resultante de uma materialidade sempre em movimento afetada pela história, ao contrário, como uma materialidade passível de mudança como fruto de uma linha evolutiva que progride de acordo com a lógica, a instrumentalidade e o bom gosto, sendo este último aspecto qualificado como algo dado e neutro em contraposição a algo construído com base em critérios de um grupo detentor do poder.

A língua, passível do progredir e, portanto, de regredir, é significada como um patrimônio de Portugal cujas modificações afetam não somente a língua enquanto estrutura, mas também implicam em mudanças na identidade do povo português.

Instaura-se uma disputa, no campo das Letras, entre o colonizador (Portugal) e o colonizado (Brasil) que, em termos históricos tinham seus papéis definidos, mas que, neste momento, sofrem deslocamentos, passando a se inverter ou, no mínimo, a se anular. A relação entre as partes deixa de ser hierárquica para ser simétrica ou hierarquicamente inversa - colonizado ocupando a posição do colonizador - delineando uma disputa que também ocorre no interior da CPLP, como veremos no capítulo 6.

5 ESTADO, NAÇÃO, ESTADO-NAÇÃO, GOVERNO

Ao longo de nossa trajetória em busca de materiais a serem trabalhados e, principalmente, a partir do contato com os fatos de linguagem analisados nesta pesquisa, deparamo-nos com a necessidade de definirmos os conceitos de Estado, nação, Estado-nação, país e governo. Ter clareza desses conceitos e, principalmente, de suas diferenças nos permite compreender um pouco melhor o funcionamento discursivo dos textos analisados.

Como afirma Bresser-Pereira (2008), todos esses conceitos são, frequentemente, utilizados como sinônimos e como termos que apontam para as mesmas instituições numa leitura enganosa de tais significantes. Na tentativa de não cometer esse engano, abordamos aqui os conceitos de Estado, nação, país e governo com o objetivo de apontar as principais características e diferenças, mas ciente de nossas limitações em termos de conhecimento sobre essa área. Tais distinções, no entanto, são teóricas e representam um ‘discurso sobre’ esses conceitos que são da ordem do discurso científico e da teoria. Ao longo de nossas análises, como veremos mais adiante, essas distinções se misturam e se confundem perdendo os limites dados pelas definições teóricas, se imbricando e produzindo, nas práticas discursivas, efeitos de sentido que apontam para uma indistinção de conceitos e limites difusos, principalmente entre Estado e governo.

Iniciamos nossa incursão pelo conceito de **Estado** que, segundo Bresser-Pereira (2008), começou a surgir a partir do século XVIII, na Europa, através de um processo de centralização do poder político baseado no monopólio da cobrança de tributos e do uso da violência em um determinado espaço.

O Estado, em sua configuração atual, segundo alguns autores (Filomeno, 2009; Dallari, 1980), é uma ordem jurídica soberana que engendra um quadro administrativo e a organização do exército e das polícias que, por sua vez, são responsáveis pela proteção e manutenção das fronteiras nacionais. Para os autores, sua condição de existência é a existência de um território que abrange, por sua vez, “solo, subsolo, espaço aéreo, embaixadas, navios e aviões militares em qualquer parte que se encontrem, navios e aviões

de uso comercial ou civil em sobrevoo ou navegação de território não pertencente a outros Estados e, finalmente, o mar territorial” (Filomeno, 2009, p.76). Para o autor, o Estado tem um

poder estatal que chamamos de soberania, considerado como sendo o poder incontestável, porque não admite, contrariedade da parte de outro dentro do território de determinado Estado, e incontestável, no sentido de não poder haver, ainda dentro do referido território, outro que se lhe iguale e muito menos o suplante (idem).

Já o conceito de **nação** está relacionado à existência de uma comunidade situada em um mesmo território, que partilha de uma memória histórica e que se identifica com determinados símbolos, rituais, mitos e tradições (Hobsbawn, 1990). Para Filomeno (2009, p.56), nação significa “a sociedade natural de homens, na qual a convivência e, sobretudo, o culto das mesmas tradições, o respeito aos mesmos costumes e uma língua comum, levam à consciência nacional singular”. Segundo o autor, enquanto o Estado é de ordem política e jurídica e necessita de um território para ter poder de atuação, a nação pode existir sem território delimitado e está ligada a laços sociológicos e de identificação dos sujeitos.

Como decorrência desses conceitos, surge a noção de **estado-nação** que, numa perspectiva atual, segundo Albuquerque (2008), preza, no sentido interno, o multiculturalismo e a diversidade de identidades nacionais e, no plano externo, a formação de mercados e comunidades supranacionais, diminuindo o poder político do Estado nacional. É possível afirmar que, numa perspectiva das relações internacionais, um Estado-nação configura um país.

E, por fim, há o conceito de **governo** entendido como a instância máxima de administração executiva, geralmente reconhecida como a liderança de um Estado e responsável pela administração pública. Segundo Canotilho (1999: 594), o governo:

(1) é o complexo organizatório do Estado (conjunto de órgãos) ao qual é reconhecida competência de direção política (ex.: forma de governo); (2) conjunto de todos os órgãos que desempenham tarefas e funções não enquadráveis no 'poder legislativo' e no 'poder jurisdicional' (ex.: 'poder executivo'); (3) órgão constitucional de soberania com competência para a condução da política geral do país e superintendente na administração pública.

Para Filomeno (2009:85-86), o governo é:

o conjunto dos órgãos do Estado que colocam em prática as deliberações dos órgãos legislativos. Ou seja, é a face visível do Estado, e a expressão da sua própria soberania, enquanto poder supremo existente nos limites de seu território. Pode-se ainda conceituá-lo como a organização necessária para o exercício do poder político do Estado.

No caso do Brasil, a forma de Estado existente é caracterizada como uma federação de Estados, ou seja, “união permanente e indissolúvel de Estados autônomos, mas não soberanos, sob a égide de uma Constituição, sendo certo que, entre eles, já há uma repartição interna de atribuições governamentais, sendo-lhe vedada, porém, a secessão” (Filomeno, p.91). Desta maneira, a federação é caracterizada pela coexistência de poderes de esferas diversas e pela descentralização política e administrativa. De acordo com Dallari (1977:228),

o poder político é compartilhado pela União e pelas unidades federadas. Existe um governo federal, do qual participam as unidades federadas e o povo, e existem os governos estaduais dotados de autonomia política, podendo ficar sua própria orientação nos assuntos de seu interesse, desde que não contrariem a Constituição federal.

Essas diferenciações se fazem necessárias uma vez que visamos identificar, nos espaços de representação do Brasil, a atuação de Estado ou de governo na produção de materialidades cuja função é apresentar o país ao estrangeiro.

Na página eletrônica da CPLP está a bandeira brasileira que é uma materialidade significativa que existe desde 1889 em seu formato atual, e é reconhecida mundialmente como representação do Estado-nação Brasil. O Estado brasileiro é apresentado visual e atemporalmente pela bandeira que atravessa governos há 123 anos, sem sofrer modificações. O processo de identificação de qualquer brasileiro se dá através dessa materialidade significativa que se faz presente naquele espaço lusófono.

Já as embaixadas são concebidas como um espaço do Estado-nação, mas com representatividade e atuação do governo que se coloca como uma instância enunciativa do Estado. Uma das formas de representação do governo se dá através do direito atribuído ao Chefe de Estado de nomear os embaixadores. No Decreto no. 93.325, de 1 de outubro de 1986, que dispõe sobre a aprovação do “Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior”, é decretado, pelo então presidente da República José Sarney, no Art.56 que “Mediante aprovação prévia do Senado Federal, os Chefes de Missão Diplomática permanente serão nomeados pelo Presidente da República com o título de Embaixador”. Ainda no mesmo documento se afirma que o período do exercício do embaixador nomeado está diretamente ligado ao mandato do presidente que o nomeou. No Artigo 60, é definido que “com o término do mandato do Presidente da República, o Chefe de Missão Diplomática permanente aguardará, em exercício, sua dispensa ou confirmação”²². Sendo assim, ao ter o poder de indicar o embaixador, o Presidente da República, como representante de um governo, é autorizado, institucionalmente, a deixar sua marca própria na política externa.

²² BRASIL. Decreto no. 93.325, de 1 de outubro de 1986. Aprova o Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D93325.htm. Acesso em: 05 out. 2012.

A representatividade do governo em um espaço que é, *a priori*, do Estado é também assegurada pela presença da logomarca do governo²³ vigente nas páginas eletrônicas das embaixadas.



Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011)²⁴



Governo de Dilma Rousseff (2011 – atual)²⁵

Enquanto marcas de identidade visual dos governos, as logomarcas representam visualmente os discursos dos governos vigentes e põem em circulação sentidos também produzidos nos textos de apresentação do Brasil divulgados nas páginas das embaixadas, conforme veremos no capítulo 7.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi representado visualmente, entre os anos de 2003 a 2011, pela logomarca elaborada pelo publicitário José Eduardo Cavalcanti de Mendonça, conhecido como Duda Mendonça.

²³ O critério para a seleção das logomarcas foi temporal, ou seja, selecionamos apenas as logomarcas dos governos vigentes ao longo do período de desenvolvimento da pesquisa (2009-2012).

²⁴ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ManualGov03.pdf>. Acesso em: 20 julho 2012.

²⁵ Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/sobre/Marca/manual-marca-governo-federal-fev-2011.pdf>. Acesso em: 28 set.2012.

O texto, publicado pelo governo federal para explicar a própria marca, afirma que a utilização de setes cores, o “traçado artístico sofisticado”, a “moderna apresentação” e o “traço rústico da bandeira no centro da composição” representam a mistura da modernidade e das tradições brasileiras e propõe uma plataforma de governo baseada na “inclusão”. Esta é significada como a possibilidade da “unidade na diferença” já que o país é qualificado como o lugar de encontro de povos e culturas que “convivem numa atmosfera de harmonia”²⁶.

A identidade visual construída para o Brasil, segundo o próprio governo, o qualifica como o país do “sincretismo”, “diversidade”, “variedade”, “união”, “afinidade”, “harmonia” e “integração”. Esses sentidos são retomados e materializados nos textos e nas fotografias disponibilizadas nas seções de apresentação do país nos *sites* das embaixadas apontando para a materialização da política do governo vigente e, não de representações de Estado.

A partir de 2012, com o país sob o comando de Dilma Rousseff, o país passou a ser identificado visualmente através da logomarca desenvolvida por João Santana, responsável pelo marketing da campanha presidencial, e pelo publicitário Marcelo Kertesz.

Concebida, pelo governo federal, como uma “evolução gráfica da marca do governo anterior com o intuito claro de traduzir o conceito de continuidade com mudança”²⁷, a identidade visual do Brasil é alterada na busca por uma imagem “mais sóbria e contemporânea”.

A tipografia utilizada, o traçado “histórico” e “oficial” da bandeira e a valorização do verde e amarelo “resgatam a nossa identidade Brasil”, “ênfatizam o compromisso de defesa ambiental do governo” e “reforçam as características de estabilidade, força e segurança”, segundo explicações fornecidas no Manual de Identificação Visual elaborado pelo próprio governo.

²⁶ Governo Federal. Marca de Identidade Visual. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ManualGov03.pdf>. Acesso em: 20 julho 2012.

²⁷ Governo Federal. Manual de Identidade Visual. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/sobre/Marca/manual-marca-governo-federal-fev-2011.pdf>. Acesso em: 28 set.2012.

Esse manual é um material organizado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR) que visa definir todas as especificações de uso da logomarca do Governo Federal no que se refere às proporções e medições, cores, aplicação em diferentes tipos de fundos, tipografia, disposições e assinaturas eletrônicas. A existência de um Manual de Identidade Visual do governo é decorrente da “Instrução Normativa SECOM-PR No. 2”, publicada em 16 de dezembro de 2009 para disciplinar as ações de publicidade dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Federal.

Quanto ao slogan, o Brasil deixa de ser “um país de todos” para se tornar “um país sem pobreza” definindo a plataforma do governo: a erradicação da pobreza. O pronome indefinido ‘todos’ se contrapõe ao sintagma ‘sem pobreza’ numa relação de inclusão e exclusão, respectivamente. Segundo Orlandi (2012, p.142), o logo do governo de Dilma Rousseff instaura uma segregação uma vez que o sujeito pobre “é significado como não pertencente a um país rico e, individualizado, se identifica com os que não fazem parte dos que são educados alfabetizados, sem pobreza; se pensa então como estando fora *deste* país”.

O país da “diversidade multicolorida” passa a ser o espaço da “estabilidade sóbria” que visa reduzir o convívio de muitas identidades ao espaço da “identidade nacional” única. Sobriedade, estabilidade e uniformidade se tornam as marcas visuais da identidade do governo que são também retomadas nos *sites* das embaixadas brasileiras.

No final do ano de 2011 e em meados de 2012, as páginas eletrônicas das embaixadas, inicialmente abrigadas em endereços independentes do portal do governo brasileiro, foram transferidas para o interior da página do Ministério das Relações Exteriores (MRE) e sofreram uma padronização.

Todos os *sites* de embaixadas, antes abrigados em diferentes domínios, passaram a utilizar exclusivamente o domínio “.gov” e foram alocadas no *site* do Ministério das Relações Exteriores/Itamaraty. Os endereços eletrônicos foram padronizados sendo compostos da seguinte maneira: nome da cidade onde está localizada a embaixada, acompanhado pela indicação *Itamaraty.gov.br*, como vemos no exemplo a seguir:

Embora mantida a diversidade de seções que compõem as páginas das embaixadas, sob o domínio do MRE, a pluralidade de fotografias, de cores e de estruturas foi substituída pela ausência de fotos, pela presença de cores frias e pelo layout padronizado.

O Brasil, antes visivelmente múltiplo e diverso, passa a ser um país uniforme, menos colorido e padronizado, garantindo visualmente a homogeneidade de sentidos sobre o mesmo. O governo de Dilma Rousseff instaura uma maneira distinta de significar o Brasil dando fim à heterogeneidade visual e atribuindo maior controle ao governo federal sobre os *sites* das embaixadas brasileiras já que impõe uma marca de identidade visual única em todas as instâncias de representação legal do país.

Antes da padronização, as cores quentes e a seleção de fotografias de paisagens, animais, plantas e monumentos do país remetiam às páginas de promoção do turismo nas quais são divulgadas fotografias de lindas paisagens e peculiaridades dos locais que se pretende promover aos futuros visitantes. Este mesmo funcionamento, característico das páginas das embaixadas antes da reformulação, promoviam o Brasil como um lugar de turismo caracterizado pela presença de animais exóticos, pelo cenário a ser desfrutado e pelos monumentos a serem visitados.

Os sentidos de turismo, lazer e prazer saltam das páginas coloridas e vivas em contraposição à sobriedade que o país precisa ter ao assumir a posição de uma potência emergente que pretende ser ativa e respeitada no cenário internacional. O país do Carnaval, samba, futebol e das belas praias vai sendo substituído pelo país da seriedade, sobriedade e institucionalidade que promove a credibilidade necessária a um país que se projeta num cenário controlado por potências econômicas e políticas chamadas de ‘sérias’ e cujas contribuições ao mundo ultrapassam os limites de suas possibilidades turísticas, como podemos notar nas páginas seguintes.

Página inicial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires – antes da padronização.



Embajada del Brasil en Buenos Aires

» Newsletter » Contacto

BRASIL | RELACIONES BILATERALES | NEGOCIOS | TURISMO | EDUCACIÓN | ACTIVIDADES CULTURALES | DIVULGACIÓN | PRENSA | CONSULADO

Novidades

NEGOCIOS CON BRASIL

Acceda a la versión digital de la gacetilla "Negocios con Brasil" Ir a la nota

Breves

Candidatura Brasileña para la Dirección General de la FAO

Brasil ha presentado la candidatura del Dr. José Graziano da Silva al... Leer más

PROCESSO SELETIVO CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

EDITAL "PROCESSO SELETIVO" "CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO" * * * ... Leer

Disponível em: www.brasil.org.ar. Acesso em: 17 jan. 2011.

Página inicial da Embaixada do Brasil em Buenos Aires – depois da padronização.



BRASIL

MINISTERIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EMBAJADA DEL BRASIL EN BUENOS AIRES

Espanhol

ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS

SERVIÇOS DO ITAMARATY

SALA DE IMPRENSA

O MINISTÉRIO

Apresentação

- Relações bilaterais
- Brasil
- Turismo
- Imprensa
- Educação
- Ciência, Tecnologia e Inovação
- Solte
- Ambiente
- Actividades Culturais
- Negócio
- Consulado

NOVEDADES [ver todos](#)

MES DE BRASIL EN ARGENTINA 2012

2012/09/12 - Durante o mês de setembro, será realizada no Brasil em Mês Argentina, um passeio pela cultura e as grandes atrações do país. Veja a programação no <http://mesdebrasilenargentina2012.wordpress.com> site. ...

PROGRAMA DE ESTUDIANTES-CONVENIO DE POSGRADO (PEC-PG/2013) - INSCRIPCIÓN HASTA EL 15/10/2012

2012/09/12 - A Embaixada do Brasil informa que está aberto até 15 de outubro deste ano, a inscrição para participar da Convenção do Programa de Pós-Graduação-Student (PEC-PG/2013). Este programa consiste em dois U ...

PREMIO ITAMARATY DE LITERATURA BRASILEÑA 2012 - INSCRIPCIONES HASTA EL 31/10/2012

22/05/2012 - O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, através do Departamento Cultural, tomado público para conhecimento dos interessados, que convoca o Concurso Internacional de Monografias IV, dedicado à obra do wr ...

SECOM NEWS - SEPTIEMBRE 2012

2012/12/09 - Acceso para a nova edição do boletim da Indústria de Promoção Comercial e Turismo da Embaixada. ...

LA EMBAJADA

Embaixada do Brasil em Buenos Aires

1350 Cerrito

C1010ABB - CABA

República da Argentina

Telefone:

+54 (11) 4515-2400

Horas

Segunda-feira a sexta-feira

9h - 18h

Disponível em: www.buenosaires.itamaraty.gov.br. Acesso em: 28 out. 2011.

Página inicial da Embaixada do Brasil em Acra - antes da padronização.



Tenho o prazer de apresentar a histórico do povo brasileiro-ganense dos Tabom, o Programa de Estudante Convênio (PEC-G e PEC-PG), os serviços prestados à comunidade brasileira, os requisitos para obtenção de vistos para o Brasil, as informações sobre comércio bilateral e regional, o novo Escritório de Embrapa

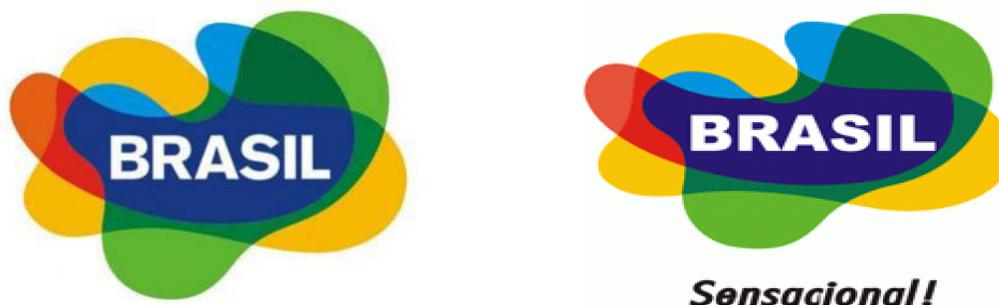
Disponível em: www.embrasil.com.gh. Acesso em: 12 fev. 2011.

Página inicial da Embaixada do Brasil em Acra – depois da padronização.



Disponível em: <http://acra.itamaraty.gov.br/pt-br/>. Acesso em: 21 ago. 2012.

Além da homogeneização como uma marca de governo atual, sua relação com o governo anterior também fica atestada na presença da logomarca do portal de turismo “Brasil, Sensacional” elaborado em 2008 pelo Ministério do Turismo.



Logomarcas do portal “Brasil, Sensacional”²⁸

O portal foi elaborado e disponibilizado pela Embratur que é uma autarquia responsável pela “execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, marketing e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional”, segundo o próprio Ministério do Turismo²⁹.

Lançado juntamente em uma campanha publicitária de mesmo nome e veiculada de setembro de 2008 a junho de 2010, a campanha e o portal visavam atrair turistas de doze países considerados prioritários para a promoção do Brasil no exterior mostrando “a diversidade de destinos e atrativos que o Brasil tem a oferecer para os turistas estrangeiros”, de acordo com texto disponibilizado no portal.

O portal e sua logomarca, ambos criados no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, se valem das cores e dos sentidos produzidos pelo slogan do então governo e permanecem no *site* da embaixada portenha apesar de toda a reformulação da página indicando a

²⁸ BRASIL SENSACIONAL. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/multimedia/campanhas_publicitarias/brasil_sensacional.html. Acesso em: 19 dez. 2012.

presença dos governos e a continuidade da política desenvolvida por Lula e agora mantida por Dilma Rousseff.

Apesar da aparente homogeneidade, a multiplicidade de sentidos sobre o Brasil continua produzindo efeitos sobre os leitores através da heterogeneidade de seções, fotografias e textos publicados no interior das páginas eletrônicas. É nessa variedade de materialidades que o governo vigente segue atestando a sua presença e materializando sua política sempre adequada aos interesses que regem as relações entre o Brasil e o país interlocutor.

Neste jogo entre um espaço de Estado com representatividade de governo, a autoria do material publicado é atribuída ao Estado por estar em sua esfera de representação legal e, por isso, este assume a responsabilidade pela produção dos enunciados que publica. Logomarca e slogan, entretanto, promovem a identificação do Estado com o governo que está no poder, embora as embaixadas, por definição, representem o Estado brasileiro, e não um governo.

Os leitores que têm acesso ao material de divulgação do país, pelo efeito ideológico de transparência da linguagem, e considerando o espaço no qual os materiais circulam, pouco provavelmente se questionam sobre a possibilidade desses dizeres sobre o Brasil serem outros. Alheios à discussão quanto à representatividade de Estado ou de governo nos espaços das embaixadas, os leitores assumem os sentidos produzidos sobre o Brasil como verdades uma vez que, supostamente, as embaixadas dizem aquilo que o Estado lhes autoriza a dizer. Os efeitos de verdade são, segundo Foucault (1979), produzidos, transmitidos e reproduzidos no interior dos discursos enunciados com base no poder conferido à instância produtora do dizer. Esses discursos não são concebidos como verdadeiros ou falsos em si, mas como discursos que funcionam como se fossem verdadeiros a partir de suas determinações históricas. O Estado detém o poder para sustentar a produção de dizeres sobre o Brasil de modo que estes signifiquem como verdade(s) no momento histórico em questão. Sendo assim, é pouco provável que o seu conteúdo seja questionado por parte do leitor estrangeiro, já que as páginas eletrônicas nas

²⁹ EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur. Acesso em: 19 dez. 2012.

quais os textos são publicados são concebidas como lugares de divulgação que representam o dizer do Estado. Afinal, quem mais competente para falar sobre um país que o próprio Estado?

6 O BRASIL NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

6.1 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

A análise das materialidades significantes está intrinsecamente relacionada à análise das condições de produção em que se inserem.

Ao considerarmos as condições de produção dos textos e fotografias, analisamos o sujeito, o contexto imediato, sócio, histórico e ideológico da enunciação e, por fim, a memória – interdiscurso – que compreende todos os dizeres anteriores que determinam as formulações e contribuem para a produção de efeitos de sentido (Pêcheux, 1969).

As condições em que o discurso é produzido são resultantes de relações de força, de sentido e de antecipação que determinam a materialidade do discurso e a sua significação.

As relações de sentido se referem ao entrecruzamento de discursos que representam parte de um processo discursivo mais longo. As relações de antecipação (Pêcheux, 1969) definem a estruturação e a argumentação dos textos com base na imagem que o locutor tem sobre os efeitos de sentido produzidos no interlocutor a partir do que enuncia. Por fim, as relações de força remetem à formulação do dizer e à produção de sentidos a partir da posição que ele ocupa ao enunciar.

Essas relações são mecanismos das formações imaginárias que estabelecem um conjunto de imagens sobre os sujeitos e o objeto que constituem a produção do discurso.

Deste modo, em cada *site* analisado consideramos as relações entre os discursos sobre o Brasil produzidos no material de análise, bem como em outros espaços e anteriormente.. Conforme já mencionado, estes discursos são resultados de imagens sobre o sujeito-leitor dos textos e sobre como ele seria afetado pelos sentidos produzidos a partir das diversas materialidades significantes disponibilizadas nos *sites*, ou seja em espaços nos quais o Estado enuncia.

O jogo de imagens da posição sujeito do locutor, do interlocutor e do objeto do discurso é determinante da formulação do discurso e da produção dos efeitos de sentido. As formações imaginárias atribuem posições ao enunciador (governo brasileiro e português), aos seus interlocutores (demais Estados) e ao próprio objeto do discurso (Brasil), determinando a produção dos dizeres e os sítios de significância instaurados. O locutor é aquele que assume a função-autor na qual “se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude[...] imaginárias” (Orlandi, 1999, p.73). O sujeito assume a posição de autor sendo fortemente determinado pela exterioridade e pelas formas de coerção e procedimentos disciplinares das instituições a que se submete. Essa função, portanto, se faz presente mesmo em textos não assinados por um sujeito em particular, como ocorre com os materiais analisados nesta pesquisa. Nesses casos, segundo Orlandi (1999, 2001), há uma unidade imaginária que deriva do princípio da autoria como um efeito discursivo e, pela função-autor, há sempre uma autoria atribuída ao texto.

Essa função-autor tem, no entanto, seu duplo no efeito-leitor que se constitui na materialidade do texto já que, pelo mecanismo de antecipação mencionado acima, o “sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde, como seu duplo” (Orlandi, 2001, p.61). Essas duas pontas se cruzam no momento em que o leitor se submete ao texto que já traz em sua materialidade um efeito-leitor “produzido, entre outros, pelos gestos de interpretação de quem o produziu, pela resistência material da textualidade (formulação) e pela memória do sujeito que lê” (Ibid., p.63).

Dada a importância de todas essas relações e projeções na produção do discurso e dos efeitos de sentido, consideramos em cada análise as condições nas quais cada materialidade significativa foi produzida para compreendermos melhor o funcionamento discursivo em questão.

6.2 Condições de produção do texto

A CPLP é, segundo seu próprio estatuto³⁰, um foro multilateral que visa a “amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros”. Ela “goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira”.

O estabelecimento de um sistema efetivo de cooperação entre o Brasil e os países africanos sempre teve espaço na história da política externa brasileira. De acordo com Miyamoto (2009), em diferentes períodos da história brasileira, o governo brasileiro acenou para a possibilidade da formação de blocos de cooperação entre este e outros países localizados nas mais diferentes partes do mundo. O autor menciona o estreitamento dos vínculos entre Brasil e Portugal ocorrido durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira; a discussão acerca da formação de uma comunidade luso-afro-brasileira durante o período de Jânio da Silva Quadros ou Humberto de Alencar Castelo Branco; o reconhecimento, em 1975, de Moçambique e Angola durante o governo de Ernesto Geisel, dentre outras demonstrações de interesse através de relações de cooperação ocorridas durante o período de José Sarney e Itamar Franco.

Em 1989, conforme informações disponibilizadas no histórico da fundação da Comunidade em seu portal³¹ na internet, foi realizada uma reunião, em São Luís do Maranhão, entre os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe que resultou na formação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) responsável pela promoção e difusão do idioma comum da Comunidade.

Nas reuniões subsequentes, realizadas em 1983 e em 1994, entre os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores, se discutiu a realização de encontros anuais de Ministros de Negócios Estrangeiros e, principalmente, a realização de uma

³⁰COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>. Acesso em: 30 nov. 2010.

³¹COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>. Acesso em: 30 nov. 2010.

Cimeira de Chefes de Estado e de Governo a fim de formalizar, através de um ato constitutivo, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Nesta última reunião, foi composto um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e com a participação do Diretor-Geral de Política Externa de Portugal e de Embaixadores situados em Lisboa (única capital onde existem Embaixadas de todos os países da CPLP). A finalidade era analisar a “concertação político-diplomática, a cooperação económica e empresarial, a cooperação com organismos não governamentais e a entrada em funcionamento do IILP”.

Em 1995, em Lisboa, os Ministros validaram o trabalho realizado pelo Grupo de Concertação Permanente e, em 1996, foi realizada a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que marcou a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, reunindo Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e, em 2002, Timor-Leste.

Segundo informações disponibilizadas no site da CPLP:

A reunião deste grupo de Estados – situados em 4 Continentes e englobando 230 milhões de pessoas – consolidou uma realidade já existente, resultante da tradicional cooperação Portugal-Brasil e dos novos laços de fraternidade e cooperação que, a partir de meados da década de 1970, se foram criando entre estes dois países e as novas nações de língua oficial portuguesa. A institucionalização da CPLP traduziu, assim, um propósito comum: projectar e consolidar, no plano externo, os especiais laços de amizade entre os países de língua portuguesa, dando a essas nações maior capacidade para defender seus valores e interesses, calcados sobretudo na defesa da democracia, na promoção do desenvolvimento e na criação de um ambiente internacional mais equilibrado e pacífico (CPLP).

As ações definidas pela CPLP, desde então, utilizam recursos cedidos pelos governos dos países membros e disponibilizados através de parcerias com outros organismos internacionais, organizações não-governamentais, empresas e entidades privadas interessadas “no apoio ao desenvolvimento social e econômico dos países de língua portuguesa”.

Além dos esforços para o fortalecimento da cooperação diplomática, econômica e empresarial entre os países membros, há um esforço declarado em fortalecer o potencial de negociação e cooperação empresarial entre os países membros. Além disso, há um trabalho de valorização e difusão do idioma comum de responsabilidade do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), sediado em Cabo Verde, assim como do Secretariado Executivo da CPLP, que desenvolveu uma rede de parcerias voltadas para o lançamento de novas iniciativas nas áreas da promoção e difusão da língua portuguesa.

6.3 Análise

A Comunidade possui uma página na internet que conta com as seções fixas: *Página inicial; Organização; Estados-Membros; Político Diplomático; Cooperação; Língua Portuguesa; Cultura; Circulação; Plataformas; Comunicação e Área Reservada*. A seção *Estados-Membros*, nosso objeto de análise, possui subseções com os nomes de todos os países integrantes e tem o objetivo de apresentá-los aos usuários visitantes. É sobre o material de apresentação do Brasil que nos deteremos aqui.

A apresentação do Brasil, assim como a dos demais países, é composta por uma série de três fotos que antecedem o texto e estão dispostas na parte superior da tela.



Na apresentação de todos os Estados-membros, há uma sequência de duas fotografias de cidades do país e de uma terceira, situada à direita da página, que é sempre da bandeira nacional.

O uso de fotografias, segundo Nunes (2010, p.6), remete a um imaginário de natureza referencial que é determinado pelo efeito ideológico de que a realidade é transparente e que, portanto, pode ser mostrada através delas.

A série de fotografias, interpretadas da esquerda para a direita como faríamos a leitura tradicional de um texto, sugere uma leitura do que se entende visualmente por Brasil.

A primeira fotografia, disposta à esquerda da tela, remete a uma cidade do interior brasileiro caracterizada de modo indistinto e passível de ser remetida a diferentes estados do país. Uma pequena cidade marcada pela ausência de prédios, com presença de áreas verdes que ali resistem. Situada em algum lugar do interior brasileiro, as marcas da história da colonização portuguesa se fazem presentes nesta cidade através dos traçados da arquitetura e da presença da igreja católica tomando grande parte da fotografia.

A segunda fotografia, também marcada por uma indistinção geográfica que pode ser desfeita apenas diante da identificação do edifício Copan³² no canto esquerdo, dá visibilidade a uma metrópole marcada pela ausência de espaços verdes e pelo excesso de prédios que apontam para o crescimento, o progresso, o desenvolvimento e a modernidade. Em contraposição com a primeira fotografia, o verde cede espaço ao cinza, as casas aos prédios, a igreja desaparece e o limite antes dado pela montanha agora é o céu.

Finalizando esta sequência, deparamo-nos com o símbolo nacional - a bandeira do Brasil – que encerra e estabelece a identificação das fotografias anteriores com o Brasil.

As fotografias materializam os contrastes dos quais o país é feito, contrapondo história e desenvolvimento; tradição e progresso; tradição e modernidade que, nas junções, representam o todo que é o Brasil.

³² Edifício situado na cidade de São Paulo que foi projetado na década de 50 por Oscar Niemeyer com a colaboração de Carlos Alberto Cerqueira Lemos. Disponível em: <http://www.copansp.com.br/index.html>. Acesso em: 10 jan.2013.

A primeira e a segunda fotografia trabalham na incompletude uma da outra de modo que a junção de seus sentidos produz um efeito de totalidade do país que se coloca representado na bandeira nacional. Elas funcionam como dispositivos através dos quais se instalam representações do país enquanto um lugar de contrastes cujos sentidos vão se desdobrando ao longo do texto de apresentação do Brasil. As fotografias produzem um efeito de metonímia no qual as partes fragmentadas significam o todo que constitui o Brasil.

Subsequente às fotografias estão listadas algumas informações sobre o país, como: *Designação oficial, Capital, Outras cidades importantes, Chefe de Estado e Governo, Presidente da República, Presidente do senado federal, Ministro das relações exteriores, Data actual da constituição, Língua e unidade monetária*³³. Tal lista se assemelha a uma obra de referência na qual se pretende oferecer ao leitor informações introdutórias e fatos sobre o Brasil compilando aquilo que se considera fundamental para o entendimento do que é o país³⁴.

No início de 2013, no entanto, as informações consideradas essenciais para a apresentação do país sofreram modificações e os nomes do *Chefe de Estado e Governo, Presidente da República, Presidente do senado federal e Ministro das relações exteriores* foram removidos, como podemos observar abaixo:

³³ Idem nota 18.

³⁴ Obras de referência. Disponível em: <http://www.bib.uevora.pt/1-2-1-/>. Acesso em: 07 jan. 2012.

 **CPLP**
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

[Página Inicial](#) | [Organização](#) | [Estados-membros](#) | [Político Diplomático](#) | [Cooperação](#) | [Língua Portuguesa](#) | [Cultura](#) | [Circulação](#) | [Plataformas](#) | [Comunicação](#) | [Área reservada](#)

Brasil
» [Página Inicial](#) » [Estados-membros](#) » [Brasil](#)

[Missão do Brasil junto à CPLP] [Canal de vídeo do Ministério]

Designação Oficial: República Federativa do Brasil

Capital: Brasília

Outras cidades importantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belem

Data da actual Constituição: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente

Língua: Português

Unidade monetária: Real (BRL)

Recursos económicos:

Pelo facto de a industrialização se concentrar no triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de as vias de transporte serem precárias devido à extensão geográfica e à ineficiente rede rodoviária, o desenvolvimento económico entre as regiões reflectem-se nas condições sociais, acentuando as discrepâncias na distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho.

A actividade é variada e tem como produtos de destaque café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas.

Nos anos 1930, o cultivo do café representava 80% da sua receita por exportações e mais de metade da produção mundial. Na década de 1990, o peso do café na economia brasileira foi reduzido significativamente, mas o país ainda conserva posto de primeiro produtor mundial. Na produção de cana-de-açúcar, soja, milho e cacau, o Brasil ocupa as primeiras posições. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. Embora figure entre os principais produtores mundiais, o Brasil não aproveita o potencial das áreas cultiváveis. Ainda existem várias regiões aráveis como a bacia Amazónica e o Oeste do país.

Comunicados

CPLP solidariza-se com GB na sequência do trágico naufrágio Maputo, 29 de Dezembro - Na sequência do trágico...
[ver mais]

OIT e CPLP lançam documentário sobre Trabalho Infantil
A Organização Internacional do Trabalho (OIT) la...
[ver mais]

CPLP apoia Capoeira em São Tomé e Príncipe
Os atletas santomenses Wilson Bonfim e Madger Co...
[ver mais]

Disponível em: <http://www.cplp.org/id-24.aspx>. Acesso em: 07 jan. 2013.

A lista, que representa uma seleção das informações sobre o país consideradas primordiais, já indica o lugar da língua no espaço da Comunidade. Em ambos os casos, a lista traz um tópico denominado “Língua” seguido da palavra “português” numa referência à língua do país, embora sem menção ao status de língua oficial.

Na apresentação de todos os países membros, com a exceção de Brasil e Portugal, o item “língua” é preenchido com informações que esclarecem para o leitor qual (quais) é (são) a(s) língua(s) oficial(is) do país, bem como qual (is) é (são) as demais línguas “utilizadas” naqueles territórios específicos.

Língua: a língua oficial é o Português. São falados outros idiomas, sobretudo o Umbundo, Kimbundo, Kikongo e Tchokwé. (Angola)

Língua: A língua oficial é o Português, utilizando-se localmente o Crioulo. (Cabo Verde)

Língua: a língua oficial é o Português, utilizando-se localmente o Crioulo, Mandjaco, Mandinga, entre outros. (Guiné-Bissau)

Língua: a língua oficial é o Português. Há numerosas línguas nacionais, como o Lomué, Makondé, Shona, Tsonga e Chicheua. (Moçambique)

Língua: Português. (Portugal)

Língua: a língua oficial é o Português. Localmente, também se fala Crioulo. (São Tomé e Príncipe)

Língua: as línguas oficiais são o Português e o Tétum. (Timor-Leste)³⁵

No caso do Brasil, apenas o português é apresentado como a língua utilizada no país e esta informação é dada de modo tão tácito que dispensa a identificação enquanto língua oficial. Embora esta seja a língua oficial da relação entre os cidadãos e o Estado, o Brasil é um país no qual circulam muitas outras línguas. Segundo Guimarães (s/d)³⁶, “no Brasil são praticadas, além do português, mais de 150 línguas, entre línguas indígenas e línguas dos imigrantes, além do espanhol nas regiões de fronteira com os países da América Latina”. Todas essas línguas e, por conseguinte, seus falantes são silenciados neste texto de apresentação e toda a diversidade de línguas existente no território brasileiro desaparece por

³⁵ CPLP. Estados-membros. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-30.aspx>. Acesso em: 15 jan. 2013.

completo na medida em que o Brasil é apresentado como um país monolíngue que utiliza, em toda a sua extensão, a língua trazida pelo colonizador.

A necessidade de se mostrar a diversidade linguística dos Estados membros é o que justifica a presença deste item na lista de informações sobre o Brasil. Se mostrar a diversidade não fosse necessário, por que haveria esse item em um espaço de uma Comunidade internacional cuja existência se justifica e se ancora no fato de que justamente o português é a/uma língua oficial de todos seus membros? Isso nos leva a um outro questionamento: por que a diversidade é apagada no espaço de apresentação do Brasil? Isso indica, a nosso ver, principalmente o apagamento e o não reconhecimento principalmente dos indígenas que aqui vivem e, menos ainda, de suas línguas. A língua que vale no território e a língua que merece ser reconhecida internacionalmente é a língua da colonização, é a língua de Portugal.

A lista introdutória contempla ainda a grafia de português de Portugal na materialidade da palavra *actual* e remete à discussão em voga acerca do Acordo Ortográfico elaborado em 1990 para a padronização da ortografia do português.

No texto do Acordo³⁷, a Base IV que dispõe a respeito das bases consonânticas define que:

1º) O c, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores cc (segundo c com valor de sibilante), cç e ct, e o p das sequências interiores pc (c com valor de sibilante), pç e pt, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: compacto, convicção, convicto, ficção, friccionar, pacto, pictural; adepto, apto, díptico, erupção, eucalipto, inepto, núpcias, rapto.

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: ação, acionar, afetivo,

³⁶ Guimarães, E. “Política de línguas. Língua oficial”. Disponível em: http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_oficial.htm. Acesso em: 15 jan. 2013.

³⁷ Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-176.aspx>. Acesso em: 2 dez. 2010.

aflição, aflito, ato, coleção, coletivo, direção, diretor, exato, objeção; adoção, adotar, batizar, Egito, ótimo.

c) Conservam-se ou eliminam-se, facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: aspecto e aspeto, cacto e cato, caracteres e carateres, dicção e dição; facto e fato, sector e setor, ceptro e cetro, concepção e conceção, corrupto e corruto, recepção e receção.

Segundo tais determinações, a letra ‘c’ na palavra “*actual*” é facultativa e pode ser mantida pois é pronunciada pelos falantes portugueses diferentemente do que ocorre no Brasil.

Além da palavra “*actual*”, o texto de apresentação traz outros significantes que também permitem o uso facultativo da letra ‘c’, como “*facto*”, “*sector*”, “*actividade*” e “*reflectem*”.

Há, também, casos de palavras que podem ser grafadas com os acentos agudos e circunflexos, como em “*económico*” e “*económica*”, pois, segundo o Acordo, na Base XI DA ACENTUAÇÃO GRÁFICA DAS PALAVRAS PROPÁROXÍTONAS, define-se que:

3º) Levam acento agudo ou acento circunflexo as palavras proparoxítonas, reais ou aparentes, cujas vogais tónicas/tônicas grafadas e ou o estão em final de sílaba e são seguidas das consoantes nasais grafadas m ou n, conforme o seu timbre é, respetivamente, aberto ou fechado nas pronúncias cultas da língua: académico/acadêmico, anatómico/anatômico, cénico/cênico, cómodo/cômodo, fenómeno/ fenômeno, género/gênero, topónimo/topônimo; Amazónia/Amazônia, António/Antônio, blasfémia/blasfêmia, fêmea/fêmea, gémeo/gêmeo, génio/gênio, ténue/tênue.

Embora isso seja possível e não haja nenhum problema do ponto de vista legal, a utilização da grafia e da acentuação de acordo com o português de Portugal no sítio da CPLP indica que, apesar de ser um texto sobre o Brasil, não se trata de um texto de autoria brasileira, mas sim, portuguesa³⁸. A presença da grafia europeia num espaço que se pretende de integração e unidade indica uma disputa e tentativa, por parte do governo português, de marcar uma posição de autoria no espaço da CPLP.

A força política da CPLP é posta em questão, já que um de seus membros mais ilustres – o lado europeu da Comunidade - não adere à reforma ortográfica e, portanto, segue marcando, através da língua, as relações de poder entre os países que fazem parte da Comunidade e a busca por uma posição que se pretende hegemônica. O uso que se faz do português europeu implica, do ponto de vista simbólico, uma disputa que coloca em debate os sentidos da lusofonia defendidos pela própria Comunidade.

Em sua pesquisa sobre o nome lusofonia e os sentidos produzidos, Branco (2011) afirma que o discurso da CPLP sobre a língua portuguesa e o modo como ele é construído indica que, naquele espaço, só há lugar para a língua de Portugal e, deste modo, qualquer outra língua só pode circular como sua variante e como língua transplantada.

Levamos, então, a questão também abordada pela autora citada: que língua é essa? É uma língua que se pretende hegemônica e homogênea que está imbricada com a ‘língua portuguesa’ e com a ‘cultura portuguesa’. Ou seja, a língua que circula na CPLP não é a língua de todos os países, mas é a língua de Portugal, associada à cultura portuguesa, como mostra a autora através da análise de construções que indicam relações de condicionalidade entre esses significantes e de repetição de grupos adjetivos determinantes de grupos nominais que produzem “um efeito de saturação dos sentidos, como se outra língua diferente de “a língua portuguesa” e outra cultura que não a portuguesa não fossem possíveis nesse mundo da lusofonia” (Ibid, p.3).

Esta disputa de poder entre Brasil e Portugal, que também pode ser observada como uma disputa entre colonizado e colonizador, continua na apresentação da situação socioeconômica³⁹ do Brasil subsequente à lista dos primeiros dados fornecidos sobre o país.

³⁸ A grafia portuguesa está presente em outros momentos do texto.

³⁹ Vide Anexo A.

O texto intitulado “Recursos Económicos” continua, não mais no formato de lista, a apresentação do país focalizando as informações referentes à economia do país. Em um espaço que existe em função de todos os países membros serem países de língua portuguesa, a língua fica reduzida a um item de uma lista que se pretende geral e introdutória. É a economia que ganha espaço na apresentação do país e é por meio dela que o leitor terá acesso ao Brasil. A língua é aqui utilizada como um pretexto para um projeto que se pretende econômico e, assim, conhecer o Brasil é conhecer a sua economia.

O texto, inicialmente, destaca as atividades econômicas que movimentam o país, conforme vemos nos trechos abaixo:

O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas.

A exploração florestal é importante.

O Brasil é o primeiro produtor sul-americano de caucho...

O país é o primeiro produtor mundial de carne.

No sector mineral, o Brasil possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás),...

Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente neste sector (CPLP).

O país recebe o atributo de líder mundial em diversos segmentos do setor primário da economia, como na agricultura, na mineração, na pecuária e no extrativismo.

A grandiosidade e o poderio do Brasil, no entanto, estão localizados, segundo o texto, em um setor marcado pela exploração dos recursos da natureza e que, portanto, não gera muita riqueza ao país já que os produtos explorados possuem baixo valor agregado.

A visibilidade dada a este setor e sua relação com o poderio brasileiro, coloca em cena um pré-construído que permite afirmar que os países que se ancoram neste setor da economia possuem baixo grau de desenvolvimento e, portanto, a grandiosidade brasileira não é suficiente para que o país seja considerado rico e poderoso. Para isso, suas bases econômicas deveriam estar ancoradas nos setores de indústria e serviços.

O texto segue:

Embora figure entre os principais produtores mundiais, o Brasil não aproveita o potencial das áreas cultiváveis. Ainda existem várias regiões aráveis como a bacia Amazônica e o Oeste do país (CPLP).

Através do uso da conjunção subordinativa concessiva ‘embora’, a grandeza do Brasil é diminuída uma vez que o país “não aproveita” o que tem ou tem pouca qualificação para usufruir os recursos que possui, apesar de seu potencial.

Diante da construção “o Brasil não aproveita”, somos levados a um imaginário discursivo sobre o Brasil que remonta à Carta de Caminha na qual ele afirma que “querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo”, numa referência ao potencial produtivo das terras brasileiras. Segundo a análise de Orlandi (1993:14), o enunciado de Caminha produziu e continua produzindo efeitos de sentido, como pode ser observado no trecho acima, que põem em circulação um imaginário sobre o Brasil que remete aos sentidos de “Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. *MAS* mal administrada...”.

Há uma retomada do discurso presente também no discurso naturalista descritivo sobre o Brasil dos séculos XVIII e XIX no qual, segundo Orlandi (1994b, p.53), “a riqueza mal aproveitada sugere o seu melhor aproveitamento por quem tem maior capacidade de administrá-la...”. Além disso, também há a retomada do discurso sobre “a incapacidade administrativa dos habitantes do novo mundo”.

Apesar de estar sempre entre os primeiros países da lista de grandes produtores mundiais, seja na área da agricultura, da pecuária ou da extração mineral, o país ainda passa

por uma “evolução” em algumas áreas que não atingiram sua plenitude, como fica marcado nos seguintes trechos:

Ainda em relação ao sector primário, a pecuária tem demonstrado uma evolução nas últimas décadas com a modernização das técnicas e a formação profissional.

No Turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional (CPLP).

As mudanças pelas quais algumas áreas do país passam são frutos de esforços que se iniciaram no passado e que têm ocorrido com frequência até o momento atual. Esses efeitos de sentido são produzidos a partir das perífrases verbais compostas pelo verbo ‘ter’ seguido do particípio dos verbos ‘demonstrar’ e ‘aplicar’. A perífrase é entendida como um “aglomerado verbal, em que tenhamos um verbo (denominado auxiliar) ao lado de um outro verbo em uma das formas nominais (denominado principal), e com uma função determinada de marcar uma categoria gramatical ou uma noção semântica qualquer” (Travaglia, 1981, p.183). Nas estruturas “tem demonstrado uma evolução” e “tem aplicado uma política”, ficam marcados os aspectos imperfectivo, cursivo e durativo, ou seja, temos uma ação incompleta (imperfectivo) que está na fase do meio do seu desenvolvimento (cursivo) mas cuja duração é contínua e limitada (durativo), ou seja, ainda em andamento. Desta maneira, há a indicação de um processo em andamento em algumas áreas da economia brasileira marcado pela ação atual do Estado.

Os setores secundários e terciários também são contemplados numa relação de desqualificação. Embora haja o reconhecimento de que o país é um transformador de matérias-primas e um prestador de serviços, sua atuação nesses setores é restrita a um pequeno número de atuações que “gira(m) em torno” das “indústrias automobilísticas, siderúrgicas, têxtil, química, de derivados agropecuários e metalúrgica” e cujas “atividades de maior destaque” são os “transportes e serviços financeiros”.

Estes setores, associados a um alto grau de desenvolvimento do país, são desqualificados através de uma descrição ancorada em números que revelam o baixo índice de estradas pavimentadas, pela industrialização centralizada e pelo reduzido uso das ferrovias nacionais.

Transportes e serviços financeiros são as actividades de maior destaque, favorecidos por 42,3 mil km de rios navegáveis, pela rede de estradas, com uma extensão de quase 1,5 milhões de km – dos quais 75 mil estão asfaltados -, e por 31 mil km de ferrovias. Os seus principais portos localizam-se em Santos, Vitória, Rio de Janeiro, Paranaguá, Porto Alegre, Recife, Belém, Macapá e Salvador.

Pelo facto de a industrialização se concentrar no triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de as vias de transporte serem precárias devido à extensão geográfica e à ineficiente rede rodoviária, o desenvolvimento económico entre as regiões reflectem-se nas condições sociais, acentuando as discrepâncias na distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho (CPLP).

A desqualificação que se dava de maneira segmentada por setores da economia, passa a significar o Brasil na sua totalidade e sentidos como “discrepâncias” e “estagnação” são postos em funcionamento.

A partir da crise energética dos anos 1970, o Brasil experimentou um crescente défice na sua balança comercial – até 2001, quando apresentou um superávit. Ao mesmo tempo, o Estado contraiu uma enorme dívida externa. Nos anos 1990, as taxas de juros mantiveram-se altas para atrair capital, ocasionando estagnação económica (CPLP).

O país é significado numa perspectiva econômica que vai delineando seu atraso no cenário mundial. Isso pode ser observado nos enunciados: “as vias de transporte serem precárias”; “da crise energética dos anos 1970”; “Brasil experimentou um crescente déficit na sua balança comercial”. Qualificado como aquele que sofre com a precariedade e ineficiência dos meios de transporte e do setor energético, sem mencionar as condições de vida e de trabalho desiguais da população, o Brasil sofre ainda com a estagnação econômica.

O conjunto de adjetivos e substantivos atribuídos ao Brasil - “precárias”, “ineficiente”, “discrepâncias”, “crise”, “déficit”, “dívida”, “estagnação” – o constroem negativamente e os efeitos de sentido produzidos apontam para a falta, para o atraso, para a pobreza, para o subdesenvolvimento do país.

Esse cenário que o situa em uma fase econômica ruim abarca o período que vai de 1970 até os anos 90, última data mencionada no texto. Essa datação limita a história do Brasil a um período marcado por problemas internos e de dívida externa que se contrapõe aos últimos 20 anos da história do país e, conseqüentemente, aos avanços econômicos obtidos com o plano de combate à inflação.

Esse plano, além de ter acelerado o processo de abertura e a valorização da moeda - o real -, também ampliou a oferta de bens importados, contribuiu para a redução dos preços internos, culminando num crescimento econômico que o tornou um importante país emergente do mundo (Anjos e Farah Junior, 2002).

O Brasil apresentado no espaço da CPLP contrasta com o país que ocupa, desde a virada do século, lugares de destaque nas manchetes de jornais e publicações internacionais pelos avanços alcançados, como podemos observar em alguns exemplos apresentados abaixo:

Brazil economic reform has led to a more market-driven, decentralized and flexible economic environment. (Organização Mundial do Comércio – 01/11/00)⁴⁰

⁴⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. “A reforma econômica brasileira proporcionou um cenário econômico mais voltado para o mercado, descentralizado e flexível” (tradução nossa). Disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/tpr_e/tp140_e.htm. Acesso em: 30 mar. 2012.

Bigger than thought. (The Economist, 22/03/07)⁴¹

The country of the future finally arrives. (The guardian, 10/05/08)⁴²

Brazil's economy leaves recession. (BBC News, 11/09/09)⁴³

El FMI, 'orgullosa del êxito econômico de Brasil. (El Mundo, 25/05/10)⁴⁴

Crescimento brasileiro atrai talentos. (Rumo Angola, 10/10/11)⁴⁵

Brazil's economy tops United Kingdom's. (CNN Money, 07/03/12)⁴⁶

Em diversos meios de comunicação, a exemplo dos dizeres acima citados e publicados na mídia escrita digital, o Brasil é qualificado como “grande”, como o país da “reforma econômica”, que “deixa a recessão” e segue rumo ao topo da lista das grandes economias.

Os sentidos postos em funcionamento a partir dos enunciados produzidos no espaço da CPLP se contrapõem àqueles encontrados em outros espaços da mídia digital, por exemplo. São duas construções linguisticamente distintas que apontam para diferentes

⁴¹ THE ECONOMIST. “Maior do que se pensava” (tradução nossa). Disponível em: <http://www.economist.com/node/8892834>. Acesso em: 30 mar.2012.

⁴² THE GUARDIAN. “Finalmente chega o país do futuro” (tradução nossa). Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/may/10/brazil.oil>. Acesso em: 12 abril 2012.

⁴³ BBC NEWS. “Economia brasileira sai da recessão” (tradução nossa). Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8251164.stm>. Acesso em 30 mar.2012.

⁴⁴ EL MUNDO. “FMI está orgulhoso com o êxito econômico do Brasil” (tradução nossa). Disponível em: <http://www.elmundo.es/america/2010/05/25/brasil/1274810865.html>. Acesso em 12 abril 2012.

⁴⁵ RUMO ANGOLA. “Crescimento econômico atrai talentos”. Disponível em: <http://rumo.co.ao/ultimas-noticias-rumo-angola/81-ultimas/1644-crescimento-brasileiro-atrai-talentos>. Acesso em 12 abril 2012.

⁴⁶ CNN MONEY. “Economia do Brasil está acima do Reino Unido” (tradução nossa). Disponível em: <http://money.cnn.com/2012/03/07/news/economy/brazil-gdp-united-kingdom/index.htm>. Acesso em 30 mar.2012.

objetos do discurso e em cujas construções os substantivos “crise”, “dívida” e “estagnação” se contrapõem à “reforma”, “topo” e “crescimento”.

A construção de um discurso que significa o país pelo ‘atraso’ indica a existência de uma relação de disputa, entre Brasil e Portugal, pelo poder dentro da Comunidade e em seus domínios. O Brasil que desponta no cenário internacional como um “o país do futuro”, no espaço da CPLP, não fala por si, mas é falado por aquele que o colonizou através da língua da colonização. Sendo assim, a partir da posição do colonizador, não é possível afirmar ou promover sentidos que apontem para a primazia do colonizado sobre o colonizador.

Desta maneira, embora tenham ocorrido mudanças no Brasil, elas são silenciadas ou, então, não são suficientes para promover uma mudança na condição do país a partir do posicionamento discursivo de Portugal. Apesar das mudanças reconhecidas e afirmadas em outros espaços, não há um deslocamento na posição ocupada pelo Brasil no simbólico dentro da Comunidade que se coloca como um espaço no qual o país continua sendo o colonizado e não, ‘o país do futuro’ como concebido em outros discursos.

A relação entre Portugal e Brasil que se coloca no texto analisado reflete a longa história entre os dois países na qual é imposta, ao Brasil, uma subordinação à antiga metrópole.

O Brasil é ainda caracterizado como o país das condições “precárias” e, portanto, marcado pela falta de atributos necessários para ser considerado um grande país, assim como aconteceu nos primórdios da colonização quando “falta-lhes [aos habitantes do novo mundo] uma série de atributos para alcançar um grau de civilização próximo àquele idealizado na Europa” (Mariani, 2004, p.24).

Segundo a autora,

a colonização linguística engendrada pela metrópole portuguesa é construída em torno de uma ideologia do déficit que, ao mesmo tempo, é tanto já existente e prévia ao contato propriamente dito quanto serve para legitimar a forma como a dominação se processa. Assim, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha e as primeiras descrições feitas por Anchieta, Gândavo, Fernão Cardim e

Ambrósio Brandão, entre outros, constata-se e comprova-se linguisticamente um sentido para a falta que já se presumia encontrar: o, F, o R e o L inexitem na língua indígena e materializam a ausência de um poder religioso, de um poder real central e de uma administração jurídica (Ibid., p.25).

Esta mesma afirmação pode ser utilizada para descrever a situação atual entre Brasil e Portugal dentro da CPLP. Portugal, na posição de colonizador, aponta para os atributos “precários”, “ineficientes” e “estagnados” que passam a significar o Brasil. A CPLP torna-se um espaço de luta pelo poder, no qual Portugal se coloca em sua posição hegemônica e que, por isso, desqualifica a sua ex-colônia de modo a legitimar-se enquanto líder dessa instância.

Como afirma Mota (2009, p.27) ao analisar a constituição da CPLP e as relações entre os países, a base de tais relações “está nas relações históricas que estes foram desenvolvendo ao longo dos séculos e que reproduziram no imaginário de cada um a imagem que têm uns dos outros...”. De acordo com a autora, a formação da CPLP e o seu funcionamento atual ancoram-se no discurso sobre a necessidade de um “processo de esquecimento” das relações “metrópoles-colônias” para que sejam viabilizadas e estabelecidas novas identidades. No entanto, como podemos observar no texto analisado, a construção discursiva do Brasil indica para uma relação antiga, baseada em posições estabilizadas ao longo do percurso histórico dos países e polarizadas exatamente em ‘metrópole’ e ‘colônia’.

7 O BRASIL EM EMBAIXADAS NO EXTERIOR

7.1 Embaixadas: o que são e como funcionam

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é um órgão político cuja função institucional é auxiliar o Presidente da República na:

formulação da política exterior do Brasil, assegurar sua execução, manter relações diplomáticas com governos de Estados estrangeiros, organismos e organizações internacionais e promover os interesses do Estado e da sociedade brasileiros no exterior.⁴⁷

Para a execução de todas as suas incumbências, o Ministério é dividido em departamentos com propósitos e atividades específicas, como por exemplo, o Departamento de Promoção Comercial e Investimentos e o Departamento Cultural. Este último, também conhecido como DC, é um instrumento da diplomacia brasileira que tem a função de “auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil”⁴⁸ através das ações de suas seis divisões: Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC), Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais (DAMC), Divisão de Temas Educacionais (DCE), Coordenação de Divulgação (DIVULG) e Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV).

Dentre as ações de ordem prática do DC, estão as negociações, organização e realização de parcerias com o intuito de promover eventos culturais no Brasil e no exterior “levando-se em conta, entre outros fatores, as prioridades da política externa brasileira”

⁴⁷ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/view>. Acesso em: 25 nov. 2010.

(DC/MRE). Além disso, cabe a este departamento negociar os programas de trabalho para a implementação dos acordos culturais existentes, repassar os recursos necessários às atividades de divulgação cultural, bem como acompanhar e orientar a rede de Institutos Culturais (ICs) e Centros de Estudos Brasileiros (CEBs).

Os CEBs são considerados instrumentos de realização de política cultural no exterior e estão subordinados ao Chefe da Missão Diplomática ou repartição consular do Brasil em cada país⁴⁹. O início da formação dessas instituições ocorreu por uma iniciativa do governo brasileiro, no final dos anos 40, como uma forma de política de aproximação cultural com os países de fronteira, como Uruguai, Paraguai e Argentina. Com o propósito de integrar o país ao universo dos países de fala hispânica da região, os centros foram se estendendo e rompendo os limites fronteiriços. Dessa forma, existem atualmente 12 (doze) centros localizados no continente americano, 3 (três) no continente europeu e 6 (seis) no continente africano, segundo informações disponibilizadas pelo Ministério das Relações Exteriores⁵⁰.

Já os Institutos Culturais, segundo Pinto [199-?]⁵¹, passaram a ser designados desta maneira a partir de 1995 quando o Ministério das Relações Exteriores promoveu o gradativo desligamento jurídico e administrativo de 24 Centros de Estudos Brasileiros que se tornaram instituições de direito privado sem fins lucrativos, com o registro de seus estatutos efetuados nos respectivos países. Ainda de acordo com o autor, os institutos mantiveram vínculos com o Ministério das Relações Exteriores por meio de um convênio, mas passaram a ser geridos por conselhos diretores compostos de 7 a 11 membros, intelectuais brasileiros e brasilianistas reconhecidos, residentes no país e responsáveis pela eleição de um diretor executivo. Atualmente, estão em funcionamento o Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José), Instituto Cultural Brasil-Venezuela

⁴⁸ BRASIL. Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br>. Acesso em: 29 nov. 2010.

⁴⁹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Centros Culturais. Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>. Acesso em: 06 dez. 2010.

⁵⁰ Verifique Anexo L para a lista completa dos CEBs.

⁵¹ Data referenciada de acordo com o documento “Dissertações e teses: Normalização do documento impresso e eletrônico”, elaborado pela Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas.

(Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevideu) e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito).

As funções tanto dos CEBs, quanto dos ICs estão voltadas:

ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à co-edição e à distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de nossa música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão Cultural Brasileira, como palestras, seminários e outros (MRE/DC)⁵².

Segundo dados do MRE, em ambos os casos, essas instituições cumprem missões culturais em conjunto com as Missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas, ou seja, estão legalmente vinculadas às embaixadas brasileiras no exterior.

As embaixadas, por sua vez, têm a função de representar o Estado brasileiro perante os demais Estados e promover, entre eles, relações políticas, econômicas, comerciais, culturais e científicas.

Segundo Filomeno (2006:76), as embaixadas são sedes da representação diplomática de um Estado perante os outros e são consideradas parcelas invioláveis de seu território no exterior. Elas fazem parte de uma Missão Diplomática que é a representação de um Estado (acreditante) perante outro Estado (acreditado) fora do território contínuo do acreditante. Suas funções, de acordo com a Convenção de Viena⁵³, realizada em 18 de abril de 1961, são:

⁵² MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Departamento Cultural. Centros Culturais Brasileiros. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>. Acesso em: 25 jan.2011. .

⁵³ BRASIL. Divisão de Atos Internacionais. Decreto nº 56.435, de 08 de junho de 1965. Promulga a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas. Disponível em: www.mer.gov.br/daif/m_multidiplo.htm. Acesso em: 25 jan. 2011.

representar o país de nacionalidade da Embaixada perante outro país; proteger, no país onde está localizada, os interesses do país de sua nacionalidade e os de seus cidadãos; negociar com o Governo do país onde está localizada, em nome do país que representa; informar o Governo de sua nacionalidade dos acontecimentos no país onde está localizada; promover relações amistosas e desenvolver as relações econômicas, culturais e científicas entre os dois países.

A opção por trabalhar exclusivamente com os *sites* de embaixadas e não com os consulados se deu pelo fato de que, segundo Filomeno (2009), não há um consenso se o consulado é, de fato, também uma representação do Estado no exterior ou apenas um escritório de representação de cunho econômico e cultural. Desta maneira, optamos por trabalhar com a esfera que é, de fato, considerada um espaço de representação do Brasil no exterior e que, além das atividades já mencionadas, tem a função de fornecer informações úteis e de ordem prática aos brasileiros que estão no exterior e àqueles que pretendem vir ao Brasil.

Compreender o que é dito a respeito do Brasil em *sites* de embaixadas implica em entender os modos pelos quais o país é apresentado ao estrangeiro em um espaço de representação do Estado. Significa compreender diante de qual imagem o estrangeiro será exposto e, portanto, quais implicações tal representação pode ter na relação a ser estabelecida entre estrangeiro e o país. Podemos nos indagar se o Brasil apresentado nesses espaços é o mesmo apresentado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa que é uma instituição que se coloca como representante de seus Estados membros?

Visando responder essa questão e compreender melhor o lugar simbólico que o Brasil ocupa no cenário internacional atual e a maneira como é representado em diferentes instâncias, analisaremos as páginas eletrônicas das embaixadas do Brasil em Buenos Aires (Argentina) e em Acra (Gana) em virtude dos critérios já mencionados no capítulo 4.

7.2 Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina

7.2.1 Condições de produção do texto

A disputa entre Brasil e Argentina, no que tange a disputa pela hegemonia dentro do bloco do Cone Sul, e as disparidades de opiniões relacionadas ao mesmo, datam desde a formação do bloco quando, segundo Cervo (2002, p.110), a formação do Mercosul representou para os brasileiros:

...uma expansão de sua sociedade pluralista, cooperativa, heterogênea e aberta. Uma sociedade, portanto, com vocação integradora universalista, em condições de estender seu paradigma por vastas regiões. Sem preconceito, o brasileiro se vê membro de uma sociedade que soma, porque foi capaz de assimilar, que enriquece qualquer bloco de países, qualquer complexo de sociedades.

Enquanto para os argentinos,

...o Mercosul comercialista veio atrapalhar: a penetração dos manufaturados provindos do Brasil teria contribuído para o aumento da desindustrialização e do desemprego urbano. A desvalorização no início de 1999 da moeda brasileira, o real, sem consulta à outra parte, que mantém a paridade do peso com o dólar, foi tomada como uma deslealdade econômica.

A história das relações bilaterais que se estabeleceram a partir deste momento entre Brasil e Argentina, segundo o diplomata Candeas (2005), é marcada por uma instabilidade no século XIX e por uma tentativa constante de uma estabilidade pela integração no século XXI. A relação bilateral, segundo o autor, tem uma dinâmica própria resultante da interdependência cada vez maior entre os dois países e responde aos desequilíbrios de poder.

Ao apresentar um pouco da história dessas relações, o autor afirma que, em 2000, elas foram afetadas pela desconfiança por parte do lado portenho em relação a iniciativas de liderança do Brasil e, em termos econômicos, pela desvalorização do real, em 1999, vista como uma medida dirigida contra a Argentina.

Ainda segundo o autor, em 2002, no entanto, com a crise econômica argentina, Eduardo Duhalde, então presidente eleito, tentou reconstruir a governabilidade e o país iniciou um processo de crescimento econômico e, sem a ajuda do mundo rico, o Brasil passou a ser visto “como sócio fiel”.

Em 2004, com base nos dados do diplomata, com Kirchner no poder, os países reafirmaram, através de documentos, a “necessidade de fomentar um desenvolvimento econômico com equidade e reiteram a aliança estratégica” (Ibid., p.32).

Esses diferentes momentos das relações entre os dois países são marcados pelo funcionamento de uma política de “intensificação dos laços sociais e culturais em todos os níveis [que] permitirão “internalizar” uma cultura de amizade e construir a “sociedade estratégica”, suplantando os resquícios de rivalidade e equilíbrio de poder” e, ao mesmo tempo, pelo “receio de que se instaure uma divisão de trabalho regional, na qual a Argentina seria provedora de bens primários, e o Brasil de bens manufaturados” (Candeas, 2005, p.32). Esse receio evidencia uma disputa interna ao bloco pela sua liderança política que é negada pelo Brasil mediante o argumento de que a ele não interessa uma Argentina desindustrializada e economicamente fraca, mas sim como um parceiro para a construção de um poder internacional num contexto de integração.

O receio apresentado pelo lado argentino, segundo o autor, se deve ao fato de que:

na medida que a Argentina perde poder em relação ao Brasil, desde os anos 50, cada vez mais teme ser considerado irrelevante. Nesse contexto, o desnível de poder produziu um "discurso da assimetria" que sempre busca compensações (comerciais) e equações de equilíbrio de poder (político). Nesse último caso, historicamente mais antigo e relevante, "terceiros" países foram envolvidos para "reequilibrar" esse diferencial; esses "terceiros" foram (ou são) Grã-Bretanha, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Chile, Estados Unidos e México.

Esse receio, segundo Kassab (2005), se ancora no fato de o Brasil se colocar como líder "natural" do bloco em virtude da superioridade de todos os indicadores que vão desde econômicos até demográficos.

Segundo Marques (2007), a disputa pela liderança política do bloco é um dos conflitos mais constantes e atuais. Em entrevista concedida a ele pelo professor da Universidade Federal do Mato Grosso, Penna Filho, o acadêmico afirma que o Brasil, desde o presidente Fernando Henrique, teve a tendência a liderar a integração do bloco como um marco de sua política externa.

7.2.2 Análise

O *site* da embaixada brasileira pode ser acessado em português ou em espanhol. A parte superior da tela apresenta os seguintes *linkss*: *Assistência a brasileiros*, *Serviços do Itamaraty*, *Sala de imprensa e O ministério*. A lateral direita da página possui, de cima para baixo, os principais dados sobre a *Embaixada* (endereço, telefone, horário de funcionamento e endereço do *twitter*) e ícones de acesso às seguintes páginas: *Ministérios*

das Relações Exteriores, portal Brasil Sensacional, portal do Governo Federal do Brasil, Itamaraty no Youtube. Na parte central da página está localizada a seção *Novidades* onde são postadas notícias sobre as agendas dos dois países, como por exemplo, eventos culturais e políticos, acordos e negociações políticas, concursos e oportunidades. Na lateral esquerda da página, há uma barra de seções denominada *Apresentação* composta das seguintes subáreas: *Brasil, Relações bilaterais, Negócios, Turismo, Educação, Atividades culturais, Divulgação, Imprensa e Consulado*⁵⁴.

O texto de apresentação do Brasil é precedido por uma única fotografia de uma sombra de coqueiro que se espalha pelas areias claras de algum recanto litorâneo brasileiro. O solo arenoso e o coqueiro encontrado em muitas praias brasileiras promovem a identificação do leitor com um cenário litorâneo considerado por muitos como tipicamente brasileiro. Embora o coqueiro tenha sido introduzido no Brasil pelos portugueses em 1553, na Bahia, originários da Índia ou Sri Lanka, mas procedentes das Ilhas de Cabo Verde (Siqueira; Aragão; Tupinambá, 2002), o coqueiro se historicizou e se difundiu por todo o país tornando-se parte integrante de um imaginário do que são as praias brasileiras.

A fotografia utilizada para representar o Brasil faz ecoar o ditado popular “sombra e água fresca” e coloca em cena sentidos como ‘paradisiaco’, ‘lazer’, ‘prazer’, ‘tranquilidade’ que se somam aos sentidos de industrialização e desenvolvimento materializados no texto subsequente qualificando o país, num movimento de adição, como um país completo.

⁵⁴ Tradução nossa. No original: “Brasil, Relaciones Bilaterales, Negocios, Turismo, Educación, Actividades Culturales, Divulgación, Prensa, Consulado”.



Na sequência, está disponibilizado, na seção *Brasil*, o texto intitulado “Brasil: solidez macroeconômica e inclusão social⁵⁵” escrito em espanhol e com a função de apresentar o país ao estrangeiro.

La extensión territorial de Brasil alcanza los 8,5 millones de kilómetros cuadrados, ocupando casi la mitad (47%) del área de Latinoamérica. Posee 20% de la biodiversidad mundial, un ejemplo de esta riqueza es el Bosque Tropical Amazónico, con 3,6 millones de kilómetros cuadrados. La organización político-administrativa comprende tres poderes: Judicial, Ejecutivo y Legislativo, y el principio de la autonomía entre la Unión, Distrito Federal, 26 Estados y 5.563 Municipios (IBGE/2003).

Se ubica en el quinto lugar entre los países más populosos del mundo, son 50 millones de familias equivalente a cerca de 180 millones de brasileños (2004), la mayoría (81%) vive en áreas urbanas. La tasa de fecundidad, que llegó a 6,3 en 1960, es de 2,3 hijos por pareja. Esta reducción, asociada al mejoramiento de los indicadores sociales y consecuente calidad de vida, hará con que la mayoría de la población tenga entre 15 y 44 años en las próximas cuatro décadas. Esto representará uno de los mayores mercados de trabajo y de consumo entre los países de las Américas.

El país responde por tres quintos de la producción industrial de la economía sudamericana y participa de diversos bloques

⁵⁵ Tradução nossa. No original: “Brasil: solidez economica e inclusión social”.

económicos, como el Mercosur, G-22 y el Grupo de Cairns. Su desarrollo científico y tecnológico, aliado a un parque industrial diversificado y dinámico, atrae capitales de inversión externos: las inversiones directas fueron del orden de US\$ 20 mil millones por año en promedio, contra US\$ 2 mil millones por año en la década pasada.

Brasil comercia regularmente con más cien países, siendo que 74% de los bienes exportados son manufacturas o semimanufacturas. Los mayores socios son: Unión Europea (con 26% del saldo), EE.UU. (24%), Mercosur y Latinoamérica (21%) y Asia (12%). Un sector de los más dinámicos en este intercambio es el agronegocio que mantiene a Brasil, hace dos décadas, entre los países con mayor productividad en el campo.

Dueño de una sofisticada tecnología, el país desarrolla desde submarinos a aeronaves y está presente en la investigación aeroespacial: posee el Centro de Lanzamiento de Vehículos Livianos y fue el único país del Hemisferio Sur que integra el equipo de construcción de la Estación Espacial Internacional - ISS. Pionero en la prospección de petróleo en aguas profundas, de donde extrae 73% de sus reservas, fue la primera economía capitalista a reunir las diez mayores empresas montadoras de automóviles en su territorio (*site da Embaixada do Brasil em Buenos Aires*).

O título do texto já aponta para uma definição do que é o Brasil através da utilização dos dois pontos que suspendem a frase isolando o objeto do discurso e, em seguida, trazem a sequência que “explica, esclarece, identifica, desenvolve ou discrimina uma ideia anterior”, segundo Terra (1992). O país é posto em suspensão e, posteriormente, qualificado como o país da “solidez macroeconômica” e da “inclusão social”, sendo o aspecto econômico o foco do texto introdutório que aborda os indicadores econômicos e a força da economia brasileira.

Na sequência, o Brasil é qualificado através de cinco grandes áreas apresentadas a partir de dados numéricos que produzem um efeito de verdade sobre a grandiosidade do país quanto ao território, população, produção industrial, relações comerciais e tecnologia.

O país recebe atributos que o colocam em uma posição de destaque perante outros países do mundo. Através de sintagmas preposicionais e adjetivos, se estabelece uma relação de comparação entre o que o Brasil e outros países possuem, na qual a grandiosidade do Brasil é quantificada perante outras regiões ora “do mundo”, “das Américas”, “da América Latina”, “do Hemisfério Sul” e, por fim, “mundial”.

O poderio e a importância do país se alastram em todas as áreas do planeta, indo da menor esfera, que seria a esfera sul-americana, e culminando na esfera mundial não sendo, portanto, algo localizado, mas sim, global.

O poderio brasileiro é ainda reforçado através do estabelecimento de um *ranking* no qual o Brasil sempre ocupa posições de destaque como: “quinto lugar”, “um dos maiores” e “entre os maiores”.

Os indicadores brasileiros e a força econômica do país não são apresentados como casuais nem temporários, mas como algo que o Brasil “possui”, que é “dono” e que, portanto, não lhe será retirado. Com isso, não há espaço para dúvidas e incertezas que levem a questionamentos quanto à situação de poder conferida ao Brasil.

Ao Brasil é dado o atributo de “único”, “primeiro” e “pioneiro” em atividades econômicas que reforçam sua confiabilidade e experiência.

Essa posição de domínio não se restringe a algumas áreas pouco valorizadas economicamente, mas atinge áreas tecnológicas e de prestígio econômico. O Brasil é marcado pelo desenvolvimento “científico e tecnológico”, cujo parque industrial é “diversificado e dinâmico” e a tecnologia é “sofisticada”.

O setor primário, tão valorizado no texto de divulgação do Brasil disponibilizado na página da CPLP, fica quase silenciado neste texto, cedendo lugar para os setores secundários e terciários que são, comumente, associados ao desenvolvimento. O efeito é ilustrar o desenvolvimento e sustentá-lo através de afirmações que qualificam os produtos manufaturados, os parceiros comerciais e os projetos tecnológicos.

A versatilidade e a amplitude de atuação do país são ressaltadas através do enunciado “desde submarinos a aeronaves” que, pelo uso das preposições ‘desde’ e ‘a’ colocam em cena sentidos de ‘abrangência’ e ‘variedade’ referentes a gama de produtos desenvolvidos no Brasil num setor da economia que é decisivo para a classificação de um país enquanto desenvolvido ou não.

O desenvolvimento do país é ainda reafirmado por dados relacionados à população urbana, ao mercado de trabalho e de consumo, bem como indicadores de capital de investimento externo.

Neste texto, a história do Brasil é contada até os dias atuais e, diferentemente do texto da CPLP, o passado ruim não é o fim da história brasileira, mas sim, o contraposto da fase próspera que marca a história recente do país. A crise que afetou o Brasil na década de 90 não é dada como último fato que marca a história econômica do país, como acontece com o texto da CPLP. A crise, ao contrário, é lembrada através de números de investimentos estrangeiros no país e contraposta aos números atuais de investimento que apontam a superação de marcas e, conseqüentemente, a melhoria do nível econômico do país.

O texto de valorização do Brasil em um espaço de circulação portenho produz efeitos de sentido que visam reafirmar a posição do Brasil enquanto país que possui os atributos necessários para ocupar uma posição de protagonismo na região.

As proposições colocam em funcionamento sentidos latentes de ‘desenvolvimento’ e ‘grandeza’ que remetem aos discursos sobre a disputa entre Brasil e Argentina pela liderança da região sul-americana.

Essa disputa pela liderança do bloco, no entanto, como apresenta Geraldo Cavagnari em entrevista concedida à Kassab (2005), vem de longa data e produz desdobramentos até os dias de hoje acirrados pela existência do Mercosul que impõe, aos dois países, novos desafios. Segundo o pesquisador,

A rivalidade entre Brasil e Argentina vem desde as lutas no Prata. Teve alguns momentos exacerbados, como na campanha da Cisplatina, durante a ditadura de Rosas, após a Guerra do Paraguai e como na primeira década do século passado. A Argentina sempre alimentou a possibilidade de uma solução militar para o seu conflito com o Brasil. Mas jamais chegou a alcançar o nível desejável de capacidade estratégica para enfrentar o Império do Brasil. Nem mesmo durante a sua fase de prosperidade teve condições para enfrentar a República brasileira. A máxima de Saenz Peña – “tudo nos une, nada nos separa” – continua sendo apenas um recurso de retórica. Nada mais que isso.

Já para outros analistas, como por exemplo, o cientista político Luiz Alberto Moniz Bandeira, a questão da disputa não se coloca, pois essa posição de líder é, de fato, ocupada pelo Brasil. Em entrevista concedida à revista Oikos (Revista de Economia Heterodoxa), o estudioso afirma que:

Não há nenhuma disputa de liderança. Trata-se de especulação da mídia e de alguns supostos especialistas que ela está atualmente a produzir. A liderança do Brasil decorre do seu peso específico como potência regional, que nem a Argentina nem a Venezuela são. O Brasil representa a maior massa territorial, a maior massa demográfica e a maior massa econômica da América do Sul, com um PIB de cerca de US\$ 1,6 trilhão, segundo o método da paridade do poder de compra. É a maior potência industrial do hemisfério sul, o único país que realmente pode rivalizar com os Estados Unidos, apesar da assimetria.

Desta maneira, o texto disponibilizado no *site* da embaixada do Brasil em Buenos Aires contribui para esse movimento no qual o Brasil se apresenta como líder do grupo econômico do Cone-Sul ancorando seu discurso em indicadores, principalmente, econômicos que dão sustentação à posição de liderança que o país assume frente ao Mercosul.

O texto, como vimos, retoma a posição de uma “economia capitalista” e aponta a grandiosidade dos seus indicadores demográficos ao apresentar o país como “entre los países más populosos” e, em maior quantidade, os indicadores econômicos ao abordar: “los mercados de trabajo y de consumo”, “la producción industrial”, “desarrollo científico y tecnológico”, “capitales de inversión externos” – todos indicadores que garantem a autoridade enquanto líder num determinado espaço de atuação.

Há a reafirmação de um discurso brasileiro que se opõe ao discurso argentino no qual o Brasil não tem a necessidade de reivindicar uma postura hegemônica na América do Sul uma vez que os seus indicadores já o colocam e o qualificam como o país a ocupar tal posição. A partir dessa posição, o governo brasileiro, no espaço do *site* da embaixada, assegura o seu espaço de líder do bloco dando visibilidade aos indicadores.

7.3 Embaixada do Brasil em Acra/Gana

7.3.1 Condições de produção do texto

Em um sumário executivo sobre Gana elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, afirma-se que as relações entre Brasil e Gana foram formalmente instituídas no ano de 1962, logo após a independência do país, quando a legação⁵⁶ brasileira em Acra foi elevada à categoria de Embaixada.

Segundo o MRE, os países possuem relações que abarcam diferentes temas da agenda internacional e, tais relações se aprofundaram mediante visitas e parcerias estabelecidas pelos presidentes Lula e John Kufuor a partir de 2005. O relator do documento afirma que “Gana é o parceiro mais dinâmico nas iniciativas brasileiras que vão

⁵⁶ Legação é o nome dado à missão mantida por um governo em um país onde não há uma embaixada do país. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/legacao> . Acesso em: 7 mar. 13.

da ampliação do diálogo com o continente africano a temas de cooperação e trocas comerciais” (Vasconcellos, 2011).

Dentre as áreas de cooperação, destacam-se aquelas no campo agrícola (a abertura de escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)) e no comércio, embora com trocas pouco diversificadas. Conforme dados da Divisão de Atos Internacionais do Itamaraty, existem doze tratados em vigor entre os dois países.

Em nota emitida pelo Ministério das Relações Exteriores⁵⁷, Gana é o quarto importador de produtos brasileiros na África subsaariana e o comércio passou de cerca de US\$ 30 milhões, em 2002, para aproximadamente US\$ 105 milhões, em 2003, a exemplo da intensificação das relações entre os dois países. O governo afirma ainda que

O Brasil vem desenvolvendo com Gana um trabalho de intensificação das relações bilaterais, não apenas na dimensão política do diálogo diplomático, como no que diz respeito aos temas de cooperação e às trocas comerciais, o que é coerente com a determinação governamental de incluir as relações com o continente africano entre as prioridades de política externa brasileira (Governo Federal).

Segundo Fiori (2005, s/p), várias ações foram tomadas ou prometidas pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o objetivo de intensificar as relações entre os países. Tais ações se referiam às áreas de conhecimento científico, tecnológico, saúde, agricultura e educação, sendo prometida, pelo então presidente brasileiro, a ampliação da

⁵⁷ Nota nº 329. Visita ao Brasil do Ministro das Relações Exteriores de Gana, Senhor Nana Akufo-Addo, por ocasião da II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana (Brasília, 4 e 5 de agosto de 2004). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/2004/03/visita-ao-brasil-do-ministro-das-relacoes>. Acesso em: 15 junho 2012.

concessão de bolsas de estudos para universitários africanos no Brasil e do intercâmbio de professores em nível de pós-graduação. Segundo a autora, Gana “foi apontada pelo FMI e pelo Banco Mundial como modelo bem sucedido de estabilidade econômica no continente africano” e todas as medidas realizadas pelo governo brasileiro visam estreitar as relações com este país por ser a porta de entrada de produtos brasileiros na África ocidental e por apoiar a entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil também se ancora no estreitamento das relações históricas com o país já que durante o período de dominação portuguesa, muitos ganeses foram trazidos ao Brasil na condição de escravos. Estes, no entanto, quando conseguiram a carta de alforria retornaram ao país de origem e, segundo texto disponibilizado no Portal Consular da Embaixada do Brasil em Acra, estima-se que, aproximadamente, 10 mil afro-brasileiros libertos voltaram à África no século XIX. Esses ex-escravos e seus descendentes são conhecidos como *Tabom*⁵⁸. Eles retornaram ao Golfo da Guiné em um navio chamado S. S. Salisbury, oferecido pelo governo inglês e chegaram à Acra por volta de 1836 onde foram recebidos pelo chefe Nii Ankrah, da área de Otublohum e decidiram ficar.

De acordo com informações do texto do Portal Consular, os *Tabom* receberam, naquela época, terras em áreas privilegiadas da cidade oferecidas pelo povo Ga, mas, atualmente, vivem, em sua grande maioria, numa área pobre localizada próxima ao antigo porto de Acra, conhecida como Jamestown. Neste bairro, existe uma rua chamada *Brazil Lane*, onde está localizada a primeira casa que abrigou os *Tabom*, a *Brazil House*. Em 2008, após ser restaurada pelo governo brasileiro com apoio do governo local, a casa foi inaugurada como um museu.

Todas essas ações caracterizam o movimento de intensificação das relações entre o Brasil e os países africanos, em especial Gana, no qual o Brasil aposta na intensificação de suas relações.

⁵⁸ Segundo o Portal Consular, este nome veio, provavelmente, do fato de que na sua chegada a Gana, os ex-escravos sabiam falar somente português e usavam os cumprimentos "como está?" e a resposta "tá bom", o que originaria no nome dado a eles pelo povo ganense.

7.3.2 Análise

O *site* da embaixada do Brasil em Gana pode ser acessado em português ou em inglês. A parte superior inicial da página é composta por uma série de quatro fotos sobre o Brasil que não se alternam. Logo abaixo, estão disponibilizadas horizontalmente, as seguintes seções: *Home*⁵⁹, *Perfil do país*, *Embaixada*, *Serviços consulares*, *Comércio e investimentos*, *Turismo*, *Notícias e imprensa*, *Cultura e eventos* e, por fim, *Contato*. Após essa seção, é possível acessar, no lado esquerdo da página, o *link* do portal *BrasilTradeNet* e, no lado direito, temos o acesso ao *Portal do Brasil*.

A página inicial da embaixada, bem como a seção *Perfil do Brasil* trazem uma série de 8 fotografias que visam apresentar o país ao visitante do *site*.



As fotografias utilizadas para apresentar o país remetem ao discurso do governo Lula sintetizado no slogan “Brasil: um país de todos” e mencionado anteriormente neste trabalho. Os sentidos produzidos pelo slogan também são produzidos pelas fotografias de

⁵⁹ Denominação que indica a página inicial do sítio eletrônico em questão.

modo a significar o Brasil como ‘de todos’ e também ‘de todas as cores’, indicando, mais uma vez, que o espaço da página eletrônica da embaixada é um espaço de Estado no qual são colocados em cena dizeres que refletem uma posição de governo perante o objeto de discurso ‘Brasil’.

Ao explicar a multiplicidade de cores de sua logomarca, o governo brasileiro afirma que, para se alcançar um país de todos, é preciso resgatar:

a imensa carga de cores de um país tropical, dos maracatus ao boi-bumbá, da ingenuidade festiva do Divino à monumentalidade feérica dos desfiles de Carnaval. Esse festival pictórico resplandece nas fachadas de Olinda, de Ouro Preto ou do Pelourinho e desabrocha na elegância da vitória-régia, das frutas, do café, da natureza exuberante. O Brasil de todas as cores está na cesta multicolorida das comunidades afastadas do interior ou nas fachadas reluzentes dos arranha-céus da megalópole. O Brasil é esse convívio⁶⁰ (Manual de Identidade Visual do Governo Federal).

Os dizeres produzidos pelo governo Lula para explicar a sua própria logomarca remetem a um discurso sobre o Brasil que é retomado nas fotografias selecionadas para apresentar o país no âmbito eletrônico da embaixada. O ‘país tropical’ é contemplado nas fotos 1 e 5; a “natureza exuberante” está materializada nas fotografias 2 e 4; a “elegância da vitória-régia” está representada na foto 7 e as fotografias 3,6 e 8 remetem à multiplicidade “das comunidades afastadas do interior ou nas fachadas reluzentes dos arranha-céus da megalópole”.

Percebe-se que esse arranjo fotográfico ecoa o discurso da integração tal qual proposto pelo governo Lula e por ele explicado no Manual de Identidade Visual. As fotografias são ilustrativas do texto apresentado no Manual e apontam para uma mesma representação do país, seja na logomarca do governo ou no *site* da embaixada brasileira.

⁶⁰ Governo Federal. Manual de Uso da Marca. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2010418103110625anexoii.pdf>. Acesso em: 14 set. 2012.

Após as fotografias, há a seção *Perfil do país* que é uma apresentação das principais características do país dividida da seguinte maneira: *O Brasil, Idioma, Um país aberto para o novo, Geografia, História e Culinária*.

Ao analisarmos o título do texto de apresentação, a definição do que é o Brasil aponta para sentidos diferentes daqueles abordados no título do texto sobre o país na Embaixada do Brasil na Argentina. O país da economia e da inclusão social cede espaço para o país cujo atributo é ser “aberto para o novo”. Tal atributo instaura uma indefinição quanto aos sentidos produzidos a partir do adjetivo ‘novo’ e nos desafia a responder o seguinte questionamento: o que é o ‘novo’?

Após o título, o Brasil é qualificado como o país da “democracia racial” que, por sua vez, é adjetivada como um “costume” e um “hábito” do povo brasileiro. Dessa maneira, ocorre uma remissão a discursos que circulam sobre a democracia no país, que são capazes de promover as relações de identificação entre brasileiros e ganenses.

Por ser um ponto crucial para a construção dos sentidos sobre o Brasil no texto analisado, faremos uma pequena digressão sobre o conceito de ‘democracia racial’ atentando para o fato de que tal expressão, segundo Guimarães (2003), é uma tradução feita por diversos estudiosos das ideias de Gilberto Freyre acerca de ‘democracia social’ (1930) e, posteriormente, ‘democracia étnica’ (1943).

A trajetória do que viria a ser considerada a democracia racial começa, segundo Guimarães (2003), em 1937, em uma palestra proferida por Gilberto Freyre em Lisboa intitulada “Aspectos da influência da mestiçagem sobre relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes” na qual o mesmo discorre sobre a democracia social. A expressão ‘democracia racial’, propriamente dita, foi utilizada, pela primeira vez, segundo o autor, em 1941, pelo antropólogo brasileiro Arthur Ramos⁶¹ ao proferir uma palestra em um seminário sobre a democracia no mundo pós-fascista. Guimarães (2003) afirma que, na

⁶¹ Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949) era médico psiquiatra, psicólogo social, etnólogo, folclorista e antropólogo brasileiro. Destacou-se pelos estudos sobre o negro e a identidade brasileira, bem como participou efetivamente do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arthur_Ramos#Biografia>. Acesso em 26 julho 2012.

literatura acadêmica, foi apenas em 1962 que o antropólogo norte-americano Wagley⁶² utilizou o termo em um artigo sobre as relações entre brancos e negros no Brasil a pedido da Unesco. É nesse mesmo ano que o próprio Gilberto Freyre lança mão dessa expressão “democracia racial” ao defender o colonialismo português na África e elaborar o luso-tropicalismo, em contraposição ao luso-brasileirismo, atacando o conceito de “negritude”, cunhado inicialmente pelo poeta Aimé Césaire⁶³, em 1937. Na ocasião, Freyre teria dito, no Gabinete Português de Leitura:

Meus agradecimentos a quantos, pela sua presença, participam este ano, no Rio de Janeiro, da comemoração do Dia de Camões, vindo ouvir a palavra de quem, adepto da "vária cor" camoneana, tanto se opõe à mística da "negritude" como ao mito da "branquitude": dois extremos sectários que contrariam a já brasileiríssima prática da democracia racial através da mestiçagem: uma prática que nos impõe deveres de particular solidariedade com outros povos mestiços. Sobretudo com os do Oriente e os das Áfricas Portuguesas. Principalmente com os das Áfricas negras e mestiças marcadas pela presença lusitana. (Freyre 1962 apud Guimarães, 2003)

Para alguns sociólogos e historiadores (Guimarães, 2003; Bernardino, 2002), Freyre, em seu esforço de contrapor a democracia luso-brasileira à democracia inglesa, discorre sobre as democracias social e étnica, valorizando suas características em detrimento de outras democracias. Segundo Guimarães (2003), o pensador elabora o conceito que viria a ser chamado de democracia racial retomando a utopia do “mito do paraíso racial” e dando-lhe um caráter científico. A base dessa utopia era o imaginário de que o Brasil era um país marcado pelo fato de que a ascensão de pessoas afrodescendentes

⁶² Charles Wagley (1913-1991) era um antropólogo norte-americano que se destacou em sua época pelos estudos pioneiros sobre o desenvolvimento da antropologia brasileira. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Charles_Wagley>. Acesso em 26 de julho 2012.

⁶³ Aimé Fernand David Césaire, da Martinica, foi poeta, dramaturgo, ensaísta e político da negritude. Foi o ideólogo do conceito de negritude e defensor das suas raízes africanas. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Aim%C3%A9_C%C3%A9saire>. Acesso em 26 de julho 2012.

a cargos oficiais ou a posições de riqueza não enfrentava nenhuma barreira legal. Freyre, atribuindo cientificidade ao mito, argumentava que a cultura luso-brasileira era mestiça e, mais que isso, recusava a ideia de pureza étnica, bem como se utilizava da mestiçagem contra o racismo. A possibilidade dessa mestiçagem era atribuída ao caráter ibérico que garantia a harmonia social.

Segundo Bernardino (2002), o mito ganha a elaboração acadêmica na obra Casa Grande e Senzala (1933) na qual Freyre discorre sobre o que chamou de processo de equilíbrio de antagonismos, ou seja, o processo de “fusão harmoniosa de tradições diversas, ou antes antagônicas, de cultura” (Freyre, 1992:52 apud Bernardino, 2002).

A origem desse mito, segundo Bernardino (2002), poderia ser atribuída ao momento da Abolição e da Proclamação da República que deram as condições necessárias para que o mito firmasse a sociedade brasileira como um paraíso frente ao inferno racial que marcavam outras nações. A comparação entre o modo como o Brasil e outros países tratam a questão do preconceito racial é retomada no texto da embaixada que reafirma esse discurso de que o preconceito no Brasil é muito ‘mitigado’, ou seja, mais ameno e brando quando comparado a outros lugares, como por exemplo, Estados Unidos e Europa.

Oculto pelo preconceito racial de parte da elite, que vigora de maneira muito mitigada (se comparado por exemplo aos Estados Unidos ou à Europa), este costume [miscigenação] permitiu a construção de uma democracia política efetiva num País que tinha tudo para não possuí-la (Embaixada do Brasil em Acra).

O discurso sobre o paraíso racial brasileiro é retomado no texto da embaixada na formulação de uma série de enunciados que asseveram o “costume” de se miscigenar e “o hábito de considerar atraente qualquer possibilidade matrimonial, independente de origem étnica...” que é dado como característico do povo brasileiro.

Sobre a base miscigenada inicial foi montada uma sociedade escravista. Mas que, apesar de escravista, nunca conseguiu eliminar o costume já tornado tradicional - e que podia ser visto a cada dia em filhos de brancos com negros, negros com índios, mulatos com brancos, brancos com índios.

Materializada em enunciados como esses, está a sustentação de um discurso sobre o Brasil que circula há tempos e que define a democracia racial como algo real e natural no país e que, por sua vez, silencia todas as diferenças e problemáticas que envolvem as relações de miscigenação no país.

Os enunciados que definem a mestiçagem como uma prática constitutiva do povo brasileiro produzem efeitos de sentido que promovem a identificação com o povo ganense e contribuem para a formação de um imaginário sobre o Brasil que favorece a vinda desses estrangeiros ao país.

Assegura-se uma recepção pacífica do estrangeiro, marcada por pouca resistência, garantindo a inserção e a aceitação, por parte dos brasileiros, daqueles que aqui adentram.

E uma identidade tão forte que não houve divisão no território, disputas políticas internas de maior monta. Pelo contrário, a Nação foi construída com base em arranjos que muitas vezes pareciam disparatados aos olhos europeus – e mesmo a muitos brasileiros – mas que funcionam até hoje de maneira um tanto inusual (Embaixada do Brasil em Acra).

A resistência à miscigenação é qualificada como um movimento oriundo de “parte da elite” brasileira e da “maior parte dos grupos imigrantes” que tendiam ao “fechamento”. A elite brasileira e grupos de imigrantes são identificados como resistentes ao processo tido como natural pelo povo brasileiro. Há uma quantificação da resistência atribuída, majoritariamente, aos grupos de imigrantes não acostumados à mistura. A crítica à elite brasileira, qualificada também como resistente à miscigenação, coloca em cena o embate entre esta e o então presidente Lula.

Em diversos momentos do mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, governo e elite foram postos em posições antagônicas e, muito frequentemente, a partir de uma relação de sentidos nas paixões, especificamente no “ódio”, como podemos observar nos dizeres abaixo:

“Lula critica "elite brasileira" e comemora lista da "Time"”. (Portal G1, 01/05/10)⁶⁴

“Elite transfere para Dilma ódio acumulado contra mim”. (Portal Terra, 14/10/10)⁶⁵

“Ao elogiar Marta, Lula volta a atacar 'elite'”. (Jornal Estadão.com.br, 22/05/12)⁶⁶

Esse embate existente entre o governo e a elite brasileira é retomado e materializado no texto de apresentação do Brasil na embaixada e produz sentidos no âmbito da miscigenação.

⁶⁴ Portal G1 Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2010/05/lula-critica-elite-brasileira-e-comemora-lista-da-time.html>. Acesso em: 14 set. 2012.

⁶⁵ Portal Terra. Notícias. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/eleicoes/2010/noticias/0,,OI4735945-EI15315,00-Elite+transfere+para+Dilma+odio+acumulado+contra+mim+diz+Lula.html>. Acesso em: 12 set. 2012.

⁶⁶ Jornal Estadão.Com.Br. Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,ao-elogiar-marta--lula-volta-a--atacar-elite-.876012.0.htm>. Acesso em 12 set. 2012.

A discursividade do movimento governista averso à elite do país e com a qual há pouca ou nenhuma identificação é posta em circulação. O governo e a grande parte do povo brasileiro são postos de um mesmo lado e partilham uma mesma opinião perante o processo de miscigenação em contraposição à elite qualificada como a opositora do governo e contrária a tal processo.

Marcado e delimitado o ponto de resistência à miscigenação na figura da elite, o discurso sobre a aceitação da mistura de etnias sem qualquer preconceito pela grande parte da população brasileira continua produzindo sentidos.

O Brasil é uma das últimas províncias da terra onde ninguém é estrangeiro, onde é possível mudar um destino sem perder a identidade (embaixada do Brasil em Gana).

O discurso do acolhimento do estrangeiro nas terras brasileiras se ancora, primeiramente, na tentativa de apagamento da concepção de ‘estrangeiro’. Embora seja necessário o reconhecimento de pessoas nessa condição, há um apagamento do sentido ‘estrangeiro’ que é substituído pelo de ‘identidade’ que, por sua vez, não demanda uma divisão entre o estrangeiro e o não-estrangeiro já que o critério deixa de ser a nacionalidade, para ser a identificação, seja ela cultural, política ou religiosa.

Há a negação da existência de ‘estrangeiros’ em contraposição à afirmação da existência da diversidade de identidades sendo que todos são sujeitos da terra, embora mantenham suas identidades. Há, no entanto, o reconhecimento das diferenças que são qualificadas num discurso da diversidade e que, portanto, são passíveis de mistura, de convívio harmônico e desprovidas de preconceito.

Segundo a análise de Voss (2011), a marca do governo de Lula visava abranger os sentidos de inclusão e união, na afirmação de um discurso que previa a harmonia dentro da diversidade. Esse sentido da ‘unidade na diferença’ aparece, segundo o autor, no *Manual de Uso da Marca do Governo Federal* disponível na página eletrônica da presidência destinada à apresentação das regras de uso da marca oficial do Governo. Segundo o texto explicativo sobre a marca:

De um lado, sincretismo, diversidade, variedade. De outro, união, afinidade, integração. Num primeiro momento, diversidade e integração podem parecer atributos conflitantes, mas nada espelha mais a marca do povo brasileiro do que essa rica combinação. Um povo que são vários povos, uma cultura que são muitas culturas, um país que são países sem conta. Tudo isso convivendo numa atmosfera de harmonia. Essa é a marca do Brasil: a unidade na diferença. E foi essa marca que se buscou registrar visualmente na marca oficial do Governo Federal⁶⁷ (Governo Federal).

Ao afirmar a diversidade cultural brasileira, para Voss (2011), o governo atribui a ela uma identidade de união e a imagem de um Brasil multifacetado, no qual diversidade e integração não se opõem, mas se completam. O país é, portanto, construído como aquele que não nega as diferenças culturais, mas que as inclui de modo a ser um espaço marcado pela união das etnias e das diversas culturas.

O autor reconhece que o slogan não instaura nenhum ponto de originalidade na relação entre ‘Brasil’ e os sentidos sobre a miscigenação, mas advém desse discurso e possibilita discursos futuros como acreditamos ser o caso dos enunciados formulados no texto da embaixada em Gana.

Esses sentidos de união, integração, conhecimento e aceitação das diferenças podem ser vistos, conforme o autor, “nas sete cores utilizadas na composição da marca do Governo Federal que demonstram esse caráter de aglomeração cultural ou de multiplicidade étnica que a marca tenta expressar” (Ibid., p.82). Para o autor, a unificação proposta só seria possível diante de brasileiros dotados de determinados sentimentos: fraternidade, solidariedade, respeito etc. Desta maneira, o brasileiro é alçado à figura de quem possui essas virtudes e que, por isso, sabe acolher e respeitar as diferenças, assim como é feito com o texto da embaixada. Em ambos os casos, a amabilidade e a aceitação do outro são os pontos-chaves do sucesso e da união dos brasileiros.

⁶⁷ GOVERNO FEDERAL. Manual de Identidade Visual. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ManualGov03.pdf>. Acesso em: 20 julho 2012.

A miscigenação característica do Brasil, tal qual representada no texto da embaixada, é construída como uma capacidade dos brasileiros de formar ‘arranjos’, de se ‘fundir’ e de ‘absorver’ os sujeitos de diversas identidades numa fusão cujos limites e delineamentos se perdem e se transformam em algo novo que é também o brasileiro.

Reforçar a imagem do Brasil como um país formado pela miscigenação, que aceita os estrangeiros e respeita as diferenças se faz necessário diante de um interlocutor cujo país é diverso, pois sua população é composta por quatro principais grupos étnicos marcados por subdivisões e diferenças entre si⁶⁸.

O Brasil, no entanto, não é somente um país marcado pela democracia racial, mas é também qualificado como um país que se orgulha de ser politicamente democrático. Em termos de democracia política, esta é concebida, no texto da embaixada, como um “desejo” e uma “crença na necessidade de se distribuir o poder” que apontam para uma pré-disposição natural a um comportamento democrático.

O desejo de democracia no Brasil se traduz, desde o século passado, numa arraigada crença na necessidade de se distribuir o poder a partir de mecanismos de representação política. Desde 1823 há eleições nacionais no Brasil, e desde então com uma abertura para o registro de eleitores incomum mesmo para os padrões das democracias europeias (Embaixada do Brasil em Acra).

A existência efetiva da democracia política é sustentada e comprovada através da constituição e do funcionamento regular do Congresso nacional. De acordo com o texto, somente esses dois fatos já garantem um funcionamento democrático do país, não sendo relevante o modo como esse Congresso funciona.

⁶⁸ A população ganense é formada por cinco principais grupos étnicos: Akan, Ewe, Mole-Dagbane, Guan, and Ga-Adangbe. Disponível em: <http://www.ghanaweb.com/GhanaHomePage/tribes>. Acesso em: 12 set. 2012.

O Congresso Nacional, diga-se o que disser dele, funciona com a regularidade de um relógio há 175 anos. Somente em três ocasiões, em toda a história do País, deputados eleitos não completaram seus mandatos. A força do Congresso é tamanha que nem mesmo a ditadura militar dos anos 60 pôde prescindir dele. Até os ditadores sabem que o Brasil é ingovernável sem representantes eleitos (Embaixada do Brasil em Acra).

O enunciado “O congresso Nacional, diga-se o que disser dele, funciona com a regularidade de um relógio...” é utilizado para sustentar a existência da democracia no país que depende, apenas, da regularidade do funcionamento dessa instituição.

A oração “diga-se o que disser dele” aponta para a existência de outros discursos que desqualificam o Congresso. Com a utilização das vírgulas, os sentidos são divididos e as posições discursivas sobre a instituição são separadas no texto. A incisa “diga-se o que disser dele” é uma marca da heterogeneidade discursiva que aponta para a distância existente entre os posicionamentos discursivos nos quais o responsável pelo dizer – o governo – e aqueles contrários ao governo se inserem. Ela abre a possibilidade da inscrição do outro rompendo a univocidade da cadeira discursiva e incorporando e transformando o pressuposto da dúvida sobre o funcionamento legal e politicamente correto dessa instituição em um fato posto.

O caráter democrático do país, seja racial ou político, é o que também possibilita a incorporação de empresas estrangeiras no país. A “fusão” e a “absorção” que ocorre com as diversas “identidades”, ocorre também com as empresas.

E assim como absorve pessoas de fora sem perder sua identidade, o Brasil absorve empresas. A primeira empresa de capital estrangeiro do País instalou-se em 1825, e funciona até hoje (Embaixada do Brasil em Acra).

A democracia, entendida como a absorção do diferente e do que é ‘de fora’, é transportada da área das relações étnicas, para a área política e, por fim, para a área dos

negócios. Ela deixa de funcionar apenas no mundo das relações pessoais para atuar, também, nas relações corporativas. A abertura do país se dá para os sujeitos, bem como para as suas empresas de modo a respeitar seus limites identitários e legais.

Ao afirmar que “nunca uma empresa de propriedade de estrangeiros teve qualquer alteração em seu regime de propriedade fora dos estritos termos da lei”, o governo, através da utilização do advérbio de negação ‘nunca’, se isenta de ter cometido esse tipo de ação. Essa negação, no entanto, coloca em cena outros governos que já alteraram o “regime de propriedade” de empresas estrangeiras e dos quais o governo brasileiro precisa se diferenciar.

O enunciado acima estabelece um ponto de contato entre o discurso brasileiro sobre sua relação com as empresas estrangeiras e outros discursos nos quais governos de outros países assumem o lugar de sujeitos responsáveis por ‘ameaçar’ e ‘nacionalizar’ empresas estrangeiras em seus territórios.

“Chávez [presidente da Venezuela] ameaça nacionalizar empresas colombianas” (Jornal Estadão.Com.Br, 06/08/08)⁶⁹

“Equador ameaça nacionalizar petroleiras” (Jornal Folha de São Paulo - 28/07/10)⁷⁰

“Bolívia vai nacionalizar mineradora [canadense] sob pressão indígena” (Jornal Folha de São Paulo, 11/07/12)⁷¹

“Governo da Bolívia nacionaliza energia e faz acordo com Repsol” (Jornal Folha de São Paulo, 01/05/12)⁷²

⁶⁹ Jornal Estadão.Com.Br. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,chavez-ameaca-nacionalizar-empresas-colombianas,135726,0.htm>. Acesso em 26 julho 2012.

⁷⁰ Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2807201021.htm>. Acesso em: 26 julho 2012.

⁷¹ Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1118373-bolivia-vai-nacionalizar-mineradora-sob-pressao-indigena.shtml>. Acesso em: 26 julho 2012.

⁷² Jornal Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/1084184-governo-da-bolivia-nacionaliza-energia-e-faz-acordo-com-repsol.shtml>. Acesso em: 26 julho 2012.

Afirmar a estabilidade e a confiabilidade do governo brasileiro implica em reconhecer as ameaças de outros governos e colocar em cena a disputa, entre os países na América do Sul, pela instalação de empresas estrangeiras e capital estrangeiro em solo nacional.

O argumento sobre o respeito do governo brasileiro diante de empresas estrangeiras é parte do discurso governista que circula em outros espaços na tentativa de promover a imagem do país como um lugar seguro para se confiar a instalação e o funcionamento de empresas estrangeiras.

Em artigo publicado no site do Ministério da Fazenda do Brasil, pela jornalista econômica Chrystiane Silva (2012), se afirma que “o Brasil pode se favorecer porque investidores preferem países com regras claras, estabilidade econômica e que honram contratos”. O país é considerado “um local seguro para investimentos por respeitar os contratos, manter a estabilidade econômica há quase 20 anos, ter inflação baixa e regras claras para participação estrangeira em diversos setores da economia, o chamado marco regulatório”.

Esse fortalecimento da imagem do país se contrapõe às imagens e ações de países como Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia que ‘ameaçaram’ ou ‘nacionalizaram’ empresas estrangeiras. Deste modo, o Estado brasileiro reforça, ancorado num discurso democrático, os aspectos que garantem bons negócios entre governo e empresas estrangeiras: a confiabilidade e a independência.

Essa capacidade de absorver o estrangeiro, enquanto pessoa física ou jurídica, permite, no texto da embaixada, que o Brasil seja adjetivado como o “país do futuro”, como pode ser visto no trecho abaixo:

Essas são apenas algumas das consequências da estruturação fundamentalmente democrática do País. O Brasil é uma das últimas províncias da terra onde ninguém é estrangeiro, onde é possível mudar um destino sem perder a identidade. E é essa, justamente, a característica que faz com que muitos o chamem de “país do futuro”: desde a Colônia (1500-1822), passando pelo Império (1822-1889) e durante a República (1889 até hoje), a globalização é parte da natureza de cada brasileiro. Talvez agora o Brasil possa ser visto como semente de uma realidade cultural onde o orgulho de grupo não está acima da possibilidade de aceitar o novo (Embaixada do Brasil em Acra).

O discurso acerca do Brasil enquanto o “país do futuro” tem sua base no título da obra “Brasil, País do futuro”, de Stefan Zweig⁷³, que chegou, em 1940, à cidade de Petrópolis fugindo do nazismo e lançou, em 1941, o livro que se tornou rapidamente um clássico. O livro é um retrato do país sob a ótica de um estrangeiro que passou seus últimos anos de vida no Rio de Janeiro.

Segundo o jornalista Patrick Cruz, em seu artigo intitulado “Brasil completa 70 anos de país do futuro”, publicado em janeiro de 2011, o escritor austríaco explicitou a sua crença no poderio do Brasil demonstrando um ufanismo tão exacerbado que chegou a ser acusado de simpatizar com a ditadura de Getúlio Vargas.

Em “Brasil, um país do futuro”, o autor descreve suas impressões sobre as pessoas do país, discorre sobre a grandiosidade do território, bem como faz contextualizações históricas sobre o descobrimento e a colonização do Brasil. Zweig, no entanto, critica o estado da saúde pública brasileira e a coloca como a maior fragilidade do país.

Embora critique o país, a exaltação às inúmeras possibilidades do Brasil se desenvolver econômica e socialmente se sobressaem às suas fragilidades. Para o autor, no entanto, o que fazia, de fato, com que o Brasil pudesse ser considerado um país do futuro era a sua habilidade de se desenvolver sem a realização de guerras.

⁷³ **Brasil, país do futuro.** Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil,_Pa%C3%ADs_do_Futuro. Acesso em: 26 julho 2012.

Tendo sido cunhada a expressão “país do futuro”, seus sentidos foram adquirindo, ao longo dos tempos, contornos econômicos, principalmente, após a crise que atingiu a economia norte-americana em 2009. Desta maneira, principalmente devido ao modo como enfrentou a crise, o Brasil se fortaleceu, discursivamente, enquanto país do futuro numa perspectiva pautada pelo potencial econômico e de desenvolvimento.

Este discurso, no entanto, no ano de 2012 passou a ser questionado devido à possível fragilidade de seu desenvolvimento e dos problemas sociais ainda tão presentes e marcantes. Dizeres como os apresentados abaixo passaram a circular a partir de 2012 com frequência considerável.

“Brazil, Country of the Future No More?” (Project Syndicate, 28/02/12)⁷⁴

“Brazil: No longer 'country of the future'” (BBC Brasil, 06/03/12)⁷⁵

“Brasil, o país do futuro?” (Jornal do Brasil, 30/05/12)⁷⁶

Esse embate entre ‘ser o país do futuro’, ‘ser o país do futuro que chegou’ ou ainda ‘não ser mais o país do futuro’ não se presentifica no texto que estamos analisando. Neste, o Brasil é, de fato, ‘o país do futuro’ que, por sua vez, não é o símbolo direto da prosperidade econômica, mas sim da unidade étnica e de empresas brasileiras e estrangeiras.

Há um deslizamento de sentidos da expressão “o país do futuro” numa referência ao poderio econômico para um futuro que representa a capacidade de absorção e de fusão com o outro, seja ele um sujeito ou uma empresa.

⁷⁴ Project Syndicate. Disponível em: <http://www.project-syndicate.org/commentary/brazil--country-of-the-future-no-more->. Acesso em: 27 julho 2012.

⁷⁵ BCC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/business-17270649> . Acesso em: 26 julho 2012.

⁷⁶ Jornal do Brasil. Disponível em: <http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2012/05/30/brasil-o-pais-do-futuro>. Acesso em: 26 de julho 2012.

A globalização é significada como “respeito às identidades”, “capacidade de aceitação e absorção” do outro, do novo e de todos em consonância com o logo do governo federal “Brasil, um país de todos”. Para Orlandi (2012, p.130), o que o governo federal faz com este enunciado é tentar fazer esquecer as diferenças sociais, “o processo de segregação, ao mesmo tempo em que se “abre” o país a “todos” (globalização?)”. Instaura-se um jogo entre a tentativa de esquecimento da desigualdade e da separação e a lembrança de uma abertura para todos.

É essa fusão de identidades entre estrangeiros e não-estrangeiros que define no texto o que é a globalização. Esta, assim como a miscigenação, é vista como “parte da natureza de cada brasileiro”. O sentido econômico costumeiramente atribuído à palavra é deslocado e a globalização não é entendida como a fusão de empresas, mas como a fusão de identidades que ocorre desde a época da Colônia.

Essa utilização do termo globalização gera um deslocamento dos sentidos comumente atribuídos ao conceito e um problema de anacronismo já que o mesmo data do final do século XX e início do século XXI quando começou a ser utilizado para nomear a busca, principalmente por países desenvolvidos, por novos mercados consumidores.

A globalização, apresentada no texto disponibilizado no site da embaixada brasileira e cujos sentidos são deslocados da esfera econômica para a esfera identitária, pode ser analisada como uma paráfrase de ‘miscigenação’. Ela aponta, ao mesmo tempo, para o passado ao remeter aos encontros iniciais dos escravos, índios e imigrantes, mas também aponta para o futuro, ao definir a possibilidade e a capacidade que o Brasil tem de aceitar o novo.

Neste cenário, retomamos a questão apresentada no início deste capítulo acerca do que é o novo? Para qual ‘novo’ o Brasil está aberto?

O enunciado “um país aberto para o novo” está inserido, a nosso ver, em uma rede de sentidos e filiado a uma memória na qual se instaura o conhecido e já comentado slogan do governo federal do ex-presidente Lula “Brasil, um país de todos”.

(1) Brasil: um país aberto para o novo
(título da subseção do site da embaixada do Brasil em Acra).

(2) Brasil: um país de todos.
(slogan do governo federal (2003-2010)).

O enunciado (1), a nosso ver, é parte do que Orlandi (2012, p.123) chama de uma “constelação de enunciados” que também foram produzidos pelo ou no governo Lula e que são o entorno do enunciado (2).

Embora no enunciado (1) o nome ‘Brasil’ apareça no início da seção, ele é parte integrante do título de subseção. Em ambos os casos, ‘Brasil’ é isolado através da utilização dos dois pontos e seguido por estruturas complementares que visam preencher os sentidos do nome isolado anteriormente: ‘para o novo’ e ‘de todos’.

Nos dois enunciados, o Brasil é definido como um país e, conseqüentemente, as noções de Estado, povo e nação são silenciadas. Segundo Orlandi (Ibid., p.126), “silencia-se como é do gosto da ideologia da mundialização o fato de que somos um Estado, uma Nação com suas especificidades, com seu povo, suas diferenças, como é próprio do capitalismo”.

Orlandi (2012, p.124) afirma que o enunciado (2) é uma construção apositiva que “significa por um efeito de sustentação que “ser um país de todos” é necessariamente parte do sentido de Brasil” e, portanto, “nega-se o pré-construído de que o Brasil *não* é um Brasil de todos”.

O efeito de sustentação, segundo Pêcheux (1975, p.101), “realiza a *articulação* entre as proposições constituintes” e há “a evocação lateral daquilo que se sabe a partir de outro lugar e que serve para pensar o objeto da proposição de base”. Já o efeito do pré-

construído “dá seu objeto ao pensamento sob a modalidade da exterioridade e da pré-existência” como um “sempre-já-aí” cuja realidade e seu sentido se apresentam sob a forma da universalidade.

Sobre o(s) sentido(s) de ‘todos’ do enunciado (2), Orlandi (2012, p.124) afirma que poderíamos fazer conjecturas e descrições somente se estivéssemos diante de uma asserção feita com o verbo ‘ser’. Diante de uma apositiva, no entanto, há um efeito de acabamento que impede a realização de suposições sobre os sentidos abrigados pelo pronome indefinido ‘todos’. O que há, de fato, é a negação de um pré-construído que é insinuado, mas não afirmado. Diante da insinuação em detrimento da afirmação, ‘todos’ se torna ambíguo e suscita as seguintes questões: “somos todos nós brasileiro, que estamos aí evocados, ou todos em aberto?” (p.126).

No enunciado (1) – “Brasil, um país aberto para o novo” – temos uma apositiva que reafirma um pré-construído que é também ressignificado pelo governo. ‘Ser um país aberto’ indica a retomada de um sentido que é significado como parte do que é o Brasil apontando para um retorno a dizeres e imagens exteriores a esse enunciado que o qualificam como um país aberto. O sentido de ‘aberto’ é, no entanto, delimitado no enunciado em questão e seu complemento passa a ser: ‘para o novo’. ‘Abertura’ e ‘novo’ funcionam numa junção de retomada de um pré-construído e de sua redefinição, deixando de ser somente ‘aberto’ para ser ‘aberto para o novo’.

Na medida em que ‘todos’ pode incluir ‘o novo’, podemos afirmar a possibilidade de estarmos diante de um chamado a Gana e sua população numa referência possível ao país de apenas 57 anos com o qual o Brasil tem um imenso interesse em expandir suas relações políticas e comerciais.

Esse chamado para o novo e, portanto, para Gana e seu povo é a consequência de um processo de intensificação da política brasileira voltada à África que, segundo Lechini (2008, p.55),

se baseia, sem dúvida, nos laços culturais e históricos mas também no crescente intercâmbio comercial e nas coincidências nos foros internacionais. O objetivo é contribuir para a diversificação das relações exteriores do Brasil como parte de uma estratégia que procura potencializar seu protagonismo internacional.

Para a autora, o movimento de aproximação dos países Sul-Sul já foi marcado pela política brasileira ancorada no desarmamento, no desenvolvimento econômico e na descolonização e pela utilização do que ela denomina “*discurso culturalista*, centrado na familiaridade e na história comum a ambos os lados do Atlântico, como forma de seduzir os africanos” (Ibid, p.58).

A necessidade de satisfazer os anseios africanos, seja de democratização racial, política ou crescimento econômico, foi expressa oficialmente pelo governo brasileiro através da declaração do então ministro das relações exteriores, Celso Amorim (2003 apud Vargem, 2008, p.6), que afirmou:

Como declarou o presidente Lula, o estreitamento das relações com a África constitui para o Brasil uma obrigação política, moral, e histórica. Com 76 milhões de afrodescendentes, somos a segunda maior nação negra do mundo, atrás da Nigéria, e o governo esta empenhado em refletir essa circunstância em sua atuação externa.

Desta maneira, as relações estabelecidas entre Brasil e Gana não se pautam no fato do governo brasileiro se apresentar como uma potência econômica, a exemplo do que ocorre com o texto de apresentação do país na embaixada do Brasil na Argentina, mas sim, como uma potência democrática, tanto étnica quanto política. Falar a Gana é falar a um país de população majoritariamente negra, cuja história é marcada de preconceitos e por uma vida política instável e recentemente democrática. Por isso, elevar a democracia e garantir a sua existência em terras brasileiras promove a identificação com a população ganense e abre caminhos para uma integração Brasil-Gana que se pretende cada vez mais intensa.

8 APONTAMENTOS SOBRE OS TEXTOS DA CPLP E DAS EMBAIXADAS DO BRASIL NO EXTERIOR

Analisando os textos disponibilizados nas três instâncias selecionadas neste trabalho, notamos um funcionamento, predominantemente, descritivo marcado por um mecanismo de determinação no discurso sobre o Brasil que produz um efeito de homogeneidade e transparência sobre o mesmo (Orlandi, 1994b).

Os textos descrevem o país como uma realidade observável já que, como coloca a autora,

o efeito produzido pela descrição é o da realidade do pensamento, da objetividade da linguagem, da construção imaginária da realidade, da relação positiva entre as palavras e as coisas. A descrição faz, portanto, parte disto a que chamamos impressão da literalidade, produzida pela estabilização do efeito referencial que resulta na ilusão da relação termo-a-termo entre linguagem-pensamento-mundo (Orlandi, 1994b, p.55).

Essa descrição produz um efeito de determinação sobre o qual “se assenta o efeito de evidência produzido pela ideologia e a conseqüente impressão da literalidade, o sentimento da unicidade do sentido permanente” (Ibid., p.50).

O efeito de objetividade produzido pela escrita se dá no nível da precisão, ou seja, o país é descrito a partir da disponibilização de informações de caráter enciclopédico, dados numéricos e acontecimentos datados que reforçam o efeito de transparência do texto, como podemos ver nos exemplos abaixo:

CPLP	<p>a) “Nos anos 1930, o cultivo do café representava 80% da sua receita por exportações...”</p> <p>b) “...o Brasil é o primeiro produtor sul-americano de caucho...”</p> <p>c) “Cerca de 60% da superfície do país é florestal...”</p> <p>d) “O país é o primeiro produtor mundial de carne”.</p> <p>e) “...possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em...”</p> <p>f) “...mais de 90% da energia consumida no país é proveniente de hidroelétricas...”</p> <p>g) “transportes e serviços financeiros são as atividades de maior destaque, favorecidos por 42,3 mil km de rios navegáveis, pela rede de estrada com uma extensão de quase 1,5 milhões de km – dos quais 75 mil estão asfaltados -, e por 31 mil km de ferrovias.”</p> <p>h) “a partir da crise energética dos anos de 1970, o Brasil experimentou um crescente déficit...”</p>
-------------	---

Embaixada do Brasil na Argentina	<p>a) “la extensión teritorial de Brazil alcanza los 8,5 millones de quilómetros cuadrados, ocupando casi la mitad (47%) del área de Lationomérica.”</p> <p>b) “La organización político-administrativa comprende três poderes: Judicial, Ejecutivo, y el principio de la autonomia entre la Unión, Distrito Federal, 26 Estados y 5.563 Municipios (IBGE/2003).”</p> <p>c) “Se ubica em el quinto lugar entre los países más populosos del mundo, son 50 milones de familias equivalente a cerca de 180 millones de brasilênos (2004), la mayoría (81%) viven em áreas urbanas.”</p> <p>d) “El país responde por três quintos de la producción industrial de la economía sudamericana y participa de diversos bloques económicos, como el Mercosur, G-22 y el Grupo de Cairns.”</p> <p>e) “...las inversiones directas fueron del orden de US\$20 mil millones por año em la década pasada.”</p>
---	---

	f) “Brasil comercia regularmente com más cien países, siendo que 74% de los bienes exportados son manufacturas o semimanufacturas. Los mayores sócios son: Unión Europea (com 26% del saldo), EE.UU. (24%), Mercosur y Latinoamérica (21%0 y Asia (12%)”.
--	---

Embaixada do Brasil em Gana	<p>a) “Sobre a base miscigenada inicial foi montada uma sociedade escravista”.</p> <p>b) “Desde 1823 há eleições nacionais no Brasil...”</p> <p>c) “O Congresso, diga-se o que disser dele, funciona com a regularidade de um relógio há 175 anos”.</p> <p>d) “A força do congresso é tamanha que nem mesmo durante a ditadura militar dos anos 60 pôde prescindir dele”.</p> <p>e) “A primeira empresa de capital estrangeiro do País instalou-se em 1825, e funciona até hoje”.</p>
------------------------------------	---

Com a ostensiva utilização de números sobre o país, a escrita dos textos produz um efeito de verdade baseado no pré-construído da objetividade que dispensa a menção das fontes de tais dados, com a exceção de uma única referência feita ao IBGE no texto da Embaixada do Brasil na Argentina, numa indicação do número de estados e municípios do país.

Em todos os demais casos, observamos uma ausência de informações relacionadas às fontes de onde os dados foram retirados, bem como das datas de elaboração e por quem foram escritos. Desta maneira, como afirma Romão (2004), esses dizeres passam a remeter a um “presente eterno” e, a nosso ver, produzem um efeito de verdade que se pretende neutro e imparcial uma vez que têm a autoria atribuída ao Estado supostamente livre da interferência de um sujeito empírico que poderia ser falho na sua representação do que é o Brasil

Considerando as relações de força que envolvem a produção dos dizeres, estes são proferidos a partir de um lugar legitimado pelo Estado brasileiro e sustentados pelo seu poder perante dizeres produzidos a partir de outros lugares.

O objeto do discurso “Brasil” é construído em três diferentes momentos, de diferentes maneiras, refletindo as diferentes relações e interesses de governos e de seus interlocutores. A construção do objeto do discurso é pautada pelos propósitos das instâncias produtoras do dizer e de suas relações com os interlocutores aos quais se dirigem.

No caso da CPLP, o discurso sobre o Brasil é de autoria do governo português e os efeitos de sentido produzidos apontam para um movimento de depreciação do Brasil em um texto que se propõe a apresentar o mesmo ao mundo. Esse movimento de desvalorização que marca o funcionamento discursivo do texto não é encontrado nos textos disponibilizados nos *sites* das embaixadas do Brasil na Argentina e em Gana. Nestes espaços, os textos são a materialização das políticas de governos vigentes que produzem discursos distintos com o objetivo de promover a identificação dos interlocutores com o Brasil que se apresenta.

Ao analisarmos os três espaços que se propõem a apresentar o Brasil, identificamos um jogo entre dois movimentos que podem ser definidos como a ‘estigmatização’ e a ‘exotização’ do país, tais como os definem Frigerio (2002, p.16) ao discorrer sobre o modo como os brasileiros são identificados e avaliados pelos argentinos. Para o autor, o processo de estigmatização representa a atribuição de “uma característica que torna uma pessoa diferente das demais e menos desejável” (Goffman, 1986 apud Frigerio, 2002), enquanto a exotização implica na “atribuição de diferenças, avaliadas positivamente ao ponto de tornarem-se atrativas”.

Se passarmos do nível da pessoa para o nível do país, afirmamos que o país também é significado ora de maneira estigmatizada, ora de maneira exotizada. No espaço da CPLP, o funcionamento discursivo do texto estigmatiza o Brasil apontando aspectos depreciativos, a falta de infraestrutura, os problemas econômicos do país, bem como enfatizando a atuação do Brasil em setores considerados não-desenvolvidos e qualificando-

o como o país colonizado que é apresentado a partir do ponto de vista de seu colonizador e, portanto, estigmatizado.

Já nos espaços das embaixadas brasileiras em Buenos Aires e Acra, observamos, entre outros, um processo de exotização do país no qual são destacadas as peculiaridades que tornam o Brasil um país atraente aos olhos dos estrangeiros e que favorecem os interesses entre os interlocutores. O país é qualificado pelos diferenciais positivos que propiciam as relações de identificação entre os países.

Na embaixada do Brasil em Buenos Aires, são atributos do país a grandiosidade e o poderio, principalmente, de seus indicadores que visam dar sustentação à posição de líder regional na qual o Brasil se insere, embora sem a identificação e o reconhecimento tácito, por parte dos argentinos, desta posição hegemônica.

Na embaixada do Brasil em Acra, por sua vez, o interlocutor é um país formado por negros que trazem consigo a história da escravidão e da dominação cultural e política. Por conseguinte, um país marcado pela necessidade de liberdade e aceitação que podem, por sua vez, ser encontradas em terras brasileiras.

Em cada espaço analisado, encontramos textos de apresentação de diferentes 'Brais' cujas imagens se constroem a partir de enunciados que promovem um efeito de verdade sobre o que é o país. Os efeitos de sentido produzidos em cada um dos casos analisados são a materialização de políticas de governo (português e brasileiro, no caso da CPLP e das embaixadas, respectivamente) adequadas aos seus interlocutores com vistas a promover os interesses econômicos e políticos em voga.

São produzidos efeitos de sentido e de verdade que delineiam representações sobre o Brasil a fim de promover a identificação entre o lugar construído discursivamente e os sujeitos leitores definindo suas relações.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise do novo momento de gramatização da língua portuguesa iniciado com a assinatura do Tratado de Assunção, identificamos mudanças na política linguística realizada pelo governo brasileiro em conjunto com os demais países do Cone Sul. A formação do Mercosul culminou em ações no âmbito econômico que afetaram as políticas educacionais dos países envolvidos. A promoção e a difusão da língua portuguesa entre os países membros passaram a ser vistas como demandas essenciais à integração e ao fortalecimento do bloco econômico. Desenvolver políticas públicas transnacionais para o ensino da língua portuguesa passou a ser primordial para a efetivação da integração econômica almejada.

Para além do âmbito do Mercosul, o momento atual é também marcado por uma maior projeção do Brasil no cenário político e econômico internacional que culminou na ampliação das ações de promoção do país e de sua língua no exterior. Nesse cenário, o país passou a integrar novos blocos, como a CPLP, e a intensificar a sua política internacional com determinados países, principalmente, africanos.

Diante deste cenário, nosso objetivo foi identificar os discursos sobre o Brasil circulantes no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e nas embaixadas do país situadas em Buenos Aires (Argentina) e em Acra (Gana) que têm em comum a finalidade de promover o país e por serem países com os quais o Brasil mantém relações políticas e econômicas, além de intercâmbios educacionais.

Considerando as condições de produção em que os textos analisados se inserem, delineamos os funcionamentos discursivos que produzem efeitos de sentido sobre o Brasil determinando modos peculiares de representação do país perante os estrangeiros.

Trabalhamos com as fotografias e os textos enquanto materialidades significantes constituintes de um processo discursivo mais amplo, produzido a partir de determinadas condições de produção e, portanto, determinados histórica e ideologicamente. Por serem enunciados e fotografias disponibilizados em um suporte digital específico – as páginas

eletrônicas – os sentidos produzidos são afetados pela especificidade da materialidade do suporte. Os *sites* são marcados pela instabilidade, fluidez e mobilidade que não guardam ou, pelo menos, não disponibilizam ao sujeito leitor a história do que já circulou naquele espaço em momentos anteriores. Embora tecnicamente tenham a possibilidade de armazenar um arquivo das materialidades utilizadas, as páginas eletrônicas se apresentam e funcionam como um espaço do presente, sem memória e sem história, cuja cada nova ação apaga, para o leitor, o que podia ser anteriormente acessado.

Com base no direito de dizer institucionalmente conferido às instâncias nas quais os textos e as fotografias são disponibilizados, a autoria de tais materialidades é conferida ao Estado brasileiro que assume a responsabilidade sobre o dizer diante da ausência de um sujeito empírico que assim o faça. Ao analisarmos as formulações e os efeitos de sentido produzidos no momento histórico em questão, identificamos, no entanto, marcas de autoria que atribuímos ao governo português e ao governo brasileiro, respectivamente na CPLP e nas embaixadas. Os governos de Portugal e do Brasil selecionam, organizam e colocam em circulação enunciados que só poderiam ser produzidos a partir das formações discursivas nas quais se inserem e que viabilizam a produção de determinados enunciados em detrimento de muitos outros, silenciados.

A análise do recorte de enunciados sobre o Brasil feita no espaço da CPLP demonstra que o país é qualificado como pouco desenvolvido e estagnado. Tais dizeres significam em um momento histórico no qual Brasil e Portugal pleiteiam a hegemonia na área lusófona e no qual a desqualificação do outro se torna um instrumento de luta pelo poder. Portugal assume a posição de líder da CPLP e, pelo direito de dizer institucionalizado pela Comunidade, se ancora na certeza de que tais sentidos se apresentam como verdadeiros aos sujeitos-leitores pelo poder conferido à Comunidade a partir da qual enuncia. O sujeito-leitor estrangeiro, partindo dos efeitos de verdade produzidos pelos enunciados disponibilizados e confiando na autoridade atribuída à Comunidade enquanto autora do texto, pouco provavelmente questionará os dizeres ali apresentados. A história sobre o Brasil contada no espaço da CPLP continua sendo a

história do colonizador com a particularidade de que são acrescidos acontecimentos do mundo contemporâneo.

No que se refere às embaixadas, o modo como o Brasil é apresentado está intrinsecamente ligado aos interesses que o governo brasileiro possui com os países-sede das embaixadas. Tratar, na embaixada do Brasil na Argentina, sobre o desenvolvimento e o poderio tecnológico brasileiro produz efeitos de sentido que significam a partir da disputa pelo poder no bloco do Cone Sul e reafirmam o discurso sobre a vantagem e a supremacia brasileira perante seus parceiros sul-americanos.

Sobre a embaixada de Gana, o espaço do Estado também se torna um espaço de dizer do governo brasileiro cuja meta é intensificar as relações políticas e econômicas com o país interlocutor. A partir desse objetivo, o Brasil a ser mostrado a Gana é aquele cujos atributos são ‘miscigenado’ e ‘democrático’, ‘aberto para o novo’ e ‘habitado’ a aceitar as diferenças. Atribuir ao Brasil a condição de país miscigenado, preparado para a aceitação e união de diversas etnias produz uma relação de identificação entre os que aqui estão e os ganeses com os quais o governo pretende se relacionar.

Ao analisar esses três espaços, identificamos que são espaços de representação do Estado com atuação de governos cujos enunciados produzidos sobre o Brasil refletem as ambições, os interesses e os objetivos que os governos vigentes possuem em relação ao Brasil e aos seus interlocutores. A presença do governo português se faz presente no espaço na CPLP através da grafia europeia da língua, bem como da seleção de fotografias e enunciados que refletem um discurso português sobre sua ex-colônia Brasil. No caso das embaixadas, a presença do governo brasileiro se dá através da presença da logomarca e do slogan do governo federal no espaço da página eletrônica, bem como com a produção de enunciados e a seleção de fotografias sobre o país que produzem efeitos de verdade que estão filiados a uma rede de sentidos na qual se inscreve o discurso do governo em questão.

Todas as materialidades significantes analisadas remetem a diferentes ‘Brasis’ e trazem em si um pouco da história das relações entre Brasil e Portugal, Argentina e Gana, respectivamente. A heterogeneidade que significa o Brasil de três maneiras diferentes nos três lugares analisados é decorrente das relações específicas que o Brasil mantém com os demais países. Compreendendo os efeitos de sentido produzidos pelas materialidades

significantes analisadas somados à compreensão das condições de produção em que se inserem, pudemos identificar os interesses políticos e econômicos que pautam as relações entre os países envolvidos e são ali materializados.

Embora apresentado de maneiras distintas em virtude dos diferentes interesses que marcam as relações entre Brasil e os interlocutores, o país é constantemente apresentado com base em dados numéricos e construções descritivas que produzem efeitos de verdade que, ao afetar o leitor, apagam a ideologia constituinte do texto.

Os enunciados, numa relação interdiscursiva e intertextual, também retomam inúmeros dizeres produzidos em outros espaços de modo a sustentar um funcionamento discursivo que se pretende uma descrição do que deve ser entendido como Brasil a partir das posições que os governos de Portugal e do Brasil assumem ao falar sobre esse mesmo objeto do discurso para seus diferentes interlocutores.

O Brasil é qualificado a partir de enunciados que, embora disponibilizados em um espaço de representação do Estado, são dizeres de governos que retomam enunciados anteriores, possibilitam formulações posteriores sobre o Brasil e constituem uma unidade visual e discursiva no interior dos espaços que circulam e produzem efeitos de verdade sobre o Brasil ancorado no poder conferido às instâncias produtoras do dizer.

10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACORDO ORTOGRÁFICO. Dúvidas Linguísticas. Desenvolvido pela Editora Porto. Disponível em: < <http://www.portoeditora.pt/acordo-ortografico/duvidas-frequentes#dj1>>. Acesso em: 23 mar. 2012.

ALMEIDA, P.R. **Trajectoria do Mersocul em sua primeira década (1991-2001): uma avaliação política a partir do Brasil.** Maringá (PR), n.3, Dez., 2001. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//03almeida.htm>. Acesso em: 19 dez. 2012.

ALMEIDA FILHO, J.C.P. Índices nacionais de desenvolvimento do ensino de português língua estrangeira. In: ALMEIDA FILHO, J.C.P.; CUNHA, M.J.C. (orgs.). **Projetos iniciais: em português para falantes de outras línguas.** Brasília, DF: EdUnb Editora da Universidade de Brasília; Campinas, SP: Pontes Editores, p.39-56, 2007.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado.** Notas sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro: introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 9ª. ed., Rio de Janeiro: Edições Graal, 1969.

ANJOS, A.; FARAH JUNIOR, M. Economia brasileira. **Coleção Gestão Empresarial,** Curitiba: FAE Business School, v.01, p.43-56, 2002. Disponível em: < <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/gestao/economia.pdf> >. Acesso em: 01 jun. 2012.

AUROUX, S. **A Revolução Tecnológica da Gramatização.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). Trad. Celane M. Cruz e João Wanderley Geraldi. **Cadernos de Estudos Linguísticos,** Campinas, n.19, jul/dez, p.25-42, 1990.

BANDEIRA, L. A. M. Entrevista. **Oikos: Revista de economia heterodoxa,** São Paulo, ano 6, n. 7, 2007. Disponível em:<<http://www.datavenia.inf.br/grame.artig.html>>. Acesso em: 8 junho 2012.

BERNARDINO, J.. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Julho 2012.

BRANCO, L.K.C. Sentidos em Disputa: o nome “lusofonia” e os nomes das línguas nos países da CPLP. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 5, 2011, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre, UFRS, 2011. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/LuizaKatiaAndradeCastelloBranco.pdf>>. Acesso em: 9 mar. 2012.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Nação, Estado e Estado-Nação. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2008/08.21.Na%C3%A7%C3%A3o.Estado.Estado-Na%C3%A7%C3%A3o-Mar%C3%A7o18.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2011.

CANDEAS, Alessandro Warley. Relações Brasil-Argentina: uma análise dos avanços e recuos. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 48, n. 1, Junho 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 junho 2012.

CERVO, A. Intelectuais argentinos e brasileiros: olhares cruzados. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G.L. (Orgs.). **Argentinos e Brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, p.95-114, 2002.

COTTA, E. O descompasso do Mercosul. Disputa entre Brasil e Argentina enfraquece bloco e coloca em xeque plano brasileiro de liderar a região. **ISTO É**, ed. 433, dez. 2005. *Economia*. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/8381_O+DESCOMPASSO+DO+MERCOSUL>. Acesso em: 7 junho 2012.

CRUZ, P. Brasil completa 70 anos de país do futuro. **iG São Paulo, Economia**, 28 jan. 2011. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/brasil+completa+70+anos+de+pais+do+futuro/n1237971251598.html>>. Acesso em: 26 julho 2012.

CUNHA, C. J. M. O português para falantes de outras línguas: redefinindo tipos e conceitos. In: ALMEIDA FILHO, J.C.P.; CUNHA, M.J.C. (orgs.). **Projetos iniciais: em português para falantes de outras línguas**. Brasília, DF: EdUnb Editora da Universidade de Brasília; Campinas, SP: Pontes Editores, p.13-32, 2007.

CUNHA, C.J.M.; SANTOS, P. Perspectivas contemporâneas na formação de professores de português língua estrangeira. In: **Tópicos em português língua estrangeira**. CUNHA, C.J.M.; SANTOS, P. (orgs.). Brasília: EdUnb Editora da Universidade de Brasília, p.27-40, 2002.

DALLARI, D.A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 4ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O futuro do Estado**. São Paulo: Ed. Moderna, 1980.

DINIZ, L.R.A. Políticas de línguas em livros didáticos brasileiros de ensino de português como língua estrangeira. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p.59-78, 2009.

FERNANDES, C.A. De Sujeito a Subjetividades na Análise do Discurso. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M.R. (orgs.) **Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, p.69-82, 2008.

FILOMENO, J. G. B. **Manual de Teoria Geral do Estado e Ciência Política**. 7. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FIORI, M. Viagem à África 4: trocas bilaterais entre Brasil e Gana serão impulsionadas. Agência Brasil. Abril, 2005. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2005-04-17/viagem-africa-4-trocas-bilaterais-entre-brasil-e-gana-serao-impulsionadas>>. Acesso em: 8 junho 2012.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRIGERIO, A. “A alegria é somente brasileira”: a exotização dos migrantes brasileiros em Buenos Aires. In: FRIGERIO, A.; RIBEIRO, G.L. (Orgs.). **Argentinos e Brasileiros: encontros, imagens e estereótipos**. Petrópolis: Vozes, p.15-40, 2002.

GALLI, Fernanda Correa Silveira. Discursividades sobre o “vegetarianismo” na internet: memória e atualização dos dizeres. **Revista Eutomia**: Revista Online de Literatura e Linguística, Recife, Ano 3, n.1, p.1-9, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.revistaeutomia.com.br>>. Acesso em: 29 nov. 2010.

GREGOLIN, M.R. J.J. Courtine e as metamorfoses da Análise de Discurso: novos objetos, novos olhares. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M.R. (orgs.) **Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, p.21-36, 2008.

GRIGOLETTO, M. Entremeios da Análise do discurso: os desafios de novos objetos. In: SARGENTINI, V.; GREGOLIN, M.R. (orgs.) **Análise do Discurso: Heranças, métodos e objetos**. São Carlos: Editora Claraluz, p.49-58, 2008.

GUIMARÃES, A. S. A. **Democracia racial**, versão revista, 2003. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/asag>>. Acesso em: 12 julho 2012.

GUIMARÃES, E. (2002) **Semântica do acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2ª. Edição, 2005.

KASSAB, A. Questões que não serão resolvidas no Maracanã nem em La Bombonera. **Jornal da Unicamp**, Campinas, ed. 288, 16 a 22 maio. 2005. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/maio2005/ju288pag06.html>. Acesso em: 8 junho 2012.

LAGAZZI, S. O recorte significativo na memória. Apresentação no III SEAD – Seminário de Estudos em Análise do Discurso, UFRGS, Porto Alegre, 2007. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O Discurso na contemporaneidade. Materialidades e Fronteiras**. São Carlos: Claraluz, p. 67-78, 2009.

_____. Linha de Passe: a materialidade significativa em análise. **RUA** [online]. 2010, no. 16. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <http://www.labeurb.unicamp.br/rua>. Acesso em: 05 out. 2012.

LECHINI, G. O Brasil na África ou a África no Brasil? A construção da política africana pelo Itamaraty. **Revista Nueva Sociedad**, especial em português, Buenos Aires, outubro 2008, ISSN: 0251-3552. Disponível em: <<http://www.cebri.com.br/midia/documentos/318.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2012.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. A aliança não escrita. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, vol.47, n.2, Dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Maio 2011.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. Trad.Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

MARIANI, Bethania. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes, 2004.

MARQUES, R. **As crises do Mercosul: história do bloco é marcada por crises econômicas e de relacionamento**. 2007. Disponível em: <<http://noticias.universia.com.br/destaque/noticia/2007/01/12/427298/s-criises-do-mercosul.html>>. Acesso em: 7 junho 2012.

MENDES, E. Aprender a língua, aprendendo a cultura: uma proposta para o ensino de português língua estrangeira (PLE). In: CUNHA, C.J.M.; SANTOS, P. (orgs.). **Tópicos em português língua estrangeira**. Brasília: EdUnb Editora da Universidade de Brasília, p.185-200, 2002.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). **Revista bras. polít. int.**, Brasília, vol.52, n.2, p.22-42, Dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292009000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 mar. 2011.

MOTA, Mariana Villares Pires Cerqueira da. **Brasil, Portugal e a CPLP: possíveis estratégias internacionais no século XXI**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/>>. Acesso em: 01 jun. 2012.

NUNES, S.R. A formulação em cliques: sujeitos e sentidos no ciberespaço. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1, 2010, Maringá. **Anais Eletrônicos...** Maringá: UEM, 2010. Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/623.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.

ORLANDI, E.P. (1992). **As formas do silêncio**. No movimento dos sentidos. 6.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. (1993). Vão surgindo sentidos. In: Orlandi, E.P. (Org.). **Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional**. 3. Ed., Campinas: Pontes, 1996, p.11-25.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em aberto**, Brasília, Ano 14, n.61, jan./mar., p.53-59, 1994a.

_____. Natureza dos dados (A constituição histórica de um modelo de pesquisa de campo). **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.27, jul./dez., p.47-57, 1994b.

_____. (1996) **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 4. ed Campinas, SP: Pontes, 2004.

_____. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

_____. (2001) **Discurso e Texto: Formulação e circulação dos sentidos**. 2. ed Campinas, SP: Pontes, 2005.

_____. Análise de Discurso e seus entremeios: notas a sua história no Brasil. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n.42, p.21-40, jan./jun. 2002.

_____. **Língua brasileira e outras histórias. Discurso sobre a língua e o ensino no Brasil**. Campinas, SP: RG, 2009.

_____. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PAYER, M.O. Imigrante: sujeito moderno. Dispositivos de objetivação do sujeito e da língua na modernidade. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p.43-58, 2009.

PEREIRA, Paulo José dos Reis. A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910). **Revista Brasileira de Política Externa**, Brasília, vol.48, n.2, p. 111-128, Dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 02 mar. 2011.

PÊCHEUX, M. (1969) Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução às obras de Michel Pêcheux**. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

_____. (1975) **Semântica e Discurso – uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

PINTO, T. O. O desafio de divulgar o Brasil: sobre o Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha (ICBRA). **Revista Textos do Brasil**, Brasil, [199-?], n.7. Disponível em: <<http://www.dc.mre.gov.br/imagens-e-textos/revista-textos-do-brasil/portugues/revista7-mat18.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2011.

PORTAL CONSULAR. Embaixada do Brasil em Acra. **Os TABOM: Os ex-escravos que retornaram à terra pátria**. Disponível em:<<http://www.portalconsular.mre.gov.br/mundo/africa/republica-de-gana/acra/informacoes/os-tabom>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

RODRÍGUEZ, A.M. O aspecto verbal no português. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGIA, 3, 1999, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 1999. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/>>. Acesso em: 18 maio 1999.

ROMÃO, L.M.S. Nós, desconhecidos, na grande rede. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.5, n.1, p.71-91, jul/dez, 2004.

SANTANA, Ivo de. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estud. afro-asiát.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-546X2003000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 junho 2012.

SARGENTINI, V.M.O. (2005). **A Noção de Formação Discursiva: Uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. 6 p. Disponível em: <<http://www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/vanicesargentini.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2010.

SCHLATTER et al.. Celpe-Bras e Celu: impactos na construção de parâmetros comuns de avaliação de proficiência em português e em espanhol. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p. 13-42, 2009.

SEDYCIAS, J. Como implementar um programa de português numa faculdade de estudos liberais: problemas e estratégias. In: **Tópicos em português língua estrangeira**. CUNHA, C.J.M.; SANTOS, P. (orgs.). Brasília: EdUnb Editora da Universidade de Brasília, p.127-140, 2002.

SILVA, C. Vizinhos dão adeus às empresas estrangeiras que Dilma conquista. **Resenha Eletrônica**. Ministério da Fazenda, Brasília, 4 maio 2012. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?page=&cod=806521>> Acesso em: 29 junho 2012.

SILVA, R.T.; MOUTINHO, R. O ensino da língua portuguesa em Macau/China: fatos e perspectivas. **Revista SIPLE**, Brasília, ano 1, n.1, [200-?]. Disponível em: <http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=107:o-ensino-de-portugues-como-lingua-nao-materna-plnm-&catid=16:portugues-no-mundo&Itemid=61>. Acesso em 03 fev. 2012.

SILVEIRA, R.C.P. Apresentação. In: Silveira, R.C.P.(org.). **Português língua estrangeira: perspectivas**. São Paulo: Cortez, p.7-16, 1998.

SIQUEIRA, L.A., ARAGÃO, W.M., TUPINAMBÁ, E.A. **A Introdução do coqueiro no Brasil, importância histórica e agronômica**, 2002. Embrapa Tabuleiros Costeiros. (Documentos, 47). Disponível em: <http://www.cpatc.embrapa.br>. Acesso em: 07 jan.2012.

VARGEM, A.A. A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula. **Revista Ponto-e-Vírgula**, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de Soa Paulo, n. 4, 2^o semestre de 2008. Disponível em: <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n4/artigos/pdf/2_Alex.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

VASCONCELLOS, J. Mensagem nº 41, de 2011 (nº 31, de 16/02/2011, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República de Gana.*, de 2011. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/mate-pdf/88815.pdf>>. Acesso em: 8 junho 2012.

VOSS, J. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira**. 2011. 140 p. Dissertação (Mestre) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

ZOPPI-FONTANA, M.G. O português do Brasil como língua transnacional. In: ZOPPI-FONTANA, M.G. (org.) **O português do Brasil como língua transnacional**. Campinas: Editora RG, p.13-42, 2009.

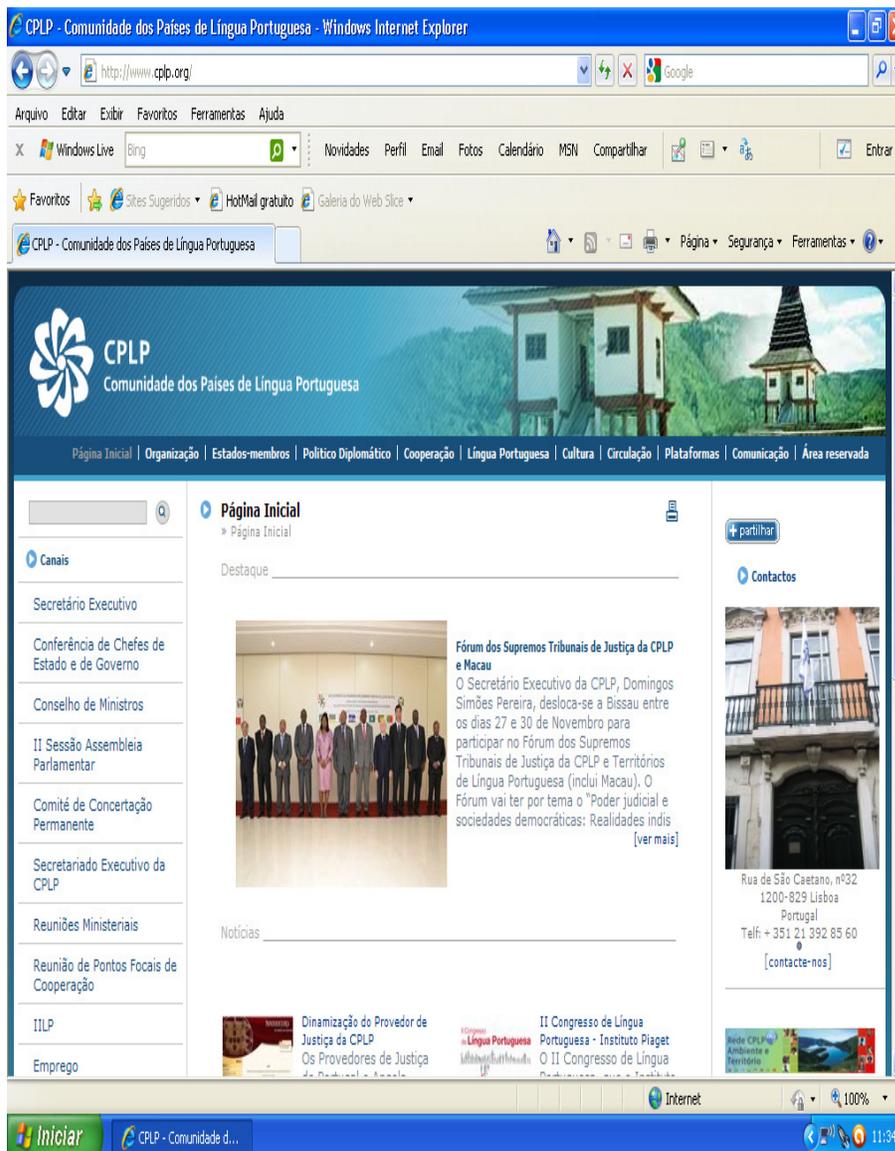
ANEXOS

ANEXO A

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Página inicial

Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=241>.

Acesso em: 30 nov. 2010



ANEXO B

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa Seção Brasil

Disponível em: <http://www.cplp.org/id-24.aspx>

Acesso em: 30 nov. 2010

The screenshot shows a Windows Internet Explorer browser window displaying the website 'CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil'. The address bar shows the URL 'http://www.cplp.org/id-24.aspx'. The browser's menu bar includes 'Arquivo', 'Editar', 'Exibir', 'Favoritos', 'Ferramentas', and 'Ajuda'. The page content features a navigation menu with links for 'Página Inicial', 'Organização', 'Estados-membros', 'Político Diplomático', 'Cooperação', 'Língua Portuguesa', 'Cultura', 'Circulação', 'Plataformas', 'Comunicação', and 'Área reservada'. The main content area is titled 'Brasil' and includes a breadcrumb trail 'Página Inicial » Estados-membros » Brasil'. Below the title is a large image collage consisting of three parts: a historical town square with a church, a modern city skyline, and the flag of Brazil. To the left of the main content is a sidebar with a search bar and a list of member states with their respective flags: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, and Timor-Leste. Below the list is a 'Comunicados' section with three news items, each with a '[ver mais]' link. The bottom of the browser window shows the Windows taskbar with the 'Iniciar' button, the active window title 'CPLP - Comunidade d...', and the system tray with the time '09:15'.

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil - Windows Internet Explorer

http://www.cplp.org/id-24.aspx

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos HotMail gratuito Galeria do Web Slice

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ...

Página Inicial | Organização | Estados-membros | Político Diplomático | Cooperação | Língua Portuguesa | Cultura | Circulação | Plataformas | Comunicação | Área reservada

Brasil

» Página Inicial » Estados-membros » Brasil

Angola

Brasil

Cabo Verde

Guiné-Bissau

Moçambique

Portugal

São Tomé e Príncipe

Timor-Leste

Comunicados

Angola acolhe a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP
A VIII Conferência de Chefes de Estado e de Gove...
[ver mais]

V Congresso da CSPLP
O Secretário Executivo da CPLP, Engº Domingos Si...
[ver mais]

SE em entrevista à comunicação social em Língua Portuguesa
Em vésperas da VIII Conferência de Chefes de Est...

[Missão do Brasil junto à CPLP] [Canal de vídeos do Ministério]

Designação Oficial: República Federativa do Brasil

Capital: Brasília

Outras cidades importantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belem

Chefe de Estado e de Governo, Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar

Presidente do Senado Federal: Senador José Sarney (desde 02 de Fevereiro de 2009)

Ministro das Relações Exteriores: Celso Amorim

Data da actual Constituição: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente

Língua: Português

Unidade monetária: Real (BRL)

Internet 100% 09:15

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Brasil - Windows Internet Explorer

http://www.cplp.org/id-24.aspx

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Sites Sugeridos HotMail gratuito Galeria do Web Slice

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ...

[ver mais]

Recursos económicos:

Pelo facto de a industrialização se concentrar no triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de as vias de transporte serem precárias devido à extensão geográfica e à ineficiente rede rodoviária, o desenvolvimento económico entre as regiões reflectem-se nas condições sociais, acentuando as discrepâncias na distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho.

A actividade é variada e tem como produtos de destaque café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas.

Nos anos 1930, o cultivo do café representava 80% da sua receita por exportações e mais de metade da produção mundial. Na década de 1990, o peso do café na economia brasileira foi reduzido significativamente, mas o país ainda conserva posto de primeiro produtor mundial. Na produção de cana-de-açúcar, soja, milho e cacau, o Brasil ocupa as primeiras posições. Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. Embora figure entre os principais produtores mundiais, o Brasil não aproveita o potencial das áreas cultiváveis. Ainda existem várias regiões aráveis como a bacia Amazónica e o Oeste do país.

A exploração florestal é importante. Cerca de 60% da superfície do país é florestal. O Brasil é o primeiro produtor sul-americano de caucho e tem uma relevante reserva de pinheiros no Paraná, que serve de matéria-prima para as indústrias madeireira e de papel. Também exporta outras espécies, como o cedro e a nogueira.

Ainda em relação ao sector primário, a pecuária tem demonstrado uma evolução nas últimas década com a modernização das técnicas e a formação profissional. O país é o primeiro produtor mundial de carne.

No sector mineral, o Brasil possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, cromo, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse sector. Devido ao relevo hidrográfico acidentado, mais de 90% da energia consumida no país é proveniente de hidroeléctricas.

O sector secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo).

Transportes e serviços financeiros são as actividades de maior destaque, favorecidos por 42,3 mil km de rios navegáveis, pela rede de estradas, com uma extensão de quase 1,5 milhões de km - dos quais 75 mil estão asfaltados -, e por 31 mil km de ferrovias. Os seus principais portos localizam-se em Santos, Vitória, Rio de Janeiro, Paranaguá, Porto Alegre, Recife, Belém, Macapá e Salvador.

A partir da crise energética dos anos 1970, o Brasil experimentou um crescente défice na sua balança comercial - até 2001, quando apresentou um superavit. Ao mesmo tempo, o Estado contraiu uma enorme dívida externa. Nos anos 1990, as taxas de juros mantiveram-se altas para atrair capital, ocasionando estagnação económica.

No Turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.

Internet 100%

Iniciar CPLP - Comunidade d...

10:07

ANEXO C

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
Seção Brasil – texto de apresentação (formato Word)

Disponível em: <http://www.cplp.org/id-24.aspx>

Acesso em: 30 nov. 2010

Brasil

» Página Inicial » Estados-membros » Brasil



[\[Missão do Brasil junto à CPLP\]](#) [\[Canal de vídeo do Ministério\]](#)

Designação Oficial: República Federativa do Brasil

Capital: Brasília

Outras cidades importantes: São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba, Recife, Manaus, Porto Alegre e Belem

Chefe de Estado e de Governo, Presidente da República: Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente: José Alencar

Presidente do Senado Federal: Senador José Sarney (desde 02 de Fevereiro de 2009)

Ministro das Relações Exteriores: Celso Amorim

Data da actual Constituição: Outubro de 1988. Alterações introduzidas posteriormente

Língua: Português

Unidade monetária: Real (BRL)

Recursos económicos:

Pelo facto de a industrialização se concentrar no triângulo formado por Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e de as vias de transporte serem precárias devido à extensão geográfica e à ineficiente rede rodoviária, o desenvolvimento económico entre as regiões reflectem-se nas condições sociais, acentuando as discrepâncias na distribuição de riqueza e de oportunidades de trabalho.

A actividade é variada e tem como produtos de destaque café, banana, cacau, tabaco, açúcar, feijão, citrinos, milho, soja, algodão, arroz, trigo, batata e mandioca. O Brasil ocupa posições de destaque mundial na produção dessas culturas.

Nos anos 1930, o cultivo do café representava 80% da sua receita por exportações e mais de metade da produção mundial. Na década de 1990, o peso do café na economia brasileira foi reduzido significativamente, mas o país ainda conserva posto de primeiro produtor mundial. Na produção de cana-de-açúcar, soja, milho e cacau, o Brasil ocupa as primeiras posições.

Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia são os principais estados agrícolas. Embora figure entre os principais produtores mundiais, o Brasil não aproveita o potencial das áreas cultiváveis. Ainda existem várias regiões aráveis como a bacia Amazónica e o Oeste do país.

A exploração florestal é importante. Cerca de 60% da superfície do país é florestal. O Brasil é o primeiro produtor sul-americano de caucho e tem uma relevante reserva de pinheiros no Paraná, que serve de matéria-prima para as indústrias madeireira e de papel. Também exporta outras espécies, como o cedro e a noqueira.

Ainda em relação ao sector primário, a pecuária tem demonstrado uma evolução nas últimas décadas com a modernização das técnicas e a formação profissional. O país é o primeiro produtor mundial de carne.

No sector mineral, o Brasil possui a segunda maior reserva de ferro do mundo em Minas Gerais e Pará (serra dos Carajás), além de manganésio, crómio, níquel, carvão, fosfatos, cobre, urânio e bauxite. Também possui reservas petrolíferas e tornou-se recentemente auto-suficiente nesse sector. Devido ao relevo hidrográfico acidentado, mais de 90% da energia consumida no país é proveniente de hidroeléctricas.

O sector secundário gira em torno das indústrias automobilísticas, siderúrgica, têxtil, química, de derivados agropecuários (açúcar, cacau, café, carne) e metalúrgica (aço, alumínio, ferro, zinco, chumbo).

Transportes e serviços financeiros são as actividades de maior destaque, favorecidos por 42,3 mil km de rios navegáveis, pela rede de estradas, com uma extensão de quase 1,5 milhões de km – dos quais 75 mil estão asfaltados -, e por 31 mil km de ferrovias. Os seus principais portos localizam-se em Santos, Vitória, Rio de Janeiro, Paranaguá, Porto Alegre, Recife, Belém, Macapá e Salvador.

A partir da crise energética dos anos 1970, o Brasil experimentou um crescente défice na sua balança comercial – até 2001, quando apresentou um superavit. Ao mesmo tempo, o Estado contraiu uma enorme dívida externa. Nos anos 1990, as taxas de juros mantiveram-se altas para atrair capital, ocasionando estagnação económica.

No Turismo, o Brasil tem também aplicado uma política com grande dinamismo tanto a nível nacional como internacional.

ANEXO D

Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina Página inicial

Disponível em: www.brasil.org.ar

Acesso em: 17 jan. 2011

The screenshot shows the homepage of the Embassy of Brazil in Buenos Aires, accessed via Internet Explorer. The browser's address bar displays the URL <http://www.brasil.org.ar/>. The page features the embassy's logo, a search bar, and a navigation menu. A large image of a palm tree shadow is prominently displayed. Below the image, there is a horizontal menu with links to various services. The main content area is divided into two columns: 'Novedades' (News) and 'Breves' (Briefs). The 'Novedades' section highlights a digital version of the 'Negocios con Brasil' gazette. The 'Breves' section lists two news items: a Brazilian candidacy for the FAO Director General and a public selection process for administrative auxiliary staff.

Home | Embajada del Brasil en Buenos Aires - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.org.ar/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Herramientas Ayuda

Favoritos Home | Embajada del Brasil en Buenos Aires

» Newsletter » Contacto

EMBAJADA DEL BRASIL

Embajada del Brasil en Buenos Aires

» Newsletter » Contacto

BRASIL | RELACIONES BILATERALES | NEGOCIOS | TURISMO | EDUCACIÓN | ACTIVIDADES CULTURALES | DIVULGACIÓN | PRENSA | CONSULADO

Novedades

1 2 3 4 5

NEGOCIOS CON BRASIL

Acceda a la versión digital de la gacetilla "Negocios con Brasil" Ir a la nota

Breves

Candidatura Brasileña para la Dirección General de la FAO

Brasil ha presentado la candidatura del Dr. José Graziano da Silva al... Leer más

PROCESSO SELETIVO CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO

EDITAL *PROCESSO SELETIVO* *CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO* * * * * Leer

Concluido

Internet

100%

Inicio

Home | Embajada del ...

Corpus_EMB_ARG - ...

PT

09:41

Home | Embajada del Brasil en Buenos Aires - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.org.ar/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Home | Embajada del Brasil en Buenos Aires


CON BRASIL
 Rua do Serviço Consular, Casco - Tel Aviv - 10204
 EMBAJADA DEL BRASIL EN BUENOS AIRES

PROCESSO SELETIVO CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO
 EDITAL *PROCESSO SELETIVO* *CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO* *... Leer más

Acreditaciones de prensa extranjera para los eventos relativos a la asunción del mando presidencial en el Brasil.
 La Embajada del Brasil informa a los periodistas extranjeros que tengan interés... Leer más

Destacados



Agenda Cultural
Actividades culturales organizadas por la Embajada.
[ver](#)



FUNCEB
Venga a conocer la lengua portuguesa y la cultura brasileña en Argentina!
[ver](#)



Secom News
Boletín informativo Comercial y Turístico.
[ver](#)



La Embajada para los más chicos
Nueva sección dedicada a los niños.
[ver](#)



Radio on-line
Escuche ahora el programa Onda Brasil.
[ver](#)


 Cerrito 1350 (C1010ABB), Buenos Aires, Argentina | Tel.: (5411) 4515-2400 | [Contacto](#)
 Copyright 1996-2009










Concluído Internet 100%

Iniciar Home | Embajada del ... Corpus_EMB_ARG - ... PT 09:41

ANEXO E

Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina Seção Brasil

Disponível em: www.brasil.org.ar

Acesso em: 17 jan. 2011

Brasil | Embajada del Brasil en Buenos Aires - Windows Internet Explorer

http://www.brasil.org.ar/brasil/

Arquivo Editar Exibir Favoritos Ferramentas Ajuda

Favoritos Brasil | Embajada del Brasil en Buenos Aires

BRASIL | RELACIONES BILATERALES | NEGOCIOS | TURISMO | EDUCACIÓN | ACTIVIDADES CULTURALES | DIVULGACIÓN | PRENSA | CONSULADO

Estado Brasileño

Política Externa

Historia

Geografía

Industria

Cultura

Energía

Medio Ambiente

Medios de Comunicación

Datos estadísticos

Fundación Centro de Estudios Brasileiros

Brasil

Cliquee sobre una provincia para obtener más información.

INFORMACIÓN SOBRE LAS PROVINCIAS

BRASIL
Capital: Brasilia

Territorio: 8.514.215,3 Km2

Principales ciudades:
Brasilia, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, etc.

Gobierno: www.brasil.gov.br
Turismo: www.turismo.gov.br

Concluido Internet segunda-feira, 17 de janeiro de 2011

Iniciar Brasil | Embajada del ... Corpus_EMB_ARG - ... PT 09:47

ANEXO F

Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina Página inicial

Disponível em: <http://buenosaires.itamaraty.gov.br/es-es/Main.xml>
Acesso em: 28 out. 2011

The screenshot shows the homepage of the Embassy of Brazil in Buenos Aires, Argentina, accessed via Internet Explorer. The browser's address bar shows the URL <http://buenosaires.itamaraty.gov.br/es-es/Main.xml>. The page title is "EMBAJADA DEL BRASIL EN BUENOS AIRES" and the language is set to "Español".

The main navigation menu includes four categories: "ASISTENCIA A BRASILEIROS", "SERVIÇOS DO ITAMARATY", "SALA DE IMPRENSA", and "O MINISTÉRIO".

The content area is divided into three columns:

- Left Column:** A vertical menu with sections: "Presentación", "Brasil", "Relaciones Bilaterales", "Turismo", "Educación", "Prensa", "Divulgación", "Ciencia, Tecnología y Innovación", "Actividades Culturales", "Negocios", and "Consulado".
- Middle Column:** Titled "NOVEDADES" with a "ver todos" link. It features three news items:
 - SEMINARIO BRASIL-ARGENTINA RUMBO A RIO+20: NUEVO BLOG** (18/10/2011): "Durante los días 9, 10 y 11 de noviembre se llevará a cabo en Buenos Aires el 'Seminario Brasil-Argentina: rumbo a Rio+20', con la participación de numerosos referentes del desarrollo sostenible de ambos países..."
 - SEMINARIO BRASIL-ARGENTINA RUMBO A RIO+20: PROGRAMA DE ACTIVIDADES** (20/10/2011): "Ya está disponible el programa de actividades del Seminario Brasil-Argentina rumbo a Rio+20. Haga click en los siguientes enlaces para descargarlo: -Programa en Castellano -Programa em Portugués ..."
 - LA EMBAJADA DEL BRASIL EN BUENOS AIRES, AHORA EN TWITTER** (2011-10-11 16:39:30): "La Embajada del Brasil en Buenos Aires tiene el agrado de informar sobre la creación de su cuenta de Twitter, agregando un nuevo canal de comunicación con el público y los usuarios de redes sociales. Invitamos a los interesados..."
- Right Column:** Titled "LA EMBAJADA", it features an image of the embassy building and contact information:
 - Embajada del Brasil en Buenos Aires**
 - Cerrito 1350
 - C1010ABB - CABA
 - República Argentina
 - Teléfono:** + 54 (11) 4515-2400
 - Horario de Atención:** Lunes-Viernes

The Windows taskbar at the bottom shows the system clock as 10:57 on 28/10/2011, with the Internet Explorer status bar indicating "Modo Protegido: Activado".



Embaçada del Brasil en Buenos Aires - Windows Internet Explorer

http://buenosaires.itamaraty.gov.br/es-es/Main.xml

Favoritos Sites Sugeridos Galeria do Web Slice

cassiacruzian - Yahoo! Mail Embajada del Brasil en ... X

Página Segurança Ferramentas



DECLARAÇÃO CONJUNTA POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA UCRÂNIA, VIKTOR YANUKOVYCH

25/10/2011 - Brasília, 25 de outubro de 2011

Ministério das Relações Exteriores - Esplanada dos Ministérios Bloco H Anexo | CEP 70170-900 Brasília DF

Internet | Modo Protegido: Ativado

10:57
28/10/2011

ANEXO G

Embaixada do Brasil em Buenos Aires/Argentina
Seção Brasil – texto de apresentação (formato Word)

Disponível em: Disponível em: www.brasil.org.ar/brasil
Acesso em: 17 jan. 2011

Brasil: Solidez macroeconómica e inclusão social

La extensión territorial de Brasil alcanza los 8,5 millones de kilómetros cuadrados, ocupando casi la mitad (47%) del área de Latinoamérica. Posee 20% de la biodiversidad mundial, un ejemplo de esta riqueza es el Bosque Tropical Amazónico, con 3,6 millones de kilómetros cuadrados. La organización político-administrativa comprende tres poderes: Judicial, Ejecutivo y Legislativo, y el principio de la autonomía entre la Unión, Distrito Federal, 26 Estados y 5.563 Municipios (IBGE/2003).

Se ubica en el quinto lugar entre los países más populosos del mundo, son 50 millones de familias equivalente a cerca de 180 millones de brasileños (2004), la mayoría (81%) vive en áreas urbanas. La tasa de fecundidad, que llegó a 6,3 en 1960, es de 2,3 hijos por pareja. Esta reducción, asociada al mejoramiento de los indicadores sociales y consecuente calidad de vida, hará con que la mayoría de la población tenga entre 15 y 44 años en las próximas cuatro décadas. Esto representará uno de los mayores mercados de trabajo y de consumo entre los países de las Américas.

El país responde por tres quintos de la producción industrial de la economía sudamericana y participa de diversos bloques económicos, como el Mercosur, G-22 y el Grupo de Cairns. Su desarrollo científico y tecnológico, aliado a un parque industrial diversificado y dinámico, atrae capitales de inversión externos: las inversiones directas fueron del orden de US\$ 20 mil millones por año en promedio, contra US\$ 2 mil millones por año en la década pasada.

Brasil comercia regularmente con más cien países, siendo que 74% de los bienes exportados son manufacturas o semimanufacturas. Los mayores socios son: Unión Europea (con 26% del saldo), EE.UU. (24%), Mercosur y Latinoamérica (21%) y Asia (12%). Un

sector de los más dinámicos en este intercambio es el agronegocio que mantiene a Brasil, hace dos décadas, entre los países con mayor productividad en el campo.

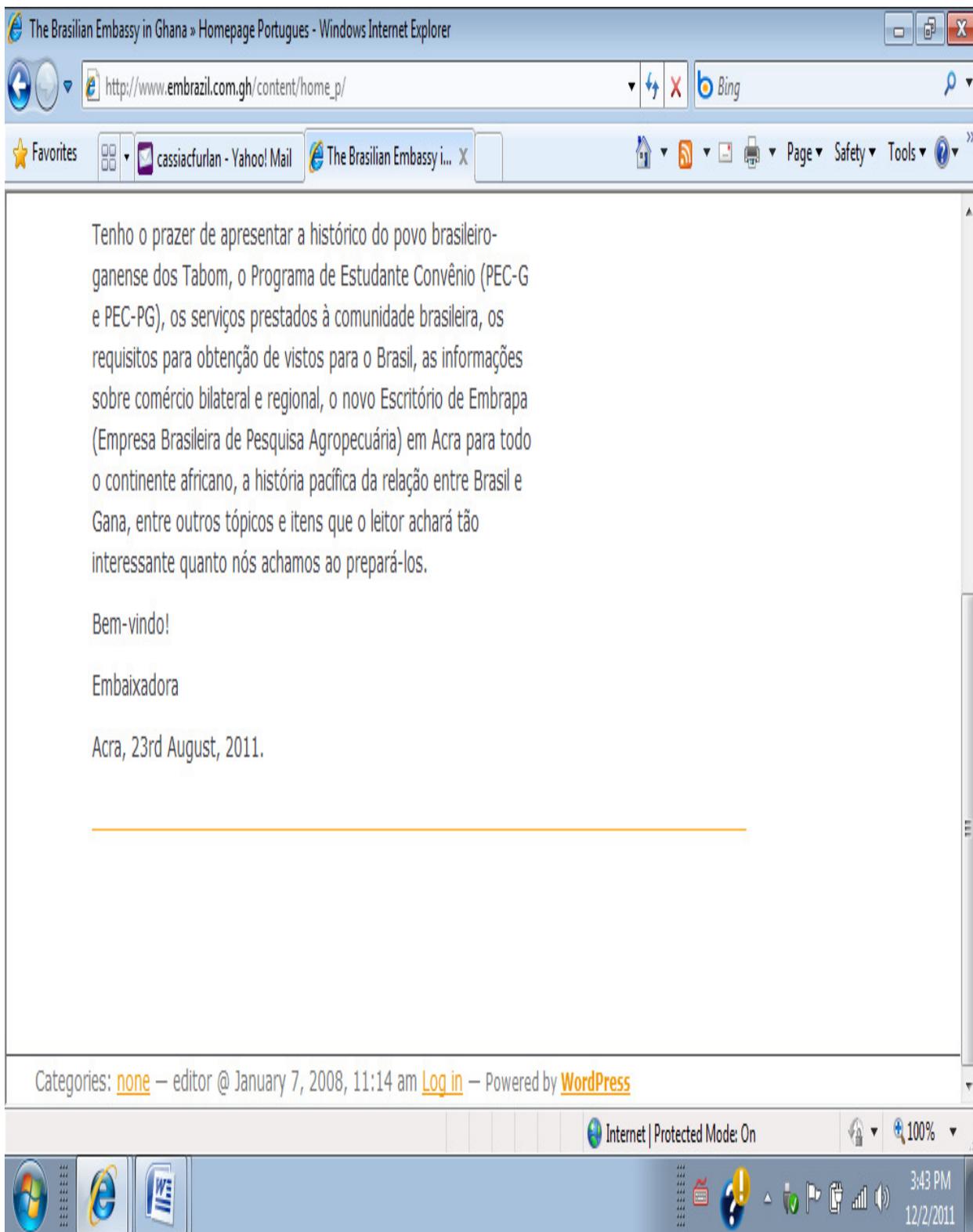
Dueño de una sofisticada tecnológica, el país desarrolla desde submarinos a aeronaves y está presente en la investigación aeroespacial: posee el Centro de Lanzamiento de Vehículos Livianos y fue el único país del Hemisferio Sur que integra el equipo de construcción de la Estación Espacial Internacional - ISS. Pionero en la prospección de petróleo en aguas profundas, de donde extrae 73% de sus reservas, fue la primera economía capitalista a reunir las diez mayores empresas montadoras de automóviles en su territorio.

ANEXO H

Embaixada do Brasil em Acra/Gana Página inicial

Disponível em: www.embrazil.com.gh
Acesso em: 12 fev. 2011

The screenshot shows a Windows Internet Explorer browser window displaying the homepage of the Brazilian Embassy in Ghana. The address bar shows the URL http://www.embrazil.com.gh/content/home_p/. The page features a header with four images: a tropical beach, a red parrot, a modern building at night, and a waterfall. Below the images, the text reads "EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA" and "PORTUGUÊS/ENGLISH". A navigation menu includes links for "home", "perfil do país", "embaixada", "comércio & investimentos", "turismo", "notícias & imprensa", "cultura & eventos", and "contato". There is also a link for "serviços consulares". The page includes logos for "Brazil TradeNet" (with the tagline "Your portal to Brasil!") and "BRASIL UM PAÍS DE TODOS". A paragraph of text in Portuguese describes the embassy's services, including the Tabom program, student exchange programs (PEC-G and PEC-PG), consular services, visa requirements, and trade information. The Windows taskbar at the bottom shows the system tray with the date 12/2/2011 and time 3:42 PM.



ANEXO I

Embaixada do Brasil em Acra/Gana Seção Perfil do país

Disponível em: www.embrazil.com.gh/content/home_p/perfil-do-pais/

Acesso em: 12 fev. 2011

The Brazilian Embassy in Ghana » Perfil do País - Windows Internet Explorer

http://www.embrazil.com.gh/content/home_p/perfil-do-pais/

Favorite cassiacfurlan - Yahoo! Mail The Brazilian Embassy i... X

EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA PORTUGUÊS/ENGLISH

home perfil do país embaixada comércio & investimentos turismo notícias & imprensa cultura & eventos contato
serviços
consulares

PERFIL DO PAIS

O Brasil

O Brasil é o maior país da América Latina. Cobrindo quase a metade (47,3%) do continente da América do Sul, ocupa uma área de 8.547.403,5 km². É o quinto maior país do mundo depois da Federação Russa, Canadá, China e Estados Unidos. Exceto por um pequeno número de ilhas, o Brasil é constituído por uma única e contínua extensão territorial. No mapa-múndi, pode-se observar que o formato do contorno leste do Brasil está em conformidade com a curva côncava da costa oeste da África. A linha do Equador passa pela região Norte do País, próximo a Macapá; o Trópico de Capricórnio corta o País ao Sul, próximo a São Paulo.

Internet | Protected Mode: On 100%

3:43 PM
12/2/2011

ANEXO J

Embaixada do Brasil em Acra/Gana Página inicial

Disponível em: www.acra.itamaraty.gov.br/pt-br
Acesso em: 31 ago. 2012

The screenshot shows the homepage of the Embassy of Brazil in Accra, Ghana, accessed via Internet Explorer. The browser's address bar shows the URL <http://www.acra.itamaraty.gov.br/pt-br/>. The page features a dark green header with the word "BRASIL" in a yellow box. Below the header, the text "MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES" and "EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA" is displayed, along with language options for "Português" and "English".

The main content area is divided into several sections:

- ASSISTÊNCIA A BRASILEIROS**
- SERVIÇOS DO ITAMARATY**
- SALA DE IMPRENSA**
- O MINISTÉRIO**

On the left side, there is a vertical menu with the following items:

- Apresentação
- Contatos
- Promoção comercial
- Setor Consular

The central "NOTÍCIAS" section includes a "ver todos" link and two news items:

- CONCURSO DE DESENHO INFANTIL**
13/03/2012 - A terceira Edição do Concurso de Desenho Infantil Brasileirinhos no Mundo tem como tema "Meu capítulo favorito da História do Brasil". Crianças brasileiras que tenham entre 6 e 11 anos de idade e seja...
- EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**
13/03/2012 - EAD - SEBRAE Nacional
<http://www.ead.sebrae.com.br/hotsite/> O SEBRAE, atualmente, oferece GRATUITAMENTE vinte cursos pela internet: Aprender a Empreender, Análise e Planejamento Financeiro, Como Vender Mais e Melhor, D-Olho na Qualidade...
- ORIENTAÇÃO JURÍDICA AOS BRASILEIROS NO**

The right side features an "APRESENTAÇÃO" section with two paragraphs:

- Em breve a Embaixada do Brasil em Gana lançará sua página no Facebook.
- À comunidade brasileira em Gana, recordamos a conveniência de registro e manutenção atualizada de seus dados (e de seus familiares portadores de

The Windows taskbar at the bottom shows the Start button, Internet Explorer, and Word icons, along with the system tray displaying the time as 14:48 and the date as 31/08/2012.

ANEXO K

Embaixada do Brasil em Acra/Gana
Seção Perfil do país (formato Word)

Disponível em: www.embrazil.com.gh
Acesso em: 12 fev. 2011

PERFIL DO PAÍS UM PAÍS ABERTO PARA O NOVO

Poucos lugares do mundo possuem o grau de abertura para o novo como o Brasil. A base dela é justamente a democracia racial que se construiu ao longo dos séculos. Oculto pelo preconceito racial de parte da elite, que vigora de maneira muito mitigada (se comparado por exemplo aos Estados Unidos ou à Europa), este costume permitiu a construção de uma democracia política efetiva num País que tinha tudo para não possuí-la.

Sobre a base miscigenada inicial foi montada uma sociedade escravista. Mas que, apesar de escravista, nunca conseguiu eliminar o costume já tornado tradicional - e que podia ser visto a cada dia em filhos de brancos com negros, negros com índios, mulatos com brancos, brancos com índios. Esta gente, condenada como inferior, conseguiu transformar a condenação em identidade, no momento da Independência. E uma identidade tão forte que não houve divisão no território, disputas políticas internas de maior monta.

Pelo contrário, a Nação foi construída com base em arranjos que muitas vezes pareciam disparatados aos olhos europeus - e mesmo a muitos brasileiros - mas que funcionam até hoje de maneira um tanto inusual.

O desejo de democracia no Brasil se traduz, desde o século passado, numa arraigada crença na necessidade de se distribuir o poder a partir de mecanismos de representação política. Desde 1823 há eleições nacionais no Brasil, e desde então com uma abertura para o registro de eleitores incomum mesmo para os padrões das democracias européias. O Congresso Nacional, diga-se o que disser dele, funciona com a regularidade de um relógio há 175 anos. Somente em três ocasiões, em toda a história do País, deputados eleitos não completaram seus mandatos. A força do Congresso é tamanha que nem mesmo

a ditadura militar dos anos 60 pôde prescindir dele. Até os ditadores sabem que o Brasil é ingovernável sem representantes eleitos.

A força do Congresso existe porque está ancorada numa grande força social. A sociedade de escravos foi capaz de se transformar, absorvendo uma imensa quantidade de imigrantes e, mais que isso, fundindo-se com eles. O hábito de considerar atraente qualquer possibilidade matrimonial, independente de origem étnica, conseguiu prevalecer sobre a tendência ao fechamento, que marcava a maior parte dos grupos imigrantes. E assim como absorve pessoas de fora sem perder sua identidade, o Brasil absorve empresas. A primeira empresa de capital estrangeiro do País instalou-se em 1825, e funciona até hoje. Nunca uma empresa de propriedade de estrangeiros teve qualquer alteração em seu regime de propriedade fora dos estritos termos da lei.

Essas são apenas algumas das conseqüências da estruturação fundamentalmente democrática do País. O Brasil é uma das últimas províncias da terra onde ninguém é estrangeiro, onde é possível mudar um destino sem perder a identidade. E é essa, justamente, a característica que faz com que muitos o chamem de “país do futuro”: desde a Colônia (1500-1822), passando pelo Império (1822-1889) e durante a República (1889 até hoje), a globalização é parte da natureza de cada brasileiro. Talvez agora o Brasil possa ser visto como semente de uma realidade cultural onde o orgulho de grupo não está acima da possibilidade de aceitar o novo.

ANEXO L

Lista dos Centros Culturais Brasileiros

Disponível em: <http://www.dc.mre.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>

Acesso em: 06 dez. 2010

ASSUNÇÃO-PARAGUAI:

Centro de Estudos Brasileiros

Diretor: José de Souza Rodrigues

Rua 25 de Mayo, 1875 esq Gen. Aquino

Casilla de Correo 197

Asuncion- Paraguay

Telefone: (0059521) 227188, 200490

Fax: (0059521) 200374

e-mail: ceb@embajadabrasil.org.py

BARCELONA-ESPANHA:

Centro Cultural Brasil-Espanha

Diretor: Wagner dos Reis

Paseo de Gracia, 41 Piso 3

08007- Barcelona- Espanha

Telefone: (00343) 2156486

Sítio: www.ceb-barcelona.org

e-mail: cebbscn@ceb-barcelona.org

BISSAU-GUINÉ BISSAU:

Centro Cultural Brasil-Guiné Bissau

Av. Francisco Mendes S/N

Caixa Postal 29

Bissau- Guiné Bissau

Telefone: (00245) 213819, 212551

Fax: (00245) 201317

e-mail: emb_brasil_bxo@hotmail.com

GEORGETOWN-GUIANA:

Centro Cultural Brasil-Guiana

110 Barrack Street

Kingston - Georgetown, Guiana

Telefone: (00592) 2268054, 2262573

Fax: (00592) 2269063

e-mail: cebgtown@yahoo.com.br

HELSINQUE-FINLÂNDIA:

Centro Cultural Brasil-Finlândia

Itainen Puistotie 4B 1/2

00140 Helsinki - Suomi - Finland

Telefone: (003589) 65-5378 (Embaixada)

Fax: (003589) 65-0084

e-mail: brasemb.helsinki@kolumbus.fi

LA PAZ- BOLÍVIA:

Centro Cultural Brasil-Bolívia

Diretora: Rosana E. Siqueira de Carreño

Av. Arce nº 2808 esquina Calle Cordero

Zona San Jorge

Caixa Postal nº 429

La Paz - Bolívia

Telefones: (005912) 350718

Fax: (005912) 391258

Sítio: www.brasil.org.bo/cebras.htm

e-mail: centrodeestudios@brasil.org.bo

LIMA-PERU:

Centro Cultural Brasil-Peru

Diretora: Lúcia Velloso da Silveira Pantigoso

Av. Grau, nº 270

Miraflores

Lima - 18 Peru

Telefone: (00511) 4469801, 2410654

e-mail: cebinfo@speedy.com.pe

LUANDA-ANGOLA:

Casa de Cultura e Centro Cultural Brasil-Angola Embaixador Ovídio de Andrade Melo

Rua Fernão Lopes, nº 67 A Valódia (atrás da Feira Ngoma)

Telefone: (244222) 449 626

e-mail: bras.cultural@ebonet.net

MANÁGUA-NICARÁGUA:

Centro Cultural Brasil-Nicarágua

Km 73/4 de la Carretera Interamericana Sur

Quinta de Los Pinos- Apartado Postal 264

Manágua-Nicarágua

Telefone: (00505-2) 65-3604 (Direto), 65-1729 e 65-1681 (Central Telefônica)

e-mails: cebrasil@ibw.com.ni / cebnic@yahoo.es

MAPUTO-MOÇAMBIQUE:

Centro Cultural Brasil-Moçambique

Diretor: Raul Calane da Silva

Av. 25 de setembro, nº 1728- Baixa

Maputo-Moçambique

Telefone: (002581) 21306840, 21306774 - Diretor

Fax: (002581) 21306772

e-mail: ceb.eventos@tvcabo.co.mz

MÉXICO-MÉXICO:

Centro Cultural Brasil-México

Diretora: Walkíria Wey

Paseo de La Reforma, 455

Col Cuauhtenoc

06500- México DF

Telefone: (005255) 5-5533183

Fax: (005255) 5-2865501

Site: www.cebmexico.org.mx

e-mail: info@cebmexico.org.mx

e-mail da Diretora: valwey@avantel.net

PANAMÁ-REPÚBLICA DO PANAMÁ:

Centro Cultural Brasil-Panamá

Embajada de Brasil en Panamá

Calle Elvira Méndez, n 24 Edifício Eldorado

Apartado Postal 0816-00543

Panamá, República de Panamá

e-mail: emrasil@emrasil.org.pa; cultural@emrasil.org.pa

PARAMARIBO-SURINAME:

Centro Cultural Brasil-Suriname

Coordenadora: Marinalva Soares Romero

Swalmbergstraat, n° 7 - 7a

Paramaribo - Suriname

Telefone/Fax: (00597) 420774

e-mail da Coordenadora: darr@sr.net

PORTO PRÍNCIPE-HAITI:

Centro Cultural Brasil-Haiti

Place Boyer, 168 Angles des rues Clerveaux et Darguin, 3ème étage

Pétion Ville Haiti

Tel: (509) 256-6208/7556

(509)256-0900

e-mail: brasemb1@transnethaiti.com

PRAIA-REPÚBLICA DE CABO VERDE:

Centro Cultural Brasil-Cabo Verde

Cha de Areia n 2 cx postal 93

Praia- Ilha de Santiago- República de Cabo Verde

Tel: (238) 61 5607/5608

Indicativo: 6075 Bremb-CV Fax: (oo238) 61-5609

Sítio: www.ccb.cv/site

e-mail: bem.brasil@mail.cv

PRETÓRIA-ÁFRICA DO SUL:

Centro Cultural Brasil-África do Sul

Hillcrest Office Park, Woodpecker Place, 1st floor

177 Dyer Road, Hillcrest

Pretoria 0083

e-mail: pretoria@brazilianembassy.org.za

ROMA-ITÁLIA:

Centro Cultural Brasil-Itália

Piazza Navona, nº 18

CP 00186 Roma-Itália

Telefone: (003906) 6838284 / 9838285

Fax: (003906) 6867858 (Nº Embaixada)

e-mail: centrostudi@ambrasil.it

SANTIAGO-CHILE:

Centro Cultural Brasil-Chile

Diretora: Elisa Lopes

Alameda , 1650 - Centro

Santiago - Chile

Telefone: (00562) 6720097

Fax: (00562) 6724140

Sítio: www.cebsantiago.cl

e-mail: info@cebsantiago.cl

SÃO DOMINGOS-REPÚBLICA DOMINICANA:

Centro Cultural Brasil-República Dominicana

Calle Ehermanos Deligne n 52, Gazcue

Telefones: (809) 532 0868 Fax: (809) 532 0917

e-mail (embaixada): contato@embajadadebrasil.org.do

SÃO SALVADOR-EL SALVADOR:

Centro Cultural Brasil-El Salvador

Diretora: Vanda Guiomar Pignato de Zelayandia

Calle Padres Aguilar nº 617

Colonia Escalón - San Salvador

Telefone: (00503) 22643856

Telefax: (00503) 22637034

e-mail: cebem@telesal.net

SÃO TOMÉ-SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE:

Centro Cultural Brasil-São Tomé e Príncipe

Av. Marginal 12 de Julho, n 20 São Tomé - São Tomé e Príncipe

Tel: 226060/61/64/65

Fax: (239) 226895

e-mail: embrasil@cstome.net; brasembsaotome@cstome.net